Texto de América V
(3)

USP

*Reitor* Jacques Marcovitch
*Vice-reitor* Adolpho José Melfi

edusp EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Presidente* Sergio Miceli Pessôa de Barros
*Diretor Editorial* Plinio Martins Filho
*Editores-assistentes* Heitor Ferraz
Rodrigo Lacerda

*Comissão Editorial* Sergio Miceli Pessôa de Barros (Presidente)
Davi Arrigucci Jr.
Hugo Aguirre Armelin
Oswaldo Paulo Forattini
Tupã Gomes Corrêa

HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

VOLUME I

# AMÉRICA LATINA COLONIAL

*Leslie Bethell - organizador*

Tradução
*Maria Clara Cescato*

edusp

Copyright © 1984 by Cambridge University Press

Título do original em inglês:
*The Cambridge History of Latin America*

1ª edição 1997
2ª edição 1998

PE-00033359-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da América Latina: A América Latina Colonial I, volume 1 / Leslie Bethell (org.) ; (tradução Maria Clara Cescato). 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo ; Brasília, DF : Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

Título original: The Cambridge History of Latin America.
Bibliografia.
ISBN: 85-314-0412-6

1. América Latina – História 2. América Latina – Período colonial I. Bethell, Leslie.

97-3864 CDD-980

Índice para catálogo sistemático:
1. América Latina : História 980

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL / CIDADE UNIVERSITÁRIA
CEP 50.670-901 - Recife - Pernambuco - Brasil
Reg. nº 800 - 20/01/1999
Título: HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA VOL. 1

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil Fax (011) 818-4151
Tel. (011) 818-4008 ou 818-4150 – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 1998

Foi feito o depósito legal

# Sumário

# A CONQUISTA ESPANHOLA E A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA

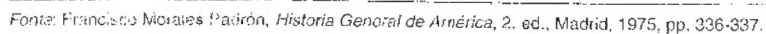
## OS ANTECEDENTES DA CONQUISTA

"SEM COLONIZAÇÃO não há uma boa conquista, e se a terra não é conquistada, as pessoas não serão convertidas. Portanto, o lema do conquistador deve ser colonizar." Essas palavras foram proferidas por um dos primeiros historiadores das Índias, Francisco López de Gómara[1]. A filosofia que se esconde por trás dela é a de seu patrono, o maior de todos os conquistadores, Hernán Cortés. Foi essa filosofia que veio a inspirar a empresa ultramarina da Espanha no século XVI e contribuiu bastante para converter a América espanhola naquilo em que ela finalmente se tornou. Mas seu sucesso não era infalível, nem foi conseguido sem enorme esforço. Várias são as maneiras pelas quais uma sociedade agressiva pode expandir os limites de sua influência, e vários foram os precedentes de todas elas na Espanha medieval.

A Reconquista — o grande movimento dos reinos cristãos da Península Ibérica para o sul, para regiões mantidas pelos mouros — ilustra um pouco a ampla gama de possibilidades nas quais se poderiam buscar precedentes. Travada ao longo da fronteira que dividia o Cristianismo do Islã, a Reconquista foi uma guerra que ampliou os limites da fé. Foi também uma guerra em busca de expansão territorial, conduzida e regulamentada, mesmo que nem sempre controlada, pela coroa espanhola e pelas grandes ordens religioso-militares, que no processo obtinha vassalos junto com vastas áreas de terra. Foi uma típica guerra de fronteira, numa tática de ataques rápidos e específicos em busca de saques fáceis, oferecendo oportunidades de lucro com resgates e escambos, e de recompensas mais intangíveis, como honra e fama. Foi uma migração de pessoas e de rebanhos em busca de novos lares e novas pastagens. Foi um processo de povoamento e colonização controla-

1. Francisco López de Gómara, *Historia General de las Indias*, Madrid, 1852, p. 181.

*Fonte:* Francisco Morales Padrón, *Historia General de América*, 2. ed., Madrid, 1975, pp. 336-337.

A descoberta e a exploração do Novo Mundo

das, com base na fundação de cidades às quais era concedida ampla extensão territorial sob garantia real.

Conquistar podia significar, portanto, colonizar, mas também podia significar assaltar, saquear e seguir adiante. A conquista no primeiro sentido dava primazia à ocupação e exploração da terra. No segundo sentido, concebia o poder e a riqueza de uma forma muito menos estática — em termos muito mais de posse de objetos fáceis de transportar, como ouro, pilhagem e gado, e de domínio sobre vassalos do que de propriedade da terra. Mobilidade implicava aventura, e aventura numa sociedade militar aumentava enormemente as oportunidades de elevar a própria posição aos olhos de seus iguais. O desejo de "conquistar honras" e de *valer más* era uma ambição fundamental na sociedade que era a Castela medieval, ligada por uma hierarquia de posições e atenta à idéia de honra. A honra e o valor eram mais rapidamente conquistados com a espada e mereciam ser formalizados numa concessão, por um soberano agradecido, de uma posição social superior. Foi seguindo essa tradição que Baltasar Dorantes de Carranza pôde escrever sobre os conquistadores do México que, embora houvesse entre eles alguns *hidalgos*, todos eram agora "por presunção" *hidalgos*, "porque toda *hidalguia* se origina por natureza em atos de serviço ao rei"[2].

A reconquista foi interrompida mas não concluída ao atingir seus limites naturais na própria Península Ibérica. O enclave do reino de Granada permaneceria nas mãos dos mouros até 1492, mas por outro lado a reconquista da Península pelos cristãos estava completa no final do século XIII. À medida que foram alcançados os limites da expansão interna, as forças dinâmicas da sociedade ibérica medieval começaram a buscar novas fronteiras no além-mar — os catalães e os aragoneses principalmente na Sicília, na Sardenha, no norte da África e no leste do Mediterrâneo, os castelhanos, como os portugueses, na África e nas ilhas do Atlântico.

O movimento expansionista dos ibéricos no século XV foi um reflexo ao mesmo tempo de aspirações especificamente ibéricas e de aspirações européias mais gerais no final da Idade Média. A Europa do século XV era uma sociedade que ainda sofria perturbações economicas e sociais causadas pelas devastações da Peste Negra. Era pequena a oferta de mão-de-obra; as rendas

2. Baltasar Dorantes de Carranza, *Sumaria Relación de las Cosas de la Nueva España* [1604], 2. ed., México, 1970, p. 12.





da aristocracia haviam decaído; os monarcas e os nobres competiam por poder e recursos. Era também uma sociedade que se sentia ameaçada em suas fronteiras orientais pela presença hostil do Islã e pelo avanço dos turcos otomanos. Era uma sociedade intranqüila e relativamente móvel, ao mesmo tempo inquisitiva e aquisitiva — inquisitiva sobre o mundo que estava além de seus horizontes imediatos e aquisitiva em seu desejo de objetos de luxo e iguarias exóticos, e de ouro que permitisse comprar esses artigos do Oriente com quem ela tinha um saldo comercial permanentemente desfavorável.

A Península Ibérica, com sua proximidade da África e sua longa costa atlântica, estava geograficamente bem situada para assumir a liderança de um movimento de expansão para o oeste, numa época em que a Europa estava sendo bloqueada em suas fronteiras orientais. Desenvolveu-se uma tradição marítima ibérica, tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico, onde os pescadores bascos e cantábrios haviam acumulado um rico cabedal de experiência para a futura navegação em mares não-cartografados. A conquista de Sevilha em 1248 e o avanço da reconquista até os estreitos de Gibraltar haviam dado à coroa de Castela-Leão um novo litoral atlântico, cujos portos eram povoados por marinheiros de Portugal, da Galícia e da costa cantábrica.

Ao longo dessa costa marítima, a combinação entre as experiências adquiridas no norte e no Mediterrâneo criou uma raça de marinheiros capaz de promover e aproveitar os avanços na construção de navios e nas técnicas de navegação. As primeiras viagens portuguesas foram feitas em qualquer nau razoavelmente adequada que estivesse disponível, mas no final do século XV a combinação da mastreação quadrada do norte da Europa com a vela latina do Mediterrâneo havia transformado a caravela num imponente barco oceânico, a culminação de longo período de evolução e experimentação. As novas exigências das viagens atlânticas, da mesma forma que ajudaram a aperfeiçoar a caravela, também contribuíram para a melhoria das técnicas de navegação. Já que os navios agora navegavam em águas desconhecidas e sem avistar terra, não serviam mais as velhas práticas da navegação estimada, e os portugueses passaram a observar os astros para medir as distâncias e determinar a latitude, fazendo uso de instrumentos utilizados havia muito pelos astrônomos em terra, o astrolábio e o quadrante. Esses instrumentos, por sua vez, foram modificados e aprimorados para atender às necessidades dos viajantes do Atlântico. A bússola magnética, desenvolvida no final da Idade Média para ser usada no Mediterrâneo, facilitava aos navegadores a sua

orientação e a marcação da direção num mapa. Aqui também a experiência adquirida no Mediterrâneo foi aproveitada para as necessidades do Atlântico, pois a região mediterrânica produziu os primeiros mapas marítimos; e as habilidades cartográficas desenvolvidas, no final da Idade Média, na Itália e transportadas para a Península Ibérica tornariam possível cartografar um mundo em expansão.

Com sua rica região rural e seus vínculos com o complexo portuário de Andaluzia, a própria Sevilha tornou-se a capital marítima e comercial, e agrária, do sul da Espanha. Atraía colonos do interior da Península — os antecessores daqueles que seriam mais tarde os emigrantes para as Índias — e comerciantes do Mediterrâneo, principalmente os genoveses. No curso do século XV, os genoveses se estabeleceram em números crescentes em Lisboa e em Sevilha, onde vislumbraram novas possibilidades de empreendimentos e de capital numa época em que suas atividades no Levante estavam sendo constringidas pelo avanço dos turcos. Esperavam desenvolver no Ocidente fontes alternativas de abastecimento de mercadorias valiosas — sedas, corantes e sobretudo açúcar — que no Oriente se lhes tornavam menos acessíveis; e estavam ávidos pelo acesso ao ouro do Saara.

Não é surpresa, portanto, encontrar capital e aptidões genovesas a desempenhar um papel importante, e às vezes decisivo, em empreendimentos ultramarinos ibéricos do século XV. Os genoveses estiveram bem representados nas expedições à costa africana em busca de escravos e de ouro e apoiaram ativamente o movimento de anexação e exploração das ilhas do Atlântico leste — as Canárias, Madeira e os Açores — onde esperavam instalar novas plantações de cana-de-açúcar.

Mas os genoveses não eram mais que um elemento, embora significativo, do movimento ultramarino da Península no final da Idade Média. Portugal em particular tinha uma forte comunidade mercantil nativa, que na revolução de 1383-1385 ajudou a colocar no trono a Casa de Avis. A nova dinastia mantinha vínculos estreitos com proeminentes comerciantes e era sensível à preocupação que revelavam com a aquisição de novos mercados e de novas fontes de suprimento de corantes, ouro, açúcar e escravos. Mas as aventuras ultramarinas de Portugal no século XV também eram guiadas por outros interesses, às vezes contraditórios. A nobreza, golpeada pelas desvalorizações da moeda que reduziram o valor de seus censos e rendimentos fixos, procuravam no ultramar novas terras e novas fontes de riqueza. Os príncipes da nova casa real combinavam em graus variados o instinto aquisitivo com o





fervor de cruzada, uma sede de informações geográficas e um desejo de perpetuar seus nomes.

Sob a vigorosa direção da casa real, essas várias motivações combinaram-se para produzir entre os portugueses um intenso movimento em favor de uma expansão ultramarina numa época em que Castela ainda tinha de dar algo mais que um primeiro passo hesitante. A coroa de Castela, após a primeira tentativa séria de uma expedição de conquista em 1402, havia tomado posse nominal das ilhas Canárias. Todavia, em face da resistência oposta pelos habitantes guanchos, a conquista não foi adiante; e, durante grande parte do século XV, perturbações internas e a questão da reconquista ainda por concluir impediram Castela de seguir de modo sistemático o exemplo português.

Na época da morte do príncipe Henrique, o Navegador, em 1460, os portugueses haviam penetrado cerca de 2500 quilômetros na costa oeste da África e avançado pelo Atlântico, estabelecendo sua presença nas ilhas de Madeira, dos Açores e de Cabo Verde. A África era uma fonte potencial de mão-de-obra escrava para as plantações de cana-de-açúcar que surgiam nas ilhas recém-anexadas. A sociedade medieval do Mediterrâneo havia ideado formas e técnicas institucionais para o comércio, a escravização, a colonização e a conquista, e a participação dos genoveses na expansão ibérica do século XV fez com que reaparecessem essas mesmas formas e técnicas no avanço para a costa oeste da África e no movimento de penetração das ilhas no Atlântico.

O aspecto mais característico do estilo português de expansão foi a *feitoria*, o posto de comércio fortificado como o que foi instalado em Arguin ou em São Jorge de Mina na costa africana. O uso da feitoria tornou possível prescindir da conquista e colonização em larga escala e deu aos portugueses dos séculos XV e XVI a oportunidade de estabelecer sua presença em vastas áreas do globo sem a necessidade de penetrar muito no interior dos continentes. Era um estilo de colonização que Colombo, com sua formação genovesa e sua experiência portuguesa, chegou a conhecer bem, e que lhe proporcionaria um modelo óbvio quando chegasse às ilhas do mar dos Caraíbas.

A expansão ultramarina podia significar mais que a instalação de postos de comércio, como na verdade aconteceu aos portugueses nas ilhas do Atlântico e, mais tarde, no Brasil. Para instalar plantações de cana-de-açúcar, como nos Açores, foi necessário colonizar. No caso, o método mais barato do ponto de vista da coroa portuguesa era delegar responsabilidade de povoamento e desenvolvimento de territórios a particulares, que seriam recompensados com amplos privilégios. Esse sistema, pelo qual o donatário, ou senhor

proprietário, era também o capitão e comandante, mesclava admiravelmente elementos capitalistas e senhorial-militares da sociedade mediterrânica medieval. Foi empregado pela coroa portuguesa no século XV para desenvolver Madeira e os Açores, e em 1534 seria estendido ao Novo Mundo, quando Dom João III dividiu a linha costeira em doze capitanias hereditárias.

Por conseguinte, os castelhanos, quando no final do século XV voltaram sua atenção para os novos mundos de além-mar, tinham os precedentes portugueses e suas próprias experiências na reconquista em que se basear. Tinham diante de si um conjunto de opções. Podiam comerciar ou podiam invadir; podiam estabelecer-se ou seguir adiante. A escolha que fizessem seria determinada em parte pelas condições locais [illegible] a facilidade da ocupação, a natureza dos recursos a explorar [illegible] em parte pela combinação específica de indivíduos e interesses que sustentavam e controlavam as expedições de conquista.

Muita coisa dependia, inevitavelmente, do caráter do comandante e do tipo de apoio que era capaz de obter. O *conquistador*, embora extremamente individualista, nunca estava só. Fazia parte de um grupo sob o comando de um *caudillo*, um líder, cuja capacidade de sobrevivência seria testada na primeira oportunidade por sua capacidade de mobilizar homens e recursos, e depois pelo êxito em guiar seus homens à vitória. O sobrinho de Cortés, Alonso de Monroy, mestre da ordem de Alcântara, que se distinguiu em conflitos peninsulares no século XV, era conhecido por ser "extremamente afortunado na guerra" e alguém que "obrigava a sorte a segui-lo"[3]. Essa era a reputação a que Cortés aspirava, assim como todo *caudillo* do Novo Mundo.

O *caudillo* tinha a um e mesmo tempo de atender às exigências dos seus financiadores e a satisfazer as expectativas do grupo não menos individualista de homens que se haviam colocado temporariamente sob seu comando. Conseqüentemente, a tensão era parte integrante de toda expedição de conquista — tensão quanto aos propósitos e objetivos e quanto à distribuição dos espólios. A disciplina, em tais condições, era fruto, de um lado, da capacidade do líder de se impor a seus homens e, de outro, do senso coletivo de comprometimento com uma empresa comum.

Os longos séculos de guerra de fronteira em Castela ajudaram a criar aquela mistura especial de individualismo e senso de comunidade que um

[3] Alonso Maldonado, *Hechos del Maestre de Alcántara Don Alonso de Monroy*, ed. A. R. Rodríguez Moñino, Madrid, 1935, p. 24.





dia tornaria possível a conquista da América. O pronome pessoal que perpassa as *Cartas* de Hernán Cortés que vêm do México é contrabalançado pelo "nós" confiante dos soldados que falam através de um dos seus, Bernal Díaz del Castillo, em seu *Verdadeira História da Conquista da Nova Espanha*. Mas o grande movimento expansionista que conduziu a presença espanhola através do Atlântico era algo mais que um esforço maciço da empresa privada que assumia temporariamente formas coletivistas. Isso porque, juntamente com a unidade individual e coletiva, havia dois outros participantes que marcavam de modo indelével todo o empreendimento — a Igreja e a coroa.

Mesmo quando a guerra de fronteira contra os mouros era feita por bandos autônomos de guerreiros, continuava a ser conduzida sob os auspícios da Igreja e do Estado. A Igreja garantia a sanção moral que elevava uma expedição de pilhagem ao nível de cruzada, enquanto a aprovação do Estado era necessária para legitimar a aquisição de senhorio e de terra. A terra, e o subsolo, estavam entre as *regalías* pertencentes à coroa de Castela, e conseqüentemente toda terra adquirida através de conquista por um indivíduo particular se tornava dele não por direito, mas por graça e favor reais. Cabia ao rei, na qualidade de senhor supremo (o *señor natural*), controlar o *repartimiento*, ou a distribuição das terras conquistadas ou por conquistar, e autorizar colônias de povoamento nos territórios conquistados. No momento da divisão dos espólios de guerra, sempre deveria ser separado o *quinto real*. Embora os *adelantados*, ou governadores militares das regiões de fronteira, possuíssem alto grau de autonomia, eram governadores em nome do rei.

Dessa e de muitas outras formas, a presença real se fazia sentir à medida que a reconquista prosseguia em seu avanço rumo ao sul. Inevitavelmente, a autoridade efetiva da coroa flutuava de uma geração para outra, mas a realeza em si era o centro de toda a organização da sociedade medieval de Castela e recebeu uma posição exaltada na grande compilação da tradição legal de Castela, as *Siete Partidas* de Alfonso X, no século XIII. A visão de uma sociedade harmoniosa contida nas *Siete Partidas* é aquela em que o rei, na qualidade de vigário de Deus na terra, exerce uma supervisão constante e ativa dentro do quadro da lei. Ao monarca cabia, na qualidade de senhor natural dessa sociedade, garantir bom governo e ministrar justiça, no sentido de assegurar que cada vassalo recebesse seus direitos e cumprisse as obrigações que eram suas em virtude de sua posição. Nessa teoria estava implícita uma relação contratual entre o rei e os vassalos: o reinado degenera em tirania se o rei, ou seus representantes nomeados, desconsiderar o bem-estar comum.

O bom rei, contrariamente ao tirano, deve estar atento a que os maus sejam punidos e os justos, recompensados. Sendo o distribuidor de patrocínio, ele recompensa os serviços dos vassalos merecedores com cargos e honras, de acordo com um sistema cuidadosamente regulamentado pelo qual, teoricamente ao menos, cada *servicio* de um vassalo recebe a devida compensação numa *merced*, ou favor, do rei.

Foi essa sociedade patrimonial, estruturada em torno da concepção de obrigação mútua simbolizada pelas palavras *servicio* e *merced*, que se viu desmantelada no final da Idade Média, foi reconstituída em Castela durante o reinado conjunto de Fernando e Isabel (1474-1504) e depois transportada através do oceano para ser implantada nas ilhas e no continente americanos. Fernando e Isabel, os Reis Católicos, eram os governantes do que era essencialmente uma sociedade medieval renovada. Mas a natureza do próprio reinado desses soberanos, embora tradicional em suas formulações teóricas, possuía na prática elementos de inovação que tornavam seu poder mais temível que o de qualquer de seus antepassados medievais.

Sobretudo, foram os primeiros soberanos autênticos da *Espanha* — uma Espanha constituída pela união, na própria pessoa deles, das coroas de Castela e Aragão. Embora as duas coroas permanecessem institucionalmente distintas, sua união nominal representava um notável realce do poder real. Na qualidade de reis da Espanha, os Reis Católicos tinham à disposição, pelo menos potencialmente, recursos financeiros e militares muito maiores do que os que podiam ser reunidos por qualquer facção rebelde entre seus súditos. Podiam recorrer a grandes reservas de lealdade instintiva entre súditos cansados de uma guerra civil interminável. Possuíam, na crescente classe dos *letrados* (funcionários com formação universitária), uma reserva de servidores profissionalmente qualificados, cujos próprios interesses eram mais bem servidos pela manutenção e ampliação da autoridade da coroa. O humanismo do Renascimento e uma religião revivescente com fortes nuances escatológicas forneciam idéias e símbolos que podiam ser explorados para projetar novas imagens da monarquia, como a de líder natural numa grande empresa coletiva — a missão divina de eliminar os últimos resquícios do domínio mouro e de purificar a Península de quaisquer elementos de contaminação, um prelúdio da difusão do evangelho aos recantos mais longínquos da terra.

Fernando e Isabel possuíam a sagacidade e a habilidade para aproveitar ao máximo essas diversas armas de seu arsenal. Em conseqüência, as últimas duas décadas do século XV em Castela — onde as barreiras institucionais opostas ao exercício da autoridade real eram muito menos fortes do que as da coroa de Aragão — testemunharam uma surpreendente reafirmação e ampliação do poder real.



A presença de um Estado intrusivo seria fundamental para todo o desenvolvimento da empresa ultramarina de Castela. É possível que alguns buscassem ativamente a intervenção real e que outros se sentissem melindrados com ela, mas em ambos os casos a autoridade da coroa deveria ser um ponto de referência automático para todos os envolvidos na exploração, conquista e colonização das novas terras.

Já havia claras indicações disso na primeira tentativa castelhana de conquista e colonização do Atlântico — a ocupação das ilhas Canárias nas décadas de 1480 e 1490. As Canárias ainda eram apenas uma possessão nominal da coroa de Castela quando se tornaram objeto de disputa entre Portugal e Castela na guerra da sucessão que irrompeu em 1475. Potencialmente rico por si mesmo, o arquipélago era também uma base óbvia tanto para as incursões à costa africana quanto para as viagens de exploração pelo Atlântico, do tipo que estava sendo empreendido pelos portugueses. A coroa de Castela, envolvida numa profunda rivalidade com Portugal, tinha portanto um interesse manifesto em fazer valer suas pretensões, e assim enviou uma expedição, que partiu de Sevilha em 1478, para ocupar a Grande Canária. A essa se seguiu, em 1482, uma nova expedição, mais bem-sucedida, sob o comando de Alfonso Fernández de Lugo; todavia, embora os portugueses recuassem de suas pretensões no tratado de paz de 1479, a resistência dos habitantes da ilha impediu uma ocupação fácil, e Palma só foi subjugada em 1492, e Tenerife, um ano depois. A conquista, como aconteceu nos Açores portugueses, foi seguida de exploração. Os genoveses ajudaram a introduzir o cultivo da cana-de-açúcar, e em 1526 havia doze grandes plantações de cana-de-açúcar somente na ilha Grande Canária.

A ocupação das Canárias, um ponto de parada natural na rota para as Índias, ilustra a conjunção entre interesse público e privado que havia caracterizado a reconquista e viria a caracterizar também a empresa da América. O domínio sobre as ilhas pertencia à coroa, que desse modo devia autorizar todas as expedições de conquista. Nessa ocasião, a coroa também participou do financiamento do empreendimento, mas Fernández de Lugo, nomeado pela coroa *adelantado* de Las Palmas, fez seu próprio contrato particular com uma companhia de comerciantes sevilhanos. Antes de partir uma expedição, era assinado um contrato formal, ou *capitulación*, entre a coroa e o

comandante, em termos análogos aos de contratos semelhantes feitos durante o processo da reconquista. Nessas *capitulaciones* a coroa se reservava certos direitos nos territórios a ser conquistados, ao mesmo tempo em que garantia privilégios e recompensas específicos ao comandante e aos que se associassem a sua companhia.

Dessa maneira, quando Cristóvão Colombo, o obsessivo visionário genovês, finalmente persuadiu em 1491 Fernando e Isabel a patrocinar e apoiar sua projetada viagem ao Mar Oceano, viu-se preso a uma tradição bem-estabelecida que constituía a relação entre a coroa e os comandantes de expedições. A essa relação ele acrescentou suas próprias idéias, baseadas no modelo português de cartas de doação para os que descobrissem terras a oeste dos Açores. Nas *capitulaciones* ajustadas com os Reis Católicos em Santa Fé, fora de Granada, em abril de 1492, Colombo foi autorizado, segundo uma fórmula tradicional, a "descobrir e adquirir ilhas e territórios continentais no Mar Oceano" — na verdade a "conquistar", no sentido de procurar e ocupar terras atraentes. Nessa ocasião, a coroa mostrou desejos de fazer uma contribuição financeira relativamente pequena e fornecer navios a Colombo. Este foi nomeado vice-rei e governador hereditário de todas as terras descobertas, sendo "vice-rei" o título conferido pelos governantes da Aragão medieval a um representante designado para governar territórios que o próprio rei não tinha condições de administrar pessoalmente. Colombo foi também, por sua própria insistência, feito Almirante hereditário do Mar Oceano. Entre as recompensas que lhe foram prometidas no caso de sucesso estava o direito de designar funcionários judiciais (mas não administrativos) na área de sua jurisdição, juntamente com dez por cento dos lucros do escambo e do comércio.

Em 3 de agosto de 1492, quando Colombo partiu do porto andaluz de Palos, já estava obviamente antecipado que, se alcançasse as "Índias", ele estabeleceria um comércio de entreposto no estilo português em benefício da coroa de Castela, baseado em pequenos núcleos de guarnição. Mas as notícias que trouxe ao retornar à Espanha em março de 1493 sugeriam, pelo menos para a coroa, a conveniência de certas modificações no plano original. Havia um certo ceticismo com relação a ter Colombo realmente atingido o Oriente, como ele próprio insistia em afirmar. A revelação do que parecia ser novas ilhas e novos povos suscitou importantes questões sobre direitos às terras e sobre o tratamento a ser dispensado aos habitantes. Quem deveria exercer o domínio sobre eles, e quem deveria encarregar-se da salvação de suas almas?





Os Reis Católicos se dirigiram ao papado, segundo o precedente estabelecido pelos portugueses, que haviam assegurado uma doação formal do papa de direitos de soberania "do cabo Bojador até a Guiné e além". De um papa espanhol complacente, Alexandre VI, obtiveram o que queriam: direitos semelhantes em "todas e quaisquer ilhas e continentes, encontrados ou a encontrar" na área além de uma linha nacional de demarcação que deveria ser formalmente ajustada entre as coroas de Portugal e da Espanha, no Tratado de Tordesilhas de 1494. É possível que as bulas de 1493 de Alexandre VI fossem consideradas desnecessárias tendo em vista o princípio do Direito Romano estabelecido nas *Siete Partidas* de que a possessão pertencia aos primeiros ocupantes da terra. Mas a autorização papal deu um grau suplementar de segurança às pretensões de Castela contra toda contestação que Portugal pudesse tentar, e elevou a empresa das Índias ao nível de um empreendimento sagrado, ao vincular os direitos exclusivos de Castela a uma obrigação igualmente exclusiva de converter os pagãos à Fé. Essa empresa missionária, solenemente confiada à coroa de Castela, deu-lhe uma justificativa moral para a conquista e a colonização, que imediatamente fortaleceu e transcendeu os direitos decorrentes de uma ou de outra do fato da primeira descoberta.

A coroa, depois de procurar assegurar sua primazia na arena internacional, buscou também garantir a primazia na aventura de Colombo. O equipamento da frota para sua viagem de retorno a Hispaniola — uma frota, dessa vez, de dezessete navios em vez dos três da primeira viagem — foi confiado ao temível Juan Rodríguez de Fonseca, arcediago de Sevilha e membro do Conselho de Castela. Nos 23 anos seguintes, até a morte de Fernando, o Católico, em 1516, Fonseca seria de fato o diretor supremo e coordenador da empresa de Castela na América, encarregado da tarefa quase impossível de assegurar que, em cada estágio de descoberta, colonização e conquista, fossem preservados adequadamente os interesses e a autoridade da coroa. A inclusão, na segunda viagem de Colombo, de um representante dos *contadores mayores* de Castela — os principais ministros financeiros da coroa — juntamente com um *receptor* para coletar todos os direitos da coroa, e um *vedor*, ou fiscal de contas, estabeleceu o precedente que viria a ser seguido nas expedições futuras, uma supervisão e controle por parte de funcionários da coroa. Os homens de Fonseca seguiriam nos calcanhares de todo futuro explorador e descobridor, e nenhum capitão nas Índias conseguiria escapar por muito tempo da sombra opressiva da coroa.

A expedição de 1493 diferia também em outros aspectos importantes da anterior. Na primeira viagem não houvera sacerdotes, mas dessa vez era dada ênfase especial à conversão dos nativos, e um grupo de frades, especialmente escolhidos por Fernando e Isabel e liderados por um beneditino catalão, Bernardo Boil, recebeu o encargo da empresa missionária a ser empreendida às expensas da coroa. Além disso, a conversão implicava uma ocupação permanente, e toda a expedição foi preparada para o estabelecimento nas Antilhas de uma presença espanhola de longa duração. Dessa vez, em lugar de apenas 87 homens, Colombo foi acompanhado por 1 200, entre eles não apenas soldados e marinheiros e nobres aventureiros, mas também artesãos e agricultores. A ênfase nesse estágio foi posta na colonização, embora o *rescate* (comércio de trocas com os indígenas) continuasse a ser fundamental para a empresa. Uma colônia-modelo estava, na verdade, sendo enviada maciçamente de Sevilha — modelo, exceto por um aspecto básico: não incluía mulheres.

Assim, já em 1493, novos elementos entravam em cena para modificar ou transformar a empresa original das Índias na forma que Colombo havia ideado. O comércio e a exploração continuaram sendo componentes importantes do empreendimento; e a instalação de uma colônia permanente nas Antilhas estava em estreita sintonia com o estilo genovês-português de atividade ultramarina, como já era praticado em Madeira e ao longo da costa ocidental da África. Mas as antigas tradições castelhanas da reconquista também tendiam a afirmar-se, incentivadas em parte pelo fato de que o mundo recém-descoberto das Antilhas parecia densamente povoado por uma população não-cristã, e uma que possuía objetos de ouro. Em meio à diversidade de opções que estavam a seu alcance, Castela caminhava para uma que significava uma conquista em larga escala na tradição peninsular medieval — a afirmação da soberania, o estabelecimento da fé, a imigração e colonização, e um domínio amplo da terra e do povo. Todavia, quando foi lançada de modo precário no Novo Mundo a primeira colônia espanhola, ainda estava muito longe de ser decidido qual das duas formas, conquistar e colonizar, ou conquistar e seguir adiante, viria a prevalecer.

## O PADRÃO DAS ILHAS

O problema que a coroa e seus agentes enfrentavam em Hispaniola prefigurava em dimensões pequenas o problema que estaria por trás de toda a





empresa espanhola na América: como impor estabilidade num mundo onde quase tudo estava imediatamente em fluxo? Invadindo o recém-descoberto paraíso do mar dos Caraíbas, com suas próprias aspirações, seus valores e — não menos — suas doenças, Colombo e seus homens logo estariam a caminho de transformá-lo numa selva devastada.

Os espanhóis haviam voltado às Antilhas com idéias bem definidas. Queriam sobretudo ouro. Enquanto o próprio Colombo continuava em sua busca do caminho das Índias e do império do Grande Cã, a maior parte do seu bando instalou-se em Hispaniola, onde descobriu que a primeira colônia havia desaparecido em sua ausência. Assim, foi fundada uma nova colônia, Isabella, em cima do que se revelaria um local insalubre na praia norte. Foi proposto que os colonos construiriam uma cidade, plantariam suas culturas, criariam seu gado e instalariam uma cadeia de armazéns bem defendidos, nos quais os índios — agora submetidos à influência enaltecedora do cristianismo — depositariam docilmente grandes quantidades de ouro.

Esse sonho logo se esfacelou. A quantidade de ouro que devia provir do escambo com os índios revelou-se bastante desapontadora, e Colombo, ansioso por justificar os investimentos a seus soberanos, tentou complementar a insuficiência com outra mercadoria atraente, os próprios índios. Ao enviar índios caraíbas para a Espanha para serem vendidos como escravos, Colombo colocou de forma aguda uma questão que iria dominar a história da Espanha na América nos cinqüenta anos seguintes: o *status* a atribuir à população indígena.

Segundo as provisões do Direito Romano, os "bárbaros" podiam ser escravizados legitimamente, e o termo "bárbaro" chegara a ser interpretado pelo Cristianismo medieval como "infiel". No entanto, embora a coroa parecesse disposta a aplicar essa interpretação ao primeiro carregamento de taínos que chegou à Andaluzia, a influência dos teólogos levou a um reexame da questão. Um infiel era um homem que havia rejeitado a verdadeira fé, mas aparentemente, embora inexplicavelmente, esses novos povos haviam vivido na total ignorância dela. Deviam, portanto, ser classificados como pagãos e não como infiéis, a menos que continuassem a rejeitá-la, depois que se lhes pregasse o evangelho. Isabel, aconselhada por seu confessor Jiménez de Cisneros, suspendeu o tráfico. Esses povos eram súditos da rainha; e em 1500 a coroa declarou os índios "livres e não sujeitos à servidão". Essa decisão, aparentemente definitiva, na verdade estava longe de ser abrangente. Ainda era permitido escravizar índios aprisionados numa "guerra justa" — um

termo que se revelou notavelmente flexível quando foi empregado nas Antilhas e depois no continente, abarcando de fato qualquer coisa desde índios "rebeldes" a caraíbas canibais. A consequencia imediata da decisão da coroa foi estimular ataques para a preia de escravos contra as ilhas das Antilhas ainda não-habitadas por espanhóis, a fim de suprir o mercado com escravos "legítimos". À medida que se multiplicavam os abusos, aumentava também a repulsa contra eles, mas somente com as Novas Leis de 1542, que produzia efeito tanto retrospectivamente quanto para o futuro, é que foi abolida definitivamente, embora não universalmente, a escravidão indígena.

A rejeição, pelo menos de princípio, da escravidão indígena eliminou uma das opções abertas aos colonos de Hispaniola e, conseqüentemente, exacerbou os problemas de sobrevivência que já começavam a se tornar agudos. Algumas doenças que atacaram os colonos os haviam obrigado a mudar para o lado sul da ilha, onde sua nova colônia, Santo Domingo, fundada por Bartolomé Colón em 1498, deveria tornar-se o centro nervoso das Índias espanholas por uma ou mais gerações. Mas a sobrevivência de Santo Domingo como colônia viável dependia do estabelecimento de um certo equilíbrio entre os colonos, que, como todos os colonizadores, chegavam com expectativas exageradas, e os recursos, que não só eram limitados mas também se escasseavam rapidamente.

A família de Colombo, que tinha jurisdição sobre as ilhas, revelou não estar à altura da tarefa. Na qualidade de genoveses adventícios, começaram em desvantagem natural, e por temperamento nem o almirante nem seus irmãos estavam preparados para lidar com a indisciplina endêmica de um bando de espanhóis cujo único pensamento era a riqueza fácil. A era Colombo nas Índias Ocidentais terminou definitivamente com o retorno final de Diego Colón à Espanha em 1524, mas já desde a metade da década de 1490 a coroa estava cuidadosamente retreando e reduzindo a jurisdição da família. O verdadeiro fundador de Hispaniola e, através disso, das Índias espanholas foi frei Nicolás de Ovando, nomeado governador em 1501. Um estremadurenho cuja habilidade política e capacidade administrativa se revelaram na reforma da ordem militar de Alcántara, Ovando recebeu a incumbência de dar estabilidade a uma ilha onde a comunidade de colonos estava dilacerada por facções e ameaçada de extinção devido à escassez de alimento e de mão-de-obra.

Nos seus oito anos de governo, Ovando conseguiu estabelecer as bases da sobrevivência econômica e um controle centralizado eficiente. Começou por





reconstruir a própria cidade de Santo Domingo, que fora destruída por um ciclone pouco antes de sua chegada, na primavera de 1502. Reconstruída num local ligeiramente diferente, Santo Domingo tornou-se a primeira cidade verdadeira do Novo Mundo espanhol — aquela que era a primeira a surgir aos olhos de toda uma geração de recém-chegados às Índias e a fornecer o modelo para as cidades que viriam a nascer na América continental. Em seu *Sumario de la Natural Historia de las Indias* (1526), o orgulhoso cronista de Hispaniola, Gonzalo Fernández de Oviedo, descrevê-la-ia como superior até mesmo a Barcelona e a todas as outras cidades que havia visto no Velho Mundo: "pois como foi fundada em nossa época [...] foi projetada com régua e compasso, e todas as ruas planejadas em linhas regulares"[4]. A planta em grade, que seguia modelos já estabelecidos na Europa — inclusive o da habitação temporária dos Reis Católicos em Santa Fé em Granada — havia cruzado o Atlântico em segurança.

Muitas das práticas e instituições que viriam mais tarde a ser transplantadas para o continente americano eram o produto direto do sistema administrativo aplicado por Ovando em Hispaniola, que por sua vez se calcava nas experiências da reconquista na Espanha e da conquista das Canárias. Para induzir os espanhóis a permanecer na América, seria preciso conceder-lhe uma recompensa em recursos da ilha, ou naturais ou humanos. As esperanças de uma economia baseada no escambo do ouro com os indígenas haviam naufragado com a escassez do metal, embora ainda fosse possível extrair mais ouro de minas e dos rios. Isso por sua vez requeria mão-de-obra, e Colombo já havia introduzido um sistema de trabalho forçado dos índios que ajudaria a produzir tributos para o rei e lucros para os colonos. Tentativas de substituir a mão-de-obra escrava por trabalho voluntário pago revelaram-se infrutíferas, como deveria acontecer numa sociedade que desconhecia totalmente o conceito europeu de "trabalho". Dessa forma, por recomendação de Ovando, a coroa aprovou em 1503 um sistema de trabalho forçado, pelo qual o governador teria liberdade para distribuir a mão-de-obra indígena nas minas ou nos campos, sendo pagos salários aos que recebessem essa consignação.

Ao dar a Ovando o poder de distribuir a mão-de-obra escrava a seu bel prazer, a coroa lhe dera os meios de moldar a vida da ilha a suas próprias

4. Gonzalo Fernández de Oviedo, *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, ed. José Miranda, México, 1950, pp. 88-89.

necessidades. O *repartimiento*, ou distribuição dos índios, fora um ato de favor da coroa e, portanto, trazia consigo certas obrigações a ser cumpridas pelos concessionários. Deviam cuidar dos índios e instruí-los na fé, o que significava que deveriam ser temporariamente "depositados" ou confiados a espanhóis privados. Era um sistema que lembrava a *encomienda*, ou o uso de atribuir povoações mouras a membros de ordens militares na Espanha medieval; e a palavra *encomienda* ressurgiria no devido tempo neste novo ambiente americano, embora agora comportasse um sentido bastante diferente[5]. A *encomienda* no Novo Mundo não incluía a distribuição de terras ou de arrendamentos. Era simplesmente uma concessão pelo Estado de mão-de-obra compulsória, vinculada a responsabilidades específicas para com seus "protegidos" indígenas por parte do depositário, ou *encomendero*.

Teoricamente, tais responsabilidades não poderiam ser atribuídas levianamente. Deviam ser dadas aos mais capacitados para exercê-las, aos merecedores e aos estabelecidos — e o homem estabelecido no mundo hispânico era o homem de propriedades com uma residência urbana. O controle que exerceu sobre a oferta de mão-de-obra, portanto, deu a Ovando as condições para incentivar a instalação de espanhóis em pequenas comunidades urbanas, cada uma com seu *cabildo*, ou conselho da cidade, segundo o modelo espanhol. A mão-de-obra indígena devia ser distribuída apenas aos *vecinos*, cidadãos com plenos direitos.

Para facilitar o processo de distribuição, os índios eram também deslocados e era dada a seus *caciques* a responsabilidade pelo fornecimento de mão-de-obra aos espanhóis. Enquanto parte dessa força de trabalho era constituída de índios de *encomienda*, outros índios, chamados *naborías*, assumiam o serviço nas casas das famílias espanholas como servos domésticos. Esses *naborías* situavam-se dos dois lados da linha que dividia a sociedade harmoniosa, tal como fora planejada por Ovando — uma sociedade em que a comunidade indígena e a espanhola coexistiam sob a estrita supervisão do governador real e onde os índios eram introduzidos nos benefícios da civilização cristã e em troca forneciam a mão-de-obra, que era tudo o que tinham a oferecer. Ovando incentivou ao mesmo tempo o estabelecimento da criação de gado e do cultivo da cana-de-açúcar, na esperança de libertar a sociedade de Hispaniola de uma dependência excessiva desse bem elusivo, o ouro, e de amarrar os colonos à terra.

[5] Para um exame mais detalhado do sistema de *encomienda*, ver o trabalho de J. H. Elliott, adiante neste volume, cap. 7 (pp. 283-337) e o de Murdo J. MacLeod, cap. 8, pp. 339-390; ver também Charles Gibson, *História da América Latina*, vol. II, cap. 7.





Sob o governo de Ovando, portanto, Hispaniola fez a transição de entreposto para colônia, mas seu esquema trazia dentro de si mesmo as sementes da sua própria destruição. O estabelecimento formal do trabalho forçado para a população indígena apenas precipitou um processo que já se estava tornando catastrófico — a sua total extinção. Em vinte anos desde o desembarque de Colombo, a população dessa ilha densamente habitada havia sido quase varrida pela guerra, pelas doenças, pelos maus tratos e pelo trauma resultante dos esforços dos invasores para obrigá-la a aceitar modos de vida e comportamento totalmente desvinculados de sua experiência anterior.

Numa tentativa desesperada de manter a oferta de mão-de-obra, os colonos realizaram ataques maciços às Baamas e deportaram sua população lucayo para Hispaniola. Todavia, à medida que chegavam da Espanha novas levas de imigrantes em busca de uma fortuna rápida, a importação de mão-de-obra forçada das ilhas vizinhas não passava de mero paliativo. A estabilidade buscada por Ovando se mostrava absolutamente elusiva, e a tentativa de impô-la por meios autocráticos provocava acerbos ressentimentos contra o governador. Estabelecendo um modelo que seria seguido repetidas vezes no governo das Índias, os dissidentes locais conseguiram mobilizar defensores influentes na corte. Ovando foi afastado do cargo em 1509, vítima de Fonseca e seus funcionários em Hispaniola, e Diego Colón, que o sucedeu como governador, não teve melhor sorte. As pretensões da família Colombo tornaram-no suspeito à coroa; e em 1511 esta tomava medidas para refrear seu poder, ao instituir um tribunal legal permanente, a *audiencia* de Santo Domingo. A *audiencia* em si, criada nos moldes das chancelarias de Valladolid e Granada, devia servir de modelo para outros tribunais desse tipo à medida que a coroa espanhola ampliou seu controle sobre o continente americano. Os agentes do governo real deveriam no futuro ser mantidos sob controle permanente por parte dos agentes da justiça real.

O declínio progressivo tanto da população nativa de Hispaniola quanto da não-branca trazida de fora produziu duas reações diversas, cada uma delas com importantes conseqüências para o futuro da América espanhola. Provocou, em primeiro lugar, um intenso movimento de indignação moral, na própria ilha e na metrópole espanhola. O movimento foi liderado pelos dominicanos, horrorizados com as condições que encontraram na ilha à sua chegada em 1510. Seu maior expoente foi Antonio de Montesinos que, num

sermão proferido em Santo Domingo no domingo anterior ao Natal de 1511, denunciou os maus tratos infligidos aos índios e recusou a comunhão aos *encomenderos*, que ele considerava os maiores responsáveis pela situação. O maior proselito que conseguiu para a sua causa foi Bartolomé de Las Casas, que em 1514 renunciou à sua *encomienda* e a seus interesses comerciais na ilha e dedicou os 52 anos restantes de uma vida turbulenta à defesa apaixonada dos súditos indígenas da coroa espanhola.

As repercussões desse movimento logo se fizeram sentir na corte de Fernando, o Católico, onde o cinismo a respeito da exploraçao da riqueza das Índias era contrabalançado por uma consciência das obrigações impostas à coroa por uma série de bulas papais que haviam culminado na de 28 de julho de 1508, que lhe concedeu um *patronato* universal, ou o direito de apresentar candidatos aos benefícios do Novo Mundo, em troca dos onerosos deveres envolvidos na evangelização da população índia. Tornava-se claramente manifesta a necessidade de um novo código de legislaçao para proteger os índios dos abusos descritos em detalhes tão chocantes por Montesinos e seus colegas. As Leis de Burgos de 1512 foram uma tentativa, embora ingênua, de dar essa proteção, ao regulamentar cuidadosamente o funcionamento da *encomienda*, uma instituição que não era considerada incompatível — levando em conta as fraquezas e deficiências da maioria dos índios — com o princípio da liberdade indígena que as Leis também proclamavam.

As Leis de Burgos já nasceram letra morta das penas dos legisladores: não havia autoridade na ilha que estivesse disposta a garantir sua aplicação ou fosse capaz de fazê-lo. Mas em 1516, com a morte de Fernando, o regente Cardeal Cisneros, sob a influencia de Las Casas, fez nova tentativa de enfrentar o problema mediante o envio de uma comissão de três hieronimitas para governar a ilha. Os dois anos de governo dos hieronimitas ilustraram vigorosamente as dificuldades inerentes a uma política de boas intenções diante de fatos adversos. Foi difícil erradicar os abusos e o declínio da população nativa não pôde ser detido.

Admitindo com relutância que a economia da ilha não sobreviveria sem o recurso à mão-de-obra forçada, os hieronimitas concluíram que a única solução era importá-la na forma de escravos negros. A instituição da escravidão negra já era bem conhecida na sociedade mediterrânica do final da Idade Média. Comerciantes portugueses importavam negros da costa da Berbéria para Portugal desde meados do século XIII, e o número de escravos negros na Península Ibérica aumentou drasticamente no século XV, quando a penetração portuguesa na costa da Guiné criou novas fontes de suprimento. Desfrutando de um monopólio efetivo desse comércio, os negociantes portugueses supriam amplamente o mercado espanhol desde a década de 1460. Embora Lisboa fosse a cidade com a maior população negra da Península, logo números substanciais de escravos — alguns deles mais mouros que negros — foram encontrados em muitas das principais cidades espanholas, onde eram empregados sobretudo no serviço doméstico. Sevilha, com uma população total de cerca 100 mil habitantes na década de 1560, tinha nessa época um contingente de seis mil escravos, em sua maioria negros.





Não é de surpreender, portanto, que o trabalho escravo negro parecesse aos espanhóis uma resposta natural aos problemas de Hispaniola. O primeira carregamento de negros *ladinos* (que falavam o espanhol) chegou à ilha em 1505 e outros se seguiram, até que Cisneros proibiu todo e qualquer embarque, sob a alegação de que a presença de números crescentes de *ladinos* era causa de grande inquietação. Mas em 1518, após a sua morte e com a benção dos hieronimitas, o tráfico recomeçou sob a égide da coroa, pois Carlos V concedeu a um membro de sua família borgonhesa uma licença para que enviasse quatro mil escravos para as Índias no curso de oito anos. Este vendeu imediatamente a sua licença aos genoveses. Um novo e lucrativo comércio transatlântico se constituía, quando o Velho Mundo da África era chamado a restabelecer o equilíbrio demográfico do Novo.

A catástrofe demográfica que havia atingido os indígenas de Hispaniola teve outro efeito imediatamente mais importante. A população excessiva de espanhóis na ilha, impelida a importar mão-de-obra para garantir a própria sobrevivência, era impelida também por razões análogas a exportar-se a si mesmos. A necessidade de sair em viagem era de qualquer modo instintiva na maioria desses homens, de maneira que a necessidade e a inclinação andavam de mãos dadas. A terceira e a quarta viagem de Colombo em 1498 e em 1502-1504 haviam revelado grande parte dos contornos do mar dos Caraíbas e delineado a linha costeira da América Central e parte de Tierra Firme (Venezuela). As descobertas do almirante, do mesmo modo que as ricas pescas de pérola ao largo da costa da Venezuela, encorajaram outros a seguir-lhe os passos. Em 1499 Alonso de Hojeda levantou o mapa da costa venezuelana até o golfo de Maracaibo; em 1504 Juan de la Cosa explorou a costa de Darién; e, à medida que se alargava o raio de espaço explorado em torno de Santo Domingo, aumentavam também as pressões em favor da conquista e da migração.

A partir de 1508, os impacientes colonos de Santo Domingo se espalhavam ganaciosamente pelas ilhas vizinhas. A colonização de Porto Rico foi iniciada em 1508 e a da Jamaica em 1509. Dois anos mais tarde Diego Velázquez, na qualidade de representante de Diego Colón, aventurou-se à conquista do que viria a ser um prêmio maior, a ilha de Fernandina, ou Cuba. Esta viria a tornar-se uma base para viagens de exploração e conquista à América continental, e seu porto de Havana, deslocado em 1519 para um local abrigado na costa norte, iria substituir Santo Domingo como porta de passagem para as Índias.

Ignorando os direitos da família Colombo, a coroa agora emitia licenças para a descoberta e conquista do território rapidamente emergente que parecia bloquear a rota para o Oriente. Juan Ponce de Léon, o conquistador de Porto Rico, descobriu a Flórida em 1513, mas não aproveitou a autorização para colonizá-la. Parecia que prêmios mais rutilantes acenavam em outros lugares. Ao longo das praias do golfo de Darién, vinham surgindo núcleos coloniais de escambo para o *rescate* de ouro dos indígenas locais. Em 1513, Vasco Núñez de Balboa, cortando seu caminho através do istmo, avistou o oceano Pacífico a partir de Darién. Três meses antes disso, na Espanha já haviam sido dadas ordens para o envio de uma expedição da Península, sob o comando de Pedrarias Dávila, com o propósito de conquistar essas regiões continentais, agora batizadas com o nome de Castilla del Oro. Na busca violenta de ouro, Pedrarias pilhou e aterrorizou; e no confronto inevitável com Balboa, saiu vencedor. Sob a direção de Pedrarias, algumas expedições de descoberta se espalharam pela América Central, a maioria delas preferindo a costa do Pacífico, onde em 1519 Pedrarias fundou a cidade do Panamá. Nesse mesmo ano, Cortés aportou no México, e Magalhães partiu em sua viagem de circunavegação, que daria à Espanha, tarde demais, sua rota marítima para o Oriente pelo ocidente.

A cada novo avanço dos invasores espanhóis o raio de devastação se alargava. À medida que uma área após outra de penetração espanhola perdia sua população aborígine diante do avanço incessante da destruição, da degradação e da doença, os invasores espanhóis faziam esforços desvairados para restabelecer a força de trabalho nativa em declínio, organizando expedições para preia de escravos na região circunvizinha. Incursões às Baamas e às ilhas menores do mar dos Caraíbas para repor os efetivos de população nativa de Hispaniola foram seguidas de ataques à Flórida e ao golfo de Honduras para reconstituir os de Cuba. Muito antes de Cortés partir de Cuba, preadores de escravos também tinham mostrado grande atividade na costa de Yucatán. Todavia, foi no período que se seguiu à ocupação do istmo do Panamá e à descoberta e conquista do Peru que os ataques para a preia de escravos se tornaram um meio de vida regular e altamente organizado. Com o desaparecimento dos habitantes nativos do istmo do Panamá, os espanhóis ficaram sem sua força de trabalho para cultivar as plantações, batear o ouro e transportar através do istmo as cargas pesadas que seriam embarcadas para o Peru. Para atender a suas necessidades, os colonos se voltaram não só para as tradicionais áreas fornecedoras de escravos das Antilhas, mas também para a densa população instalada na região lacustre da Nicarágua, onde as incursões escravistas alcançaram um novo nível de intensidade. Contudo, em toda a parte a esperança de repor uma população indígena desaparecida revelou-se ilusória. Os escravos importados sucumbiram tão rapidamente quanto havia desaparecido a população que deviam substituir, e o desnudamento de uma região não era seguido, como esperavam os espanhóis, pela reconstituição de outra.



No entanto, o negócio lucrativo do tráfico de escravos contribuiu substancialmente para o aumento do conhecimento geográfico, à medida que os saqueadores exploraram a costa de Tierra Firme, Panamá, Honduras e Flórida e traçara mapas das Baamas e das Pequenas Antilhas. Incentivou igualmente o comércio na região do mar dos Caraíbas e encorajou as primeiras tentativas locais de construção naval para atender às necessidades de homens que eram ao mesmo tempo preadores de escravos e comerciantes. O "período insular" de descoberta, conquista e colonização, entre os anos de 1492 a 1519, culminou, portanto, num período de atividade intensa e acelerada, estimulada ao mesmo tempo pelo fracasso inicial de Santo Domingo em manter seus impacientes imigrantes e pelas perspectivas rapidamente crescentes de pilhagem, comércio e lucros à medida que o território continental ia sendo revelado.

Ao mesmo tempo, e com uma fronteira em movimento constante, as esperanças de persuadir os habitantes das fronteiras a criar raízes estavam fadadas ao desvanecimento. Era verdade que Hispaniola, com sua crescente força de trabalho escravo, se esforçava através de suas dificuldades para conquistar uma modesta viabilidade econômica, baseada na exportação de açúcar e de peles. Não obstante, Santo Domingo jamais poderia ter esperado manter a posição de preeminência, que lhe fora conferida por Gonzalo Fernández de Oviedo, de capital do império espanhol nas Índias. Depois de conquistado e colonizado o continente, ela estava fadada a se manter à margem dos acontecimentos. Mas toda a experiência de Hispaniola, sua popula-

ção destruída e seus recursos devastados em busca do ganho imediato surgiam como um aviso assustador dos efeitos de uma mentalidade de *conquistador*, não-refreada por escrúpulos morais ou controle institucional. O mesmo processo se repetia mais uma vez no istmo do Panamá de Pedrarias Dávila. A menos que se conseguisse associar a colonização à conquista de um modo mais bem sucedido do que nos primeiros anos da conquista espanhola da região caribenha, as expedições que agora se dirigiam para o continente americano iam conquistar apenas para pilhar.

## A ORGANIZAÇÃO E O AVANÇO DA CONQUISTA

Pode-se dizer que o território continental da América espanhola foi "conquistado" entre 1519 e 1540, no sentido de que esses 21 anos viram o estabelecimento da presença espanhola em todas as grandes áreas do continente, e uma afirmação da soberania espanhola mais efetiva em algumas regiões do que em outras, sobre aqueles povos que não figuravam na área de jurisdição cedida a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas — área que se verificou incluir o recém-descoberto Brasil. A Península Ibérica, com exclusão de Portugal, tem uma superfície de pouco menos de 500 mil quilômetros quadrados. A superfície das Américas que cabia à Espanha nessas duas décadas era de dois milhões de quilômetros quadrados. A coroa tinha cerca de seis milhões de súditos em Castela e outro milhão em Aragão; agora adquiria — mesmo que de modo apenas fugaz, antes que a morte e a destruição cobrassem seu pavoroso tributo — talvez 50 milhões de novos súditos nas Américas.

Dois grandes arcos de conquista que se moviam a partir das Antilhas realizaram a subjugação da América continental. Um, organizado a partir de Cuba entre 1516 e 1518, atravessou o México de 1519 a 1522, destruindo a confederação asteca, e depois irradiou-se para o norte e para o sul a partir do planalto central mexicano. Em 1524 o movimento para o sul havia-se expandido através da atual Guatemala e El Salvador, mas ainda passariam vinte anos até que os grandes centros em Yucatán caíssem sob algum tipo de domínio espanhol. O avanço para o norte a partir do México central revelou-se um processo bem mais lento. Entre 1529 e 1536, Nuño de Guzmán, assolando o norte e o oeste mexicano, conquistou o vasto reino de Nova Galícia. A exploração continuou com a partida de Hernando de Soto, em 1539, para explorar o sudeste norte-americano e com a busca vã, por parte de Francisco Vázquez Coronado, entre 1540 e 1542, das sete cidades de





Cíbola nas planícies a oeste do Mississipi. Mas o fracasso dessas duas expedições determinou os limites extremos do avanço espanhol. As terras de fronteira da Nova Galícia foram deixadas ao lento avanço dos missionários, à empresa agrícola e de mineração; e somente em 1562-1575 é que outra grande região do noroeste mexicano, Nueva Vizcaya, caiu sob o domínio espanhol pela espada de Francisco de Ibarra.

O outro arco de conquista, começando no Panamá, deslocou-se por breve período para o norte em 1523-1524 até a Nicarágua, e depois, após curta pausa, tomou a rota do Pacífico rumo ao sul para a conquista do império inca em 1531-1533. Do Peru os *conquistadores* rumaram para o norte até Quito (1534) e Bogotá (1536), onde encontraram outros grupos que desciam pela costa da Venezuela e da Colômbia. Enquanto uma expedição sob o comando de Gonzalo Pizarro partia de Quito em 1541 para explorar a bacia amazônica, outros *conquistadores* seguiam para o sul rumo ao Chile, onde Santiago foi fundada em 1542 por Pedro de Valdivia. A conquista chilena fracassou numa guerra desgastante com os índios araucanos. Do outro lado do continente uma expedição que vinha da Europa, sob o comando de Pedro de Mendoza, tentou sem sucesso ocupar a região do rio da Prata em 1535-1536 e terminou por deixar um remoto posto avançado de colonização no Paraguai. Buenos Aires, fundada pela primeira vez em 1536 e destruída em 1541, foi fundada novamente em 1580, desta vez não a partir da Europa mas de Assunção.

Embora as áreas marginais, quer no norte do México, quer no sul da América do Sul, se mostrassem rebeldes à dominação, não obstante persiste o fato de que as regiões povoadas por uma população indígena maior e mais densa caíram sob o domínio espanhol no espaço de uma única geração. Como se pode explicar a extraordinária rapidez desse processo de "conquista"?

É da própria natureza da conquista que as vozes dos vencedores soem mais alto que a dos vencidos[6]. Isso é particularmente verdadeiro no caso das Américas, onde o mundo conquistado logo seria um mundo destruído. Era, de qualquer forma, um mundo de infinita variedade, que ia das populações densamente assentadas da Mesoamérica e dos Andes, passando pelos povos

6. Para uma abordagem mais completa sobre os indígenas e a conquista espanhola, ver Jorge Hidalgo, *The Cambridge History of Latin America*, vol. I, cap. 4, e o trabalho de Nathan Wachtel, adiante neste volume, cap. 5, às pp. 195-239.

parcialmente sedentários da periferia dessas regiões, aos bandos de caçadores e coletores de alimentos, como os que perambulavam pelo norte do México e pelas planícies argentinas. Entre alguns desses povos, as tradições orais e o folclore mantiveram viva a história da conquista. Entre outros, a memória coletiva foi extinta juntamente com eles próprios. E entre alguns — mais notadamente os astecas e os maias, que haviam desenvolvido sistemas de escrita — os episódios da conquista, mantidos vivos na música e na poesia, foram transmitidos aos frades, que os registraram por escrito, ou então foram gravados nos textos daqueles que, se não sofreram a experiência da conquista, pelo menos haviam-na conhecido dos membros da geração de seus pais.

Dada a diversidade dos povos, a relativa escassez das fontes e a natureza das circunstâncias em que foram produzidos, seria temerário afirmar que os registros que chegaram até nós dão-nos a perspectiva "indígena" da conquista. Mas fornecem na verdade uma série de evocações pungentes, filtradas pelas lentes da derrota, do impacto que provocou em certas regiões a súbita erupção de invasores estrangeiros, cuja aparência e comportamento estavam tão distantes da expectativa normal. A *Relación de Michoacán*, por exemplo, compilada por um franciscano espanhol por volta de 1540, com base em material reunido anteriormente junto a informantes tarascanos nativos, relata da seguinte maneira as impressões desses últimos sobre os espanhóis:

Quando viram os espanhóis pela primeira vez, os índios ficaram maravilhados diante de um povo tão estranho que não comia a mesma espécie de alimento, nem ficavam bêbados como os índios. Chamaram os espanhóis de Tucupacha, que significa deuses, e Teparacha, que significa grandes homens e é também empregado para designar deuses, e Acacecha, que significa pessoas que usam capa e chapéu. Com o passar do tempo, começaram a chamá-los de cristãos e a acreditar que haviam vindo do céu. Tinham certeza de que as roupas dos espanhóis eram as peles dos homens como os próprios índios usavam em ocasiões festivas. Alguns chamavam os cavalos de veados, outros de *tuycen*, que eram algo parecido com os cavalos que os índios faziam com pão de asnerina para serem usados na festa de *Cuingo* e aos quais prendiam crinas de cabelo falso. Os índios que primeiro viram os cavalos disseram aos Cazonci que os cavalos falavam, que os espanhóis, quando estavam montados, diziam aos cavalos que deviam andar quando puxavam as rédeas[7].

[7] *The Chronicles of Michoacán*, trad. e ed. de Eugene R. Craine e Reginald C. Reindorp, Norman, Oklahoma, 1970, p. 87.





O choque de surpresa produzido pelo aparecimento dos espanhóis e seus cavalos deu aos invasores uma importante vantagem inicial. Mas os registros cheios de destruição dos vencedores, produzidos sob o impacto esmagador da derrota, não fornecem por si mesmos uma base adequada para a compreensão do êxito espanhol. Por sua natureza, essas narrativas avançam inexoravelmente para a catástrofe, que desde o início é prenunciada por presságios misteriosos, como a queima inexplicada de templos ou o aparecimento de um pássaro estranho com um espelho na cabeça. O senso de inevitabilidade intensifica imensuravelmente a pungência da história contada pelos vencidos, mas continua sendo uma história que pode refletir muito mais a percepção pós-conquista de um evento vasto demais para ser inteiramente compreendido e absorvido do que fornecer uma avaliação confiável das chances espanholas no momento da chegada.

Parece à primeira vista que a superioridade numericamente esmagadora das populações indígenas oferecia pouca chance a pequenos bandos de espanhóis ligados a suas bases distantes apenas por linhas muito precárias de aprovisionamento. Todavia, nos primeiros estágios da conquista, a complexa diversidade dessas populações operou a favor dos espanhóis, embora num estágio posterior isso viesse a provocar sérias dificuldades. Tribos nômades ou semi-sedentárias em regiões de população escassa encontravam dificuldade para impedir a passagem dos resolutos e fortemente armados europeus, embora as flechas envenenadas usadas em algumas partes das Américas causassem muitas perdas entre os invasores. O problema mais imediato dos espanhóis era como conquistar e depois manter as áreas de maior interesse para eles — as áreas com grandes populações sedentárias na Mesoamérica e nos Andes, onde as perspectivas de riqueza em minérios e uma força de trabalho disciplinada tornavam a conquista digna do esforço.

Mas no final o próprio tamanho e o caráter dessas populações mesoamericanas e andinas mostraram que constituíam mais um trunfo que um obstáculo aos espanhóis. Tanto no "império" inca quanto no asteca, uma multidão de tribos rivais haviam sido postas sob alguma forma de controle central que os melindrava mais ou menos. Isso permitiu que os espanhóis jogassem um grupo tribal contra o outro e virassem os povos subjugados contra seus odiados senhores. Isso também significou que, uma vez derrubado o poder central, os espanhóis passariam a ser os senhores de populações já habituadas a um certo grau de subserviência. No entanto, os povos da periferia desses "impérios" e aqueles espalhados pelas terras secas escas-

samente povoadas do norte mexicano ou das áreas de floresta do sul da América meridional se mostraram incomparavelmente mais difíceis de dominar, principalmente depois que apreenderam o caráter do estilo de guerra dos espanhóis e dominaram o uso das armas e dos cavalos. Amplamente dispersos, seminômades e desabituados a uma disciplina imposta de fora, esses povos revelaram uma exasperante capacidade de eludir ou resistir sempre que os espanhóis tentaram introduzir alguma forma de domínio. Uma solução foi deixá-los à vontade, e na verdade foi isso o que ocorreu com freqüência. No entanto, nem sempre foi possível ignorá-los, pois verificou-se que algumas tribos, como as do norte do México, habitavam terras ricas em depósitos de minérios, e outras ameaçavam as tênues rotas de abastecimento para os postos avançados espanhóis de colonização, ou criavam um senso permanente de insegurança nas fronteiras de regiões que estavam escassamente ocupadas.

As características das sociedades hospedeiras nas regiões mais cobiçadas pelos espanhóis fornecem uma importante explicação para o sucesso da conquista e a subseqüente ocupação. Todavia, embora a natureza sedentária da população nessas regiões e o grau de controle central a que já estava submetida se revelassem como trunfos dos quais os espanhóis souberam tirar proveito, permanece o fato de que em muitos pontos os invasores se depararam com forte resistência militar de parte de forças vastamente superiores em número às suas próprias.

O cavalo deu aos espanhóis uma vantagem importante, em termos tanto da surpresa inicial quanto da mobilidade; mas Cortés tinha apenas dezesseis cavalos consigo quando iniciou sua marcha para o interior mexicano. Os invasores também tiraram enorme proveito do fato de pertencerem a uma sociedade dotada de incontestável superioridade tecnológica sobre as sociedades indígenas. Quando um mundo de ferro e pólvora entra em violenta colisão com um mundo de pedra, era de esperar que a derrota deste último fosse inevitável. Mas o impacto dessa superioridade técnica não foi tão bem definida e irrestrita quanto poderia parecer à primeira vista. Isso ocorreu em parte porque os invasores estavam mal-equipados pelos padrões da Europa do século XVI. A maioria dos homens de Cortés estavam armados com nada mais sofisticado do que espadas, piques e lacas; e as armas de fogo de que dispunham consistiam de apenas treze mosquetes, junto com dez canhões de bronze e quatro canhões leves. Somente com enorme dificuldade puderam esses canhões ser puxados pelas florestas e montanhas; a pólvora se molhava





nas travessias de rios e nas chuvas torrenciais; e, mesmo quando estava seca, a cadência de tiro dos mosquetes não se equiparava à das flechas nativas.

Tanto na Mesoamérica quanto nos Andes os espanhóis encontraram sociedades acostumadas à guerra em larga escala, embora fosse um estilo de combate com um ritmo e ritual diferentes dos da Europa. As armas de pedra e de madeira não se equiparavam ao aço espanhol, e a arma que em outras condições era mortífera, o tacape de ponta de obsidiana dos mexicas, chamado *macuahuitl*, se quebrava contra o elmo e a armadura de um espanhol. Numa batalha regular em terreno aberto, portanto, as forças dos astecas e dos incas, apesar de sua vasta superioridade numérica, tinham poucas chances de sobrepujar uma força espanhola combinada de cavalaria e infantaria de apenas cinqüenta homens, a menos que conseguissem levá-los à exaustão. A melhor chance estava em capturar grupos pequenos de espanhóis longe de suas defesas, ou atacá-los em locais onde não tivessem espaço para se reposicionar e manobrar.

Os índios possuíam a grande vantagem de operar em terreno conhecido, ao qual os espanhóis ainda tinham de aclimatar-se. A tecnologia superior era de muito pouca ajuda quando, como aconteceu muitas vezes, os espanhóis estavam combatendo os efeitos do calor e da altitude, e o enjôo causado por alimentação e bebida com que não estavam familiarizados. Além disso, as pesadas armaduras se revelaram uma desvantagem nesses climas, e os espanhóis, ao substituírem-nas pela armadura acolchoada de algodão dos mexicas, pagaram um tributo involuntário ao modo pelo qual as circunstâncias ambientais podiam neutralizar a vantagem tecnológica. Não obstante, permanece o fato de que os invasores tinham à disposição um arsenal amplamente superior de perícia técnica a que podiam recorrer nas emergências. Isso apareceu particularmente no emprego que deram aos seus navios. A capacidade dos conquistadores do México e do Peru de obter reforço por mar e a dominação do lago Texcoco por Cortés mediante a ostentação de bergantins especialmente construídos sugerem algo das reservas de força que tinham ao alcance quando os europeus encetaram a conquista da América.

Tanto o caráter das sociedades que os enfrentaram quanto sua própria superioridade tecnológica criaram esplêndidas oportunidades para os invasores europeus. Todavia, essas oportunidades ainda tinham de ser conquistadas, e aqui é que foi testada a capacidade de organização e improvisação dos europeus do século XVI. O fato de terem fracassado lamentavelmente

diante de alguns de seus adversários, como os índios araucanos do Chile, indica que o sucesso não era por si só automático. Regiões diferentes colocavam problemas diferentes e exigiam respostas diferentes, e cada expedição ou tentativa de colonização tinha suas próprias peculiaridades.

Mas enquanto, especialmente nos primeiros anos, não havia procedimento uniforme de conquista e colonização, certos padrões tendiam a impor-se, simplesmente porque as expedições militares exigiam organização e provisões, e as expedições comerciais logo descobriram que não podiam dispensar o apoio militar. Na Venezuela central, que os banqueiros de Carlos V, os Welsers, tentaram colonizar entre 1528 e 1541, havia, como era de esperar, um elemento fortemente comercial no tratamento da colonização. No entanto, apesar disso, as expedições comerciais rapidamente degeneraram em ataques para preia de escravos, bastante semelhantes àqueles que ocorreram nas Antilhas e no Panamá.

Não obstante, assim como os interesses comerciais sentiram necessidade de lançar mão de métodos militares, também as *bandas*, ou bandos de guerreiros organizados, não puderam por muito tempo prescindir dos serviços dos mercadores. O mais perto disso que conseguiram chegar foi na região do istmo, nos anos posteriores a 1509, quando a falta de capital — e de uma necessidade de capital, já que a norma eram rápidas expedições por via terrestre — tornou possível a formação de bandos guerreiros, ou *compañías*, de forte caráter igualitário. Essas companhias de guerreiros, baseadas num acordo prévio de distribuição igual do butim, eram bastante apropriadas para o tipo de guerra de assaltos realizado na região do mar dos Caraíbas, no istmo do Panamá e nas zonas de fronteira como a Venezuela. Na verdade, eram em grande parte o produto das condições da fronteira, e não surpreende que tenham ressurgido de forma muito semelhante nas *bandeiras* do Brasil português, que floresceram no final dos séculos XVI e XVII. Grupos pequenos e coesos de homens possuíam, graças a seus cavalos, a suprema vantagem da mobilidade. Seus gastos, exceto pelo custo dos cavalos, eram mínimos. As armas de fogo, que eram caras e que de qualquer forma seriam rapidamente corroídas na selva úmida, raramente eram necessárias contra o tipo de oposição que provavelmente enfrentariam. Armados com espadas de aço e acompanhados por poderosos mastins, caçavam os índios aterrorizados, matando, escravizando e capturando todo ouro que pudessem encontrar.

No entanto, tão logo surgiu a necessidade de expedições mais distantes, especialmente as que exigiam navios, tornaram-se necessárias formas de organização mais complexas. Os líderes de expedições em potencial tinham então de recorrer a comerciantes ou funcionários que dispusessem de grandes capitais, como o *licenciado* Gaspar de Espinosa, o *alcalde mayor* de Castilla del Oro sob o governo de Pedrarias Dávila, que era uma figura dominante no financiamento das expedições que partiram do Panamá nos primeiros anos da conquista do continente.



Nas circunstâncias era natural que se formassem sociedades — primeiramente entre os próprios capitães e depois entre os capitães e os investidores. No Panamá, por exemplo, Francisco Pizarro e Diego de Almagro formaram uma sociedade lucrativa em associação com Hernando de Luque, cuja condição de clérigo não inibiu seus ousados empreendimentos. Os sócios tendiam a dividir as funções entre si, como na relação entre Pizarro e Almagro, em que Pizarro assumiu o comando militar enquanto Almagro recrutou os associados e se encarregou da remessa de homens e provisões para pontos fixos ao longo da rota.

Os investidores exigiam como garantia de seus investimentos a participação nos espólios que coubessem por direito aos homens que houvessem obtido cavalos ou equipamento a crédito. Muitos soldados, portanto, a menos que encontrassem butins excepcionalmente ricos, corriam o risco de se tornar devedores permanentes, ou a investidores absenteístas, ou a seus próprios capitães. De fato, a conquista da América tornou-se possível graças a uma rede de crédito que, por meio de agentes e empreendedores locais, remontava a funcionários da coroa e a ricos *encomenderos* nas Antilhas, e ainda mais, do outro lado do Atlântico, a Sevilha e às grandes casas bancárias de Gênova e de Augsburgo. Mas os homens que formavam as *bandas* não estavam totalmente indefesos. Muitos deles, reunindo num fundo comum os recursos que possuíam, formavam suas próprias sociedades dentro do bando, associando-se para comprar um cavalo e mantendo-se juntos por muitos numa base de confiança mútua e de divisão acordada do butim.

Essas parcerias privadas entre os soldados garantiam um elemento de coesão nos agrupamentos naturalmente fluidos que eram os bandos guerreiros. Associações regionais também ajudavam a assegurar alguma coesão, embora também pudessem, ocasionalmente, ser uma fonte de profundas divisões, como aconteceu quando uma nova força expedicionária, sob o comando de Pánfilo de Narváez, desembarcou na costa mexicana em maio de 1520 para contestar a supremacia de Cortés. Bernal Díaz comentou de maneira mordaz sobre os recém-chegados: "como nosso imperador tem

muitos reinos e domínios, há uma grande variedade de gente entre eles, alguns muito corajosos, e outros mais corajosos ainda. Nós viemos da Velha Castela e somos chamados castelhanos, e aquele capitão [...] e seus homens vêm de outra província, chamada Vizcaya. São chamados *vizcaínos*, e falam como os índios otomis"[8].

Embora as rivalidades regionais na Península se refletissem inevitavelmente entre os *conquistadores*, é verdade também que a predominância de uma região num bando guerreiro podia assegurar um núcleo central de lealdades, ligando homem a homem e os homens a seu líder. O vínculo estremadurenho veio a ser uma fonte de grande força, tanto para Cortés quanto para Pizarro. Provindo muitas vezes de uma única cidade ou de um grupo de cidades, os amigos, parentes e partidários desses dois capitães constituíram uma unidade dentro da unidade, um grupo estreitamente unido com base em antecedentes e experiências comuns, em atitudes compartilhadas e em relações pessoais e familiares próximas. Para seus conterrâneos de Estremadura, o taciturno e avarento Francisco Pizarro era, se não simpático, pelo menos compreensivo.

Os líderes, se quisessem conduzir suas expedições com sucesso, precisavam desse tipo de suporte. Do ponto de vista dos capitães, a conquista da América era algo muito mais complexo que o triunfo, sobre uma população indígena aterrorizada, de bandos pequenos mas determinados de soldados, que possuíam uma superioridade técnica decisiva sobre seus adversários e eram impelidos por uma devoção comum ao ouro, à glória e ao evangelho. Qualquer líder de uma expedição sabia que os indígenas não eram seus únicos adversários, nem necessariamente os mais perigosos. Tinha inimigos também na retaguarda, desde funcionários da coroa que estavam determinados a impedir o estabelecimento de feudos ou reinos independentes nessas regiões ainda não-conquistadas até rivais locais com interesse em frustrar seu sucesso. Quando Hernán Cortés partiu de Cuba em 1519, ele o fez desafiando o governador de Cuba, Diego Velázquez, que recorreu a todo tipo de artimanha concebível para provocar sua ruína. Acima de tudo, tinha inimigos em seu próprio campo, desde capitães que queriam tomar seu lugar até soldados de infantaria descontentes que planejavam traí-lo, por dedicar a outro sua lealdade, ou porque estavam insatisfeitos com a distribuição dos butins.

[8] Bernal Díaz del Castillo, *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, ed. Joaquín Ramírez Cabañas, México, 1944, vol. II, p. 27.





Por conseguinte, se quisesse evitar que uma expedição se desintegrasse a partir de dentro, ou sofresse uma derrota vinda de fora, a liderança precisava de altíssima habilidade política e militar. Mas a presença de índios hostis, geralmente em números esmagadores, forçava de fato uma espécie de camaradagem, mesmo entre não-camaradas. Diante do perigo e da adversidade era preferível lutar lado a lado que morrer sozinho; e a perspectiva de uma morte horrível nas mãos de inimigos pagãos revelou-se suficiente para impelir a um cerrar de fileiras entre homens que, a despeito de todos os seus conflitos e queixas pessoais, tinham pelo menos em comum o fato de serem cristãos e espanhóis. Um líder hábil como Cortés sabia tirar proveito da lembrança de perigos vividos em comum e sucessos compartilhados para manter a coesão e o ânimo de seus seguidores. "São Tiago e a Espanha" era o grito de guerra que podia submergir todas as diferenças numa causa comum.

Era um grito de guerra ao mesmo tempo de desafio e de triunfo — o grito de homens firmemente convencidos de que seriam os vencedores. Essa confiança em sua própria superioridade em relação aos inimigos que largamente os sobrepujavam em número estava baseada, pelo menos em parte, numa efetiva superioridade das técnicas, da organização e do equipamento. Mas por trás de quaisquer fatores materiais estava um conjunto de atitudes e respostas que davam aos espanhóis uma vantagem em muitas situações em que se envolveram: uma fé instintiva na superioridade natural dos cristãos sobre simples "bárbaros"; um senso da natureza providencial de seu empreendimento, que tornava todo sucesso contra desvantagens aparentemente esmagadoras mais uma prova do favor divino; e um sentimento de que a recompensa final compensava todos os sacrifícios ao longo do caminho. A perspectiva do ouro tornava toleráveis todas as agruras. "Eu e meus companheiros", dizia Cortés, "sofremos de uma doença do coração que somente pode ser curada com ouro"[9]. Sentiam também que estavam envolvidos numa aventura histórica e que a vitória significaria a inscrição de seus nomes no rol dos imortais, ao lado dos heróis da Antiguidade clássica.

A confiança que vinha desse senso de superioridade moral e de favor divino era mais valiosa onde fosse mais necessária: na luta contra seus adversários aparentemente mais terríveis, os "impérios" dos astecas e dos incas. Na conquista do México central por Cortés, entre 1519 e 1521, e do Peru por Pizarro, entre 1531 e 1533, os espanhóis deram mostras de uma

[9] Francisco López de Gómara, *Cortés*, trad. e ed. de L. B. Simpson, Berkeley, 1964, p. 58.

fantástica capacidade de explorar as fraquezas de seus adversários — uma capacidade que era atestada em sua própria força subjacente.

Quando Cortés partiu de Cuba em fevereiro de 1519, com onze navios transportando 508 soldados e 110 marinheiros, ele o fez com a firme intenção de conquista. As duas expedições anteriores que haviam feito o reconhecimento das costas do México e de Yucatán, as de 1517 e de 1518, sob o comando de Francisco Hernández de Córdoba e Juan de Grijalva respectivamente, haviam sido planejadas apenas com vistas à exploração e ao escambo. Cortés pretendia algo incomparavelmente mais ambicioso. Poucos dias após seu desembarque em 22 de abril de 1519, ficou sabendo que lá vivia em algum lugar do interior um poderoso governante, Montezuma (como era chamado pelos espanhóis), cujo domínio abrangia os povos da planície costeira. Para uma mente espanhola essa informação sugeria uma estratégia natural: um governante que sozinho tinha o domínio sobre muitos povos deve ser levado, por força ou por embuste, a reconhecer um poder ainda mais alto, o do rei da Espanha. Portanto, o objetivo supremo deve ser chegar até Montezuma — um objetivo alcançado com a marcha cheia de perigos para o interior e o encontro entre o capitão espanhol e o governante asteca em Tenochtitlán, em 12 de novembro de 1519. Recebidos na cidade como convidados, os espanhóis tencionavam seguir a estratégia de Cortés até sua conclusão lógica, tomando Montezuma sob custódia e extraindo do anfitrião a contragosto, transformado em convidado involuntário, o reconhecimento da soberania do rei da Espanha.

A suposta *translatio imperii* de Montezuma a Carlos V, como Cortés descreveu na teia engenhosa de fatos e invenções com que brindou o imperador em suas famosas cartas, marcou o início, e não o final, da conquista do México. Mas mostrou de modo definitivo onde estava a iniciativa. Cortés havia conseguido ir tão longe, e tão rápido, por causa de sua extraordinária capacidade de avaliar uma situação e manobrá-la em seu favor. Segundo todos os indícios, a confederação asteca, com um governante supremo e uma organizada estrutura política, representava um adversário incomparavelmente mais temível que qualquer outra sociedade até então encontrada pelos espanhóis, quer nas Antilhas, quer no istmo. Mas o próprio grau de organização e de controle central de Tenochtitlán criava oportunidades que Cortés se mostrou extremamente rápido em explorar. A dominação mexica sobre os outros povos do México central — uma dominação que exigia





pesados tributos e uma constante provisão de vítimas sacrificiais — havia fomentado um ódio e ressentimento que deu a Cortés a oportunidade de representar-se, em sua marcha para o interior, como um libertador das tribos subjugadas. Isso, somado à aliança com Tlaxcala, que os mexicas nunca haviam conseguido submeter, deu-lhe condições de seguir uma rota para Tenochtitlán através de um território relativamente amistoso. Garantiu-lhe também um exército de apoio constituído pelas populações nativas ansiosas por vingar-se de Montezuma e da elite mexica.

As razões que levaram Montezuma a permitir que Cortés entrasse em Tenochtitlán permanecerão sempre um mistério. Ele, compreensivelmente, não sabia ao certo a origem dos invasores e o propósito de sua missão, mas é objeto de controvérsia a questão de saber se, como mais tarde veio a ser sugerido por cronistas espanhóis a partir de informantes índios, suas reações foram ditadas por uma convicção de que Cortés não era outro senão o lendário chefe tolteca, Quetzalcóatl, que vinha do leste para reclamar sua terra. É mais provável que estivesse seguindo com relação a Cortés e seus homens o tratamento normal que os mexicas davam aos embaixadores, que tradicionalmente desfrutavam de imunidade, embora também possa ter acreditado que, atraindo Cortés para o interior, poderia mais facilmente destruí-lo se isso se mostrasse necessário. Não há dúvida, no entanto, de que o sistema cosmológico dos astecas, com sua insistência fatalista na necessidade de propiciar deuses implacáveis por meio de sacrifício humano, não podia competir com o cristianismo autoconfiante de seus adversários espanhóis. Era uma cosmologia mais suscetível de inspirar em seus seguidores uma heróica resignação à morte do que uma determinação arrebatada a sobreviver; uma cosmologia também que havia criado um estilo ritualizado de guerra destinado mais a capturar o inimigo que a matá-lo, a fim de assegurar um suprimento constante de vítimas sacrificiais. A derrota nesse estilo altamente cerimonial de guerra somente podia desacreditar o deus da guerra, Huitzilopochtli, a divindade titular dos mexicas, da qual Montezuma era um sacerdote.

Conseqüentemente, capturando Montezuma, Cortes havia desfechado um golpe devastador no sistema religioso e político dos astecas. Mas isso tornou mais difícil o prosseguimento feliz do estágio seguinte de sua política, que era preservar a estrutura fiscal e administrativa que encontrara, mantendo Montezuma como uma marionete, mas efetivamente substituindo sua autoridade pela dos espanhóis. A casta sacerdotal havia sido uma parte integrante do sistema asteca, e a investida espanhola contra as divindades astecas

constituía inevitavelmente um desafio direto a essa casta. Ao mesmo tempo, a insaciável exigência de ouro dos espanhóis criou uma inquietação disseminada que culminou, após o massacre da nobreza pelo futuro conquistador da Guatemala, Pedro de Alvarado, numa rebelião popular em massa. Irremediavelmente sobrepujados em número, os espanhóis abriram seu caminho para fora de Tenochtitlán na *noche triste*, a noite de 30 de junho de 1520, embora com pesadas baixas. Seriam necessários mais quatorze meses para recapturar a cidade que deixaram em tumulto naquela noite.

A rendição, em 13 de agosto de 1521, dos últimos elementos de resistência em meio às ruínas de Tenochtitlán foi um triunfo tanto das doenças espanholas quanto das armas espanholas. A varíola trazida por um escravo negro entre os servidores de Cortés devastou os defensores da cidade e revelou mais uma vez o que já havia ficado claro nas Antilhas: que os habitantes do Novo Mundo teriam de pagar um alto preço por seus séculos de isolamento. A conquista da América foi uma conquista feita tanto por micróbios quanto por homens, às vezes marchando à frente dos principais contingentes espanhóis, outras vezes seguindo em sua esteira. Sobretudo nas regiões densamente povoadas, como o México central, o papel desempenhado pelas epidemias no solapamento tanto da capacidade quanto da vontade de resistir constitui uma boa explicação para o caráter súbito e completo do sucesso espanhol.

Ainda assim, a queda de um império mexica com uma população de cerca de 25 milhões diante do assalto de algumas centenas de espanhóis não pode ser explicada puramente em termos de agentes externos, por mais destrutivos que fossem. Resultou também de falhas geológicas dentro da estrutura do próprio império e principalmente da natureza repressiva do domínio mexica sobre as populações do México central. A conquista de Cortes foi tanto uma revolta de uma população subjugada contra seus déspotas quanto uma solução imposta de fora. O que ainda não está claro é se esse império, que ainda era jovem e estava em processo de evolução, conseguiria, por suas próprias forças, dominar e resolver suas contradições internas. Certamente, mostrou sinais de uma resiliência interna e de uma capacidade de adaptação que parece terem faltado na civilização andina que enfrentou Pizarro, o império dos incas.



Pizarro, como Cortés, conseguiu explorar as fraquezas e dissensões internas, que por coincidência estavam em seu auge no momento de sua chegada. As primeiras notícias consistentes sobre um estado rico e poderoso ao sul haviam chegado ao Panamá em 1523. Isso incentivou Pizarro e Almagro a



organizar expedições exploratórias na costa do Pacífico abaixo, que forneceram outras provas da existência de um novo reino a ser conquistado. O próprio Pizarro esteve na Espanha entre 1528 e 1530, acordando-se com a coroa sobre a governadoria das terras que esperava conquistar e recrutando partidários em sua Estremadura natal. Com 180 homens e cerca de trinta cavalos, partiu do Panamá, em janeiro de 1531, em sua expedição de conquista. No momento em que partiu de fato, muitos de seus recrutas espanhóis estavam mortos, abatidos pelas doenças tropicais que matavam grandes proporções dos que chegavam às Índias. Por conseguinte, somente um punhado de seus seguidores tinham experiência militar na Europa. Por outro lado, muitos deles eram veteranos nas próprias Índias — provavelmente, nas circunstâncias, um tipo mais útil de experiência. Desses apenas um ou dois tinham estado no México. A maioria havia adquirido sua experiência, tanto do clima quanto dos índios, nas Antilhas e na América Central.

O império com que Pizarro se defrontou era mais firmemente organizado que o dos mexicas, mas a própria firmeza de sua organização serviu para multiplicar suas tensões internas. A estrutura política inca, com sua demanda contínua e meticulosamente regulamentada de mão-de-obra, pesava fortemente sobre os *ayllus*, as comunidades clânicas das aldeias, criando uma população submissa que, embora dócil, era também ressentida, principalmente na região de Quito, onde o domínio inca era relativamente recente. À medida que se expandia a área inca de conquista, aumentavam também os processos de controle central a partir de Cuzco, apesar das guarnições cuidadosamente localizadas e da elaborada rede de comunicação. Esse sistema rígido de controle uniforme mantido por uma casta inca reinante somente podia funcionar eficazmente enquanto a própria casta mantivesse sua coesão e unidade internas. Mas a morte de Huayna Cápac em 1527 provocara uma luta sucessória entre seus filhos, Huascar e Atahualpa. Este último estava próximo da vitória, mas ainda não a havia consolidado quando chegou Pizarro.

Pizarro, como Cortés no México, e como uma geração anterior de espanhóis que haviam buscado tirar proveito das rivalidades internas do reino nasrid de Granada, era hábil em usar essas dissensões para viabilizar seus próprios objetivos. Usou também o método, empregado por Cortés no México e pelos *conquistadores* na América Central, de procurar imediatamente conquistar a simpatia do *cacique* — neste caso, do imperador inca, Atahualpa.

O imperador, estabelecido em Cajamarca no norte do Peru, reagiu às notícias da presença de invasores estranhos na região costeira de uma forma

perfeitamente natural para um homem cuja visão do mundo havia sido moldada pela experiência das montanhas andinas. Os que comandavam as montanhas efetivamente comandavam as regiões costeiras, e para além da costa havia o mar intransponível. Enquanto os espanhóis permanecessem na região costeira, sua presença não era uma questão de grande preocupação para ele, porque, tão logo se deslocassem para as montanhas, cairiam seguramente em suas mãos. Atahualpa não fez, portanto, qualquer tentativa de molestar os homens de Pizarro quando deram início a sua árdua subida, de tal modo que os espanhóis desfrutaram da suprema vantagem da surpresa quando atacaram Atahualpa e seus servidores no planalto de Cajamarca, em 16 de novembro de 1532.

O objetivo da captura de Atahualpa, como a de Montezuma, era transferir a autoridade suprema para as mãos espanholas com um único golpe decisivo. Depois, assim como no México, a intenção era usar a estrutura administrativa existente para canalizar para os espanhóis os lucros do domínio. Embora o tributo no império inca, ao contrário do dos astecas, consistisse exclusivamente de trabalho, o antigo sistema imperial ainda funcionava suficientemente bem para gerar para os espanhóis em resgate por Atahualpa a enorme soma de 1,5 milhões de pesos em ouro e prata — um tesouro muito maior do que qualquer outro até então conhecido nas Índias e equivalente a meio século de produção européia. No entanto, o prêmio para Atahualpa não foi a liberdade, mas o assassinato judicial.

Em 15 de novembro de 1533, os *conquistadores* capturaram Cuzco, o núcleo do destroçado império inca. Que Pizarro ainda sentia necessidade de um chefe inca nominal à frente da máquina militar e administrativa que caíra em suas mãos é indicado por sua escolha do meio-irmão de Atahualpa, Manco Inca, para sucedê-lo. Mas a transição suave da dominação inca para a espanhola sobre o Peru, que a designação de um imperador-fantoche deveria auxiliar, foi dificultada por um deslocamento do centro do poder do país. Quando Cortés decidiu erigir sua nova capital, Cidade do México, no local das ruínas de Tenochtitlán, conseguiu preservar um importante elemento de continuidade entre o governo asteca e o espanhol. Cuzco, por outro lado, situava-se em local alto demais nas montanhas e distante demais da costa para que fosse uma capital adequada para um Peru espanhol que, ao contrário de seu predecessor, estaria instintivamente voltado para o mar. Em 1535, Pizarro fundou sua nova capital, Lima, junto à costa e com isso diminuiu enormemente suas chances de manter algum controle sobre as montanhas andinas.





Ele as diminuiu também quando não conseguiu controlar seus próprios subordinados. A crescente dissensão entre os vencedores acerca da distribuição dos espólios encorajaram Manco Inca a reunir as forças incas remanescentes num esforço desesperado para destituir os espanhóis. A revolta de 1536-1537 abalou temporariamente, mas não deteve o processo de conquista espanhola. Durante o cerco de um ano dos espanhóis a Cuzco, os índios mostraram que haviam aprendido algo, mas não o suficiente, dos métodos dos adversários. O estilo cerimonial da guerra, que havia tolhido os astecas em sua resistência aos espanhóis, estava tão profundamente incrustado em sua mentalidade que habitualmente escolhiam desfechar seus ataques à luz da lua cheia. Se a conquista ainda permaneceu incompleta quando a revolta de Manco foi debelada, isso se deveu em grande parte ao fato de terem os partidários de Pizarro e Diego de Almagro desviado suas energias para lutar entre si. Mas a geografia impraticável dos altos Andes possibilitou a continuidade de um movimento de resistência que teria sido inconcebível no México central. Foi somente em 1572 que o reduto inca de Vilcabamba caiu em mãos dos espanhóis; mas bolsões isolados de resistência continuariam a perturbar a triste tranqüilidade do Peru colonial.

Foi justamente por serem sociedades centralmente organizadas, altamente dependentes da autoridade de um único governante, que os impérios de Montezuma e de Atahualpa caíram com relativa facilidade sob a espada dos espanhóis. Territórios de áreas tão vastas jamais poderiam ter sido conquistados tão rapidamente se já não estivessem sendo dominados por um poder central com uma elaborada máquina para a manutenção do controle de regiões distantes. Todavia, no México central e no Peru os invasores sem esperar se viram herdeiros de um processo de expansão imperial que não cessou com sua chegada. O avanço contínuo, na era pós-conquista, do náhuatl e do quíchua, as línguas dos mexicas e dos incas, sugere a existência nessas regiões de uma dinâmica interna no sentido de um maior grau de unificação, que somente podia operar em benefício do conquistador. A *translatio imperii* poderia ser uma ficção legal conveniente, mas tinha em fatos preexistentes sua justificativa, de uma maneira da qual os próprios espanhóis tinham uma consciência apenas difusa.

A própria ausência em outras partes da América continental das condições predominantes nas civilizações dos Andes e do México central constituem uma boa explicação para as dificuldades que o movimento de conquista

se defrontou em outras áreas do continente. No mundo maia de Yucatán os espanhóis encontraram outra civilização sofisticada, mas que carecia da unidade política dos impérios inca e asteca. De um lado, isso lhes deu a oportunidade de jogar um jogo em que eram mestres — o de lançar uma comunidade contra a outra. Mas, de outro, isso tornou mais lento o processo de estabelecimento do controle espanhol porque não havia um único centro a partir do qual pudessem dominar. Francisco de Montejo iniciou seu processo de conquista de Yucatán em 1527, mas até a década de 1540 os espanhóis ainda tinham apenas um controle muito superficial da região, e o interior permanecia efetivamente inconquistado mesmo depois de mais um século.

Sem dúvida, se Yucatán tivesse possuído reservas maiores de riquezas, os espanhóis teriam realizado tentativas mais consistentes de conquista. As regiões periféricas da América, além dos limites dos grandes impérios anteriores à conquista, muitíssimas vezes se revelaram desapontadoras em termos do tipo de recursos que interessavam aos espanhóis, como Diego de Almagro descobriu à sua própria custa em sua fracassada expedição de 1535-1537 ao Chile. Isso não impediu, no entanto, o envio de nova expedição sob o comando de Pedro de Valdivia em 1540-1541, composta pelos desiludidos e pelos desempregados entre os conquistadores do Peru.

Dos 150 membros da expedição de Valdivia, 132 se tornaram *encomenderos*. No entanto, seus prêmios foram desapontadores em termos das expectativas geradas. Viviam em meio a uma população indígena empobrecida que usavam para trabalho servil, principalmente na garimpagem de ouro; mas, em 1560, restava pouco ouro e a população nativa estava diminuindo. A salvação veio na forma do crescimento do mercado peruano para a produção agrícola. Os colonos chilenos passaram cada vez mais a se dedicar ao cultivo agrícola e à criação de gado, fundando comunidades agropecuárias relativamente prósperas nos vales férteis ao norte do rio Bío-Bío. No entanto, experimentaram escassez de mão-de-obra nativa e a proximidade dos índios araucanos — tribos guerreiras, cuja própria ausência de autoridade centralizada os transformou em adversários perigosamente elusivos.

Os araucanos, povos "não-sofisticados" em relação às sociedades sedentárias do México e do Peru, revelaram um grau muito maior de complexidade na adaptação de suas técnicas de combate às dos espanhóis. Já em 1553 infligiram aos espanhóis uma derrota esmagadora em Tucapel, onde Valdivia foi morto; e no final da década de 1560 passaram a usar o cavalo e começaram a dominar o uso do arcabuz. As "guerras araucanas" do final





dos séculos XVI e XVII, embora tenham garantido aos colonizadores uma oferta de mão-de-obra, na forma de prisioneiros de guerra escravizados, impuseram também um pesado ônus sobre a economia chilena. Desde o início da década de 1570, foi preciso enviar dinheiro do Peru para o Chile a fim de custear as despesas com a defesa. Nessas regiões distantes era pequena a oferta de cavalos e os custos do material para a guerra eram altos; mas o abandono desse posto avançado remoto do império parecia uma alternativa impossível, entre outras coisas por causa de sua posição estratégica de controle do estreito de Magalhães. Madri viu-se, portanto, forçada a aceitar o inevitável, estabelecendo a partir de 1603 um exército permanente de cerca de dois mil homens e fazendo provisões orçamentárias regulares para isso. Uma Guerra de Flandres em miniatura estava em formação — uma guerra de fronteira prolongada e dispendiosa, na qual nem os indígenas nem os espanhóis conseguiriam uma supremacia decisiva.

Assim como a resistência dos araucanos conteve o movimento para o sul da conquista espanhola e da colonização a partir do Peru, também a dos chichimecas deteve seu avanço para o norte a partir do México central. A presença de tais tribos insubjugadas ou semi-subjugadas nos limites dos impérios asteca e inca criou problemas para os espanhóis que se eximiram de uma solução direta, mas problemas que eles não podiam se dar ao luxo de ignorar. A rebelião de Mixtón de 1540-1541, que teve origem entre as tribos ainda em grande parte não-pacificadas da Nova Galícia e que rapidamente se alastrou para o sul, ilustrou de modo extremamente alarmante a constante ameaça que as instáveis regiões de fronteira apresentavam para as áreas de conquista mais assentadas. Ilustrou igualmente as limitações da própria conquista, tal como fora concebida em termos puramente militares. Na metade do século XVI, os espanhóis haviam estabelecido sua presença em vastas áreas da América Central e do Sul por meio de sua engenhosidade e habilidade militar; mas a verdadeira conquista da América mal havia começado.

## A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA

Em vista dos profundos contrastes a ser encontrados nos níveis de "civilidade" alcançados pelos diferentes povos da América anterior à conquista, foram inevitáveis amplas variações no caráter da conquista de uma região para outra e nos requisitos necessários para o subseqüente controle da popu-

lação conquistada. Depois da derrocada dos impérios asteca e inca, os espanhóis puderam consolidar com notável rapidez seu novo regime sobre vastas áreas de territórios no México central e no Peru. Tiveram a tarefa facilitada pela sobrevivência de parte substancial da máquina fiscal e administrativa do período pré-conquista e pela docilidade da maioria da população, grande parte dela aliviada por ver postos abaixo seus antigos dominadores. Um sintoma do êxito dos espanhóis no estabelecimento de seu controle sobre os antigos territórios dos astecas e incas foi o fato de logo se revelarem desnecessárias medidas militares especiais. A "pacificação" — um eufemismo empregado por Hernán Cortés e adotado como terminologia oficial no reinado de Filipe II — demorou mais tempo no Peru, mas isso se deveu primordialmente a desentendimentos entre os conquistadores. Após a rebelião inca de 1536-1537 e a guerra de Mixtón de 1540-1541, não ocorreram levantes índios importantes na Nova Espanha ou no Peru durante o período dos Habsburgos, e os espanhóis estavam tão convictos de sua segurança que nunca se preocuparam em fortificar suas cidades contra possíveis revoltas nativas.

Embora tenham obtido considerável sucesso na integração, pelo menos nominal, em suas novas sociedades coloniais, de índios que viviam dentro dos limites dos impérios antes da conquista, os espanhóis se defrontaram com problemas mais difíceis em outras partes da América. No caso, tiveram muitas vezes de lidar com tribos e povos cujo modo de vida parecia primitivo pelos padrões europeus. É certo que alguns viviam em aldeias compactas ou em povoamentos mais dispersos, mas outros eram simplesmente bandos de caçadores e coletores de alimentos, que antes de qualquer coisa deviam ser congregados em povoamentos fixos para que se pudesse começar a obra de hispanização.

Alguns desses povos, especialmente os chichimecas do norte do México e os índios araucanos do Chile, se revelaram temíveis adversários depois que se adaptaram aos métodos espanhóis de guerra. Do mesmo modo, os índios apaches das planícies da América do Norte reagiram à chegada dos espanhóis tornando-se consumados cavaleiros e adotando a guerra como modo de vida.

O êxito ou o fracasso espanhóis na pacificação dessas regiões de fronteira dependeria ao mesmo tempo dos hábitos e padrões culturais das diversas tribos com que entraram em contato e do modo pelo qual eles próprios desempenharam sua tarefa. O missionário muitas vezes teve sucesso onde o soldado fracassou; e as comunidades missionárias, usando as armas do





exemplo, da persuasão e da disciplina, obtiveram notáveis resultados com determinadas tribos — principalmente aquelas que não eram demasiado nômades nem demasiado organizadas em comunidades aldeãs compactas para não acolherem as vantagens materiais e as dádivas culturais e espirituais que a missão lhes podia assegurar.

A conquista da América revelou-se, portanto, um processo altamente complexo, no qual os homens em armas nem sempre deram o tom. Se pelo menos no princípio foi uma conquista militar, apresentou também desde seus primeiros estágios algumas outras características que passaram a predominar tão logo os soldados realizaram o que puderam. Foi acompanhada por um movimento voltado para a conquista espiritual, por meio da evangelização dos índios. Foi seguida por uma migração maciça da Espanha, que culminou na conquista demográfica das Índias. Subseqüentemente, à medida que mais espanhóis se estabeleceram, teve início a conquista efetiva da terra e do trabalho. Todavia, apenas uma parte dos benefícios ficou com os colonizadores, pois logo atrás chegaram os burocratas, determinados a conquistar ou reconquistar o Novo Mundo para a coroa. Todos esses movimentos produziram uma sociedade conquistadora que lembrava mas não conseguia reproduzir exatamente a da metrópole espanhola.

A conquista militar da América foi feita por um grupo de homens que estava longe de ser formado inteiramente por soldados profissionais. Ainda está por fazer uma investigação abrangente dos antecedentes e carreiras passadas dos *conquistadores*; mas uma análise de uma lista dos *encomenderos* da nova cidade do Panamá, elaborada em 1519, revela que — dos 93 nomes sobre os quais dispomos de detalhes nesse grupo seleto de 96 *conquistadores* — apenas metade deles era constituída de soldados e marinheiros profissionais. Nada menos de 34 membros do grupo haviam sido originalmente lavradores ou artesãos e outros dez provieram das classes medianas e profissionais das cidades[10].

Não há motivos para pensar que o grupo do Panamá não seja representativo dos homens que conquistaram a América, e isso sugere algo da complexidade do movimento migratório transoceânico, mesmo nos primeiros anos depois da descoberta, quando a maior parte do Novo Mundo ainda perma-

[10] Ver Mario Góngora, *Los Grupos de Conquistadores en Tierra Firme, 1509-1530*, Santiago de Chile, 1962, cap. 3.

necia por desbravar. A *conquista* foi, desde o início, algo mais que um convite à fama e à pilhagem por parte de uma casta militar em busca de novas terras a conquistar, após a queda do reino mouro de Granada. Naturalmente, o elemento aristocrático-militar na sociedade peninsular esteve bem representado na conquista da América, ainda que os grandes nobres de Castela e Andaluzia se fizessem notar por sua ausência. Isso deve ser explicado em parte pela determinação da coroa a evitar o estabelecimento nas novas terras de uma sociedade dominada por magnatas ao modelo peninsular. Mas durante toda a conquista, como era de esperar, estiveram presentes, em números substanciais, homens com alguma pretensão a nobre de nascimento — homens da baixa nobreza, ou da classe dos *hidalgos*. Não era fácil para um homem pobre com pretensões a nobreza sobreviver no mundo atento à posição social de Castela ou Estremadura, como Cortes e Pizarro puderam atestar.

Não obstante, mesmo que os *hidalgos* tenham constituído um elemento minoritário, as atitudes e aspirações desse grupo tenderam a inspirar todo o movimento da conquista militar. Evidentemente, um *hidalgo* ou um artesão preparado para arriscar tudo ao cruzar o Atlântico, fazia-o na expectativa de poder melhorar sua condição. Nos primeiros anos após a descoberta, o modo mais rápido de melhoria era a participação em expedições de conquista, as quais precisavam dos serviços de homens com habilidades profissionais — carpinteiros, ferreiros, alfaiates — desde que também estivessem preparados para empunhar a espada quando surgisse a ocasião. Para os homens jovens, em sua maioria com pouco mais de vinte anos, a visão do ouro e da prata trazidos de uma expedição vitoriosa abria perspectivas de um modo de vida melhor do que tudo o que haviam conhecido. O modelo desse modo de vida era o fornecido pelo grande magnata castelhano ou andaluz, um homem que vivia para gastar. "Todos os espanhois", escrevia o frade franciscano Gerónimo de Mendieta, "mesmo o mais miserável e desafortunado, querem ser *señores* e viver por si sós, não como servos de alguém, mas com servos próprios"[11].

Os homens, soldados profissionais ou não, que tivessem vivido e lutado lado a lado e realizados feitos heróicos naturalmente se sentiam com direitos a uma consideração especial de um monarca agradecido. *Servicios*, como

[11] Citado por José Durand, *La Transformación Social del Conquistador*, Mexico, 1953, vol. II, p. 45.





sempre, mereciam *mercedes*, e que melhor serviço podia um homem prestar a seu rei que conquistar para ele novos territórios? Ter sido os primeiros a penetrar em regiões não-conquistadas era uma causa especial de orgulho — os 607 homens que acompanharam Cortés em sua primeira expedição preservavam ciosamente sua preeminência contra os 534 que só se juntaram ao grupo mais tarde. Mas eles se coligaram numa frente comum contra todos os que vieram depois e finalmente, em 1543, obtiveram de um relutante Carlos V uma declaração onde afirmava que os primeiros *descubridores* de Nova Espanha — ele evitou a palavra *conquistadores* — eram aqueles que "penetraram pela primeira vez nessa província quando de sua descoberta e aqueles que lá estavam para a tomada e a conquista da cidade do México".

Esse reconhecimento um tanto a contragosto de primazia era o máximo até onde a coroa estava disposta a chegar. Ela se opunha à recriação de uma sociedade feudal na América; e, embora alguns *conquistadores* tenham recebido mercês de *hidalguía*, pouquíssimos, além de Cortés e Pizarro, foram aquinhoados com títulos de nobreza. Como então seriam os sobreviventes, entre os cerca de dez mil homens que efetivamente conquistaram a América, recompensados por seu sacrifício? O problema era difícil, entre outras coisas porque nenhum *conquistador* admitiu algum dia que as recompensas foram proporcionais a seus serviços. Desde o início, portanto, os *conquistadores* eram uma classe ressentida, embora alguns com mais justificativas do que outros.

As disputas pelos espólios da conquista produziram inevitavelmente enormes desigualdades de distribuição. Quando Cortés, por exemplo, fez a primeira distribuição de índios mexicanos a seus sequazes em 1521, os homens associados a seu inimigo, o governador de Cuba, correram perigo de ser excluídos. Do mesmo modo, no Peru houve muito ressentimento a respeito da distribuição do tesouro de Atahualpa, cabendo a parte do leão aos homens de Trujillo, os seguidores de Pizarro, enquanto os soldados que haviam vindo do Panamá com Diego de Almagro, em abril de 1533, foram deixados sem nada. As guerras civis do Peru, em cujo decorrer o próprio Almagro foi executado em 1538 e Francisco Pizarro, assassinado pelos almagristas em 1542, foram uma conseqüência direta dos desapontamentos e rivalidades originários da distribuição dos espólios da conquista, embora estas por sua vez tenham sido pelo menos em parte provocadas por tensões pessoais e regionais anteriores à conquista do tesouro.

Entre os que receberam o butim houve também uma natural distribuição desigual das partes, com base na posição social e nas variações aceitas do

valor do serviço. O homem que lutava a cavalo normalmente recebia duas vezes a parte do infante, embora Hernando Pizarro tenha pronunciado palavras revolucionárias a esse respeito, presumivelmente para encorajar seus soldados de infantaria às vésperas da batalha contra Almagro. Ele fora informado, disse, que os soldados que não tinham cavalos eram desconsiderados na ocasião da distribuição da terra. Mas ele lhes dava sua palavra de que tal pensamento nunca passara por sua cabeça, "porque bons soldados não devem ser julgados por seus cavalos, mas por seu valor pessoal... Portanto, cada um seria recompensado de acordo com seu serviço, pois a falta de um cavalo era uma questão de sorte, e não uma desonra da pessoa de um homem"[12]. A regra geral, no entanto, foi que o homem a cavalo manteve sua vantagem, embora mesmo o infante comum pudesse ser muito bem tratado numa distribuição importante de butim, como o tesouro de Atahualpa.

Os verdadeiros prêmios de conquista, na forma de espólios, *encomiendas*, distribuição de terra, cargos municipais, e — não menos — prestígio eram de fato muitas vezes bastante consideráveis, mesmo que o reconhecimento oficial do serviço pela coroa fosse feito a contragosto ou inexistisse. Fortunas eram feitas, embora fossem perdidas muitas vezes tão rapidamente por homens que eram jogadores naturais; e, enquanto alguns dos conquistadores — sobretudo, ao que parece, os oriundos de famílias de nível social mais alto — decidiam voltar a seus lares com seus ganhos, outros esperavam melhorar ainda mais de situação, permanecendo um pouco mais nas Índias e nunca conseguiram deixá-las.

Era difícil para esses homens fixar-se em algum lugar. Não obstante, como Cortés percebeu muito cedo, a menos que pudessem ser induzidos a fazê-lo, o México seria completamente devastado e destruído do mesmo modo que haviam sido as Antilhas antes dele. Um recurso óbvio, já empregado em Hispaniola e em Cuba, era transformar soldados em cidadãos. Isso foi, no primeiro caso, uma ação puramente legal. Após desembarcarem na costa mexicana, os homens de Cortés foram formalmente constituídos membros do que ainda era uma corporação idealizada, a municipalidade de Veracruz. Funcionários municipais foram devidamente escolhidos entre os capitães e foi instituído um *cabildo*, ou conselho municipal. Somente mais

12. Citado por Alberto Mario Salas, *Las Armas de la Conquista*, Buenos Aires, 1950, pp. 140-141.



tarde é que Villa Rica de Veracruz veio a adquirir as características físicas de uma cidade.

Embora o propósito imediato da fundação de Veracruz tenha sido dar a Cortés um dispositivo legal para libertar-se da autoridade do governador de Cuba e colocar os territórios continentais sob o controle direto da coroa a pedido dos cidadãos-soldados, ela forneceu o padrão para um processo análogo de incorporação municipal que foi seguido à medida que os soldados conquistadores se deslocaram pelo México. Novas cidades foram criadas, às vezes, como a própria Cidade do México, no local de cidades ou aldeias nativas, e outras vezes em áreas onde não havia grandes aglomerações de índios. Essas novas cidades deviam ser reservadas aos espanhóis, embora algumas delas desde o princípio tenham tido *barrios* destinados aos índios, e a maioria ds outras os tenham incorporado mais tarde. Tendo como base o modelo da cidade espanhola, com sua *plaza* central — a igreja principal de um dos lados e o edifício da prefeitura (o *ayuntamiento*) do outro — e disposta, sempre que possível, de acordo com a planta em grade das ruas se cruzando usada na construção de Santo Domingo, a cidade do Novo Mundo dava ao expatriado um cenário familiar para sua vida quotidiana num ambiente estranho.

Esperava-se que o soldado convertido em dono de casa criasse raízes. Cada *vecino* teria seu pedaço de terra; e a terra, tanto nos subúrbios como fora das cidades, era distribuída liberalmente entre os conquistadores. Todavia, para homens que trouxeram de seu país natal concepções rígidas sobre o caráter degradador do trabalho manual, para aqueles que aspiravam à condição de senhor, a terra em si tinha pouco valor sem mão-de-obra para trabalhá-la. Embora Cortés inicialmente tenha sido contrário à idéia de introduzir no México o sistema da *encomienda*, que ele e muitos outros consideravam a grande responsável pela destruição das Antilhas, foi compelido a mudar de idéia ao ver que seus seguidores jamais poderiam ser induzidos a fixar-se a menos que pudessem obter trabalho servil dos índios. Em sua terceira carta a Carlos V, datada de 15 de maio de 1522, explicava como havia sido forçado a "depositar" índios nas mãos dos espanhóis. A coroa, embora relutante em aceitar uma política que parecia ameaçar a condição de homens livres dos índios, finalmente curvou-se ao inevitável, como Cortés já havia feito. A *encomienda* veio somar-se à cidade como a base da colonização espanhola do México e depois, no devido tempo, do Peru.

No entanto, deveria ser um novo tipo de *encomienda*, reformada e melhorada à luz da experiência espanhola nas Antilhas. Cortes era por natu-

reza um construtor, não um destruidor, e estava determinado a construir no México uma "Nova Espanha" sobre bases que deveriam perdurar. Acalentava a visão de uma sociedade estabelecida na qual a coroa, o conquistador e os índios estivessem unidos numa cadeia de obrigação recíproca. A coroa deveria recompensar seus homens com mão-de-obra indígena perpétua, na forma de *encomiendas* hereditárias. Os *encomenderos*, de seu lado, teriam uma obrigação dupla: defender o país, poupando à coroa as despesas de manutenção de um exército permanente, e cuidar do bem-estar espiritual e material de seus índios. Estes, por sua vez, fariam seu trabalho servil em seus próprios *pueblos* (aldeias), sob o controle de seus caciques, enquanto os *encomenderos* viveriam nas cidades, das quais eles e suas famílias se tornariam os principais cidadãos. O tipo e quantidade de trabalho executado pelos índios deveria ser cuidadosamente regulamentado para impedir o modo de exploração que os havia aniquilado nas Antilhas; mas o pressuposto básico do esquema de Cortés era que o interesse pessoal dos *encomenderos*, ansiosos por transmitir suas *encomiendas* a seus descendentes, também agisse em prol do interesse dos seus índios "protegidos", impedindo uma exploração impiedosa com vistas a objetivos puramente imediatos.

Portanto, a *encomienda* era vista por Cortés como um dispositivo para assegurar aos conquistadores e aos conquistados um interesse no futuro de Nova Espanha. A casta governante dos *encomenderos* seria uma casta governante responsável, em proveito da coroa, que extrairia rendas substanciais de um país próspero. Mas a *encomienda* funcionaria igualmente em favor dos índios, que seriam cuidadosamente introduzidos a uma civilidade cristã.

À medida que foram concedidas *encomiendas* na Nova Espanha, na América Central e no Peru, essa casta governante em potencial começou a constituir-se. Ela foi escolhida dentro de um grupo de elite dentre os soldados da conquista, e seus efetivos foram inevitavelmente pequenos em relação aos do conjunto da população espanhola das Índias: cerca de seiscentos *encomenderos* em Nova Espanha na década de 1540 e por volta de quinhentos no Peru. Vivendo das rendas produzidas pelo trabalho de seus índios, os *encomenderos* tornaram-se os senhores naturais da terra. Mas havia de fato profundas diferenças entre sua situação e a dos nobres da metrópole espanhola. A *encomienda* não era um bem de raiz e não trazia consigo nenhum direito à terra ou à jurisdição. Não conseguiu, portanto, tornar-se um feudo em embrião. Tampouco os *encomenderos*, apesar de todos os seus esforços, conseguiram transformar-se numa nobreza hereditária no estilo europeu. A





coroa coerentemente se recusou a conceder a perpetuidade formal das *encomiendas* por herança, e nas Novas Leis de 1542 decretou que deveriam reverter à coroa por morte de seus atuais detentores. Nas circunstâncias da época esse decreto era totalmente irrealista. Na Nova Espanha o vice-rei prudentemente o desconsiderou. No Peru, onde Blasco Núñez Vela tentou impô-la à força, provocou uma revolta de *encomenderos*, liderada por Gonzalo, o irmão mais novo de Francisco Pizarro, que durante quatro anos foi o senhor do Peru. Em 1548 foi derrotado e executado por traição pelo *licenciado* Pedro de La Gasca, que chegara armado de um decreto recente que revogava as cláusulas que contrariassem a legislação vigente.

Embora a coroa haja recuado, foi em grande parte um recuo tático. Ela continuou a tratar a perpetuidade de uma *encomienda* numa e mesma família como uma questão muito mais de privilégio que de direito, privando assim os *encomenderos* daquela certeza de sucessão que era uma característica essencial da aristocracia européia. Logrou agir dessa maneira com grande parcela de sucesso porque as forças sociais nas próprias Índias estavam trabalhando em favor de sua política. Os *encomenderos* eram um pequeno grupo minoritário numa população espanhola em crescimento. Mesmo que dessem hospitalidade e emprego a muitos dos novos imigrantes, havia muitos mais que se sentiam excluídos do círculo mágico do privilégio. Os despossados e os excluídos — muitos deles construindo suas próprias fontes de riqueza à medida que adquiriam terras, e dedicando-se à agropecuária e outras atividades empresariais — naturalmente olhavam com inveja as *encomiendas* e sua mão-de-obra índia cativa. A derrota de Gonzalo Pizarro deu a La Gasca a condição de fazer uma redistribuição em grande escala das *encomiendas;* e a capacidade de redistribuir as *encomiendas*, seja as confiscadas por rebelião, seja as vagas por morte, tornou-se um instrumento político decisivo nas mãos dos vice-reis que se sucederam. De um lado, ele podia ser usado para satisfazer as aspirações dos não-*encomenderos* e, de outro, servia de meio para controlar e restringir a própria *encomienda*, uma vez que todo *encomendero* sabia que, se antagonizasse a coroa e seus representantes, havia centenas de homens ansiosos por tomar seu lugar.

Ao mesmo tempo, à medida que a coroa lutava contra o princípio hereditário de transmissão das *encomiendas*, empenhava-se em reduzir o grau de controle exercido pelos *encomenderos* sobre seus índios. No caso, seu passo mais decisivo foi abolir em 1549 a obrigação dos índios de prestar serviço pessoal compulsório. No futuro, os índios somente estariam obrigados ao

pagamento de tributo, cujo valor relativo era fixado abaixo do que pagavam anteriormente a seus senhores. Inevitavelmente, fora mais fácil decretar a lei de 1549 que impor seu cumprimento. A transformação da *encomienda* de serviço pessoal numa *encomienda* de tributo foi um processo lento, efetivado mais facilmente em algumas regiões do que em outras. Em geral, o antigo estilo da *encomienda*, onde o *encomendero* era a figura local dominante, extraindo o máximo de trabalho ou de tributo ou ambos, tinha mais probabilidade de sobreviver nas regiões marginais, como Yucatán ou sul do México, nas montanhas andinas, ou no Chile. Em outros lugares, a *encomienda* estava sendo transformada durante as décadas intermediárias do século, sob a pressão tanto dos funcionários da coroa quanto das condições sociais e econômicas em mudança. Os *encomenderos* que contavam apenas com aldeias pobres em suas *encomiendas* se viram em sérias dificuldades, à medida que os tributos diminuíram no mesmo ritmo que a população indígena. Os *encomenderos* mais ricos, interpretando corretamente os sinais, começaram a diversificar e apressaram-se a adquirir terra e a formar propriedades agrícolas antes que fosse tarde demais. Podia-se fazer dinheiro com a exportação de produtos locais, como o cacau na América Central, e com a produção de cereais e carne para alimentar as cidades em crescimento.

Embora a coroa tenha continuado profundamente desconfiada dos *encomenderos* enquanto classe, a *encomienda* enquanto instituição tinha seus defensores, e ironicamente seu número e influência tendiam a crescer à medida que os *encomenderos* perdiam aos poucos seus poderes de coerção e se tornavam pouco mais que pensionistas privilegiados da coroa. Quando as Novas Leis tentaram abolir a *encomienda*, os dominicanos de Nova Espanha, tradicionalmente menos favoráveis à instituição do que os franciscanos, declararam-se a seu favor. A coroa estava tecnicamente correta ao afirmar, num decreto de 1544, que "o propósito e a origem das *encomiendas* foi o bem-estar espiritual e temporal dos índios"; e a essa altura havia uma forte convicção entre muitos missionários do Novo Mundo de que a sorte dos índios seria ainda pior do que já era sem a frágil proteção que a *encomienda* lhes proporcionava.

Essa convicção refletia uma profunda desilusão com os resultados de um empreendimento que começara uma geração antes em meio a tão altas esperanças. Na metade do século XVI o movimento em prol da conquista espiritual da América começava a vacilar, em decorrência de profundas divisões acerca da estratégia e do desalento por causa dos fracassos. O desalento era tão grande em parte porque as expectativas originais dos primeiros missionários a chegar ao continente americano haviam sido demasiado ambiciosas por motivos que tinham menos relação com as realidades do Novo Mundo do que com os preconceitos do Velho [3].





A evangelização da América foi realizada em seus estágios iniciais por membros das ordens regulares, uma forma distinta do clero secular. Os primeiros missionários a alcançar o México foram os franciscanos, os "doze apóstolos" sob a liderança do frei Martín de Valencia, que chegaram em 1524. Foram seguidos dois anos mais tarde pelos dominicanos e depois pelos agostinianos em 1533. No meado do século havia cerca de 800 frades no México e uns 350 no Peru. Os mendicantes também deram ao México seu primeiro bispo e arcebispo (1528-1548), o frade franciscano Juan de Zumárraga, um famoso representante da tradição humanista cristã na Espanha.

Entre os membros da primeira geração de missionários mendicantes no Novo Mundo estavam muitos que haviam sentido a influência tanto do humanismo cristão quanto do cristianismo milenarista e apocalíptico que era um elemento vital da vida religiosa da Europa no final do século XV e início do XVI. Frei Martín de Valencia parece ter sido influenciado pelo místico do século XII, Joachim de Flora, com suas profecias sobre a vinda de uma terceira era do Espírito. Aqueles que deixaram a Espanha para converter os índios viram-se incumbidos de uma missão de especial importância no esquema divino da história, pois a conversão do Novo Mundo era um prelúdio necessário para seu término e para a segunda vinda de Cristo. Acreditavam também que, entre esses povos inocentes da América ainda não contaminados pelos vícios da Europa, poderiam construir uma Igreja que se aproximasse da de Cristo e dos primeiros apóstolos. Os primeiros estágios da missão americana, com o batismo em massa de centenas de milhares de índios, pareciam garantir o triunfo desse movimento em prol de um retorno ao cristianismo primitivo que havia tão repetidamente sido frustrado na Europa.

Muito cedo, no entanto, as dúvidas que sempre haviam sido nutridas por alguns dos missionários começaram a aflorar intensamente à superfície. A princípio parecia que os índios mexicanos possuíam uma propensão natural para o cristianismo, em parte, talvez, porque o descrédito em que haviam

[3] Para análises complementares sobre a evangelização da América espanhola, ver o trabalho de Josep M. Barnadas, adiante neste volume, cap. 1[illegible], pp. 521-551.

cado seus deuses devido à derrota na guerra criara um vácuo espiritual e cerimonial que os predispunha a aceitar a liderança dos frades, que eram os homens santos de uma raça conquistadora. A simples instrução nos rudimentos do cristianismo dada pelos missionários, seu uso da música e de imagens para explicar sua mensagem e sua mobilização de grandes grupos de índios para construir grandes conventos e igrejas com aparência de fortaleza que mudaram a paisagem arquitetônica do México central nas décadas posteriores à conquista, tudo isso ajudou a preencher o vazio deixado pelo desaparecimento da casta sacerdotal nativa e pelo declínio da rotina do trabalho cerimonial regido pelo calendário asteca.

No entanto, embora o índice de conversão fosse espetacular, sua qualidade deixava muito a desejar. Havia sinais alarmantes de que os índios que haviam adotado a nova fé com aparente entusiasmo ainda veneravam seus velhos ídolos em segredo. Os missionários também se chocaram contra muralhas de resistência nos pontos em que suas tentativas de incutir os ensinamentos morais do cristianismo conflitavam com padrões de comportamento estabelecidos havia muito tempo. Não era fácil, por exemplo, inculcar as virtudes da monogamia a uma sociedade que via as mulheres como servas e o acúmulo de mulheres como fonte de riqueza.

Para alguns dos missionários, especialmente os da primeira geração, esses contratempos serviram de incentivo para estudar mais profundamente os costumes e crenças de seu rebanho. Onde o primeiro instinto fora apagar todos os vestígios de uma civilização pagã, agora tinha início uma tentativa de examinar, registrar e investigar. O frade dominicano Diego Durán afirmava que "havia sido cometido um erro por aqueles que, no início, com grande zelo mas pouca sabedoria, haviam queimado e destruído todas as suas pinturas antigas, pois agora continuamos sem saber do mesmo modo que podem praticar a idolatria diante de nossos próprios olhos"[14]. Foi seguindo essa linha de raciocínio que o grande franciscano, frei Bernardino de Sahagún, devotou sua vida ao registro e à compreensão de uma cultura nativa que estava em rápida extinção. Muitos de seus colegas se empenharam com sucesso em aprender as línguas indígenas e em compilar gramáticas e dicionários. A percepção de que a verdadeira conversão exigia uma profunda compreensão dos males a extirpar forneceu, portanto, um grande

14. Diego Durán, *Historia de las Indias de Nueva España y Islas de Tierra Firme*, ed. José F. Ramírez, México, 1867-1880, 2 vols.; ver vol. II, p. 71.





incentivo para estudos lingüísticos importantes e para a investigação etnográfica que muitas vezes, como aconteceu com Sahagún, revelava um alto grau de complexidade em seu uso controlado de informantes nativos.

Isso era mais verdadeiro, contudo, no tocante ao México do que ao Peru, onde as condições instáveis do período pós-conquista atrasou a obra de evangelização, que em algumas áreas não seria realizada sistematicamente antes do século XVII. Já na metade do século XVI, numa época em que as primeiras missões se estavam estabelecendo no Peru, a geração humanista de mendicantes estava entrando na história. Na geração seguinte houve menos curiosidade sobre a cultura dos povos conquistados e uma tendência correspondente a condenar em vez de buscar compreender. Isso foi encorajado por alguns fracassos espetaculares que ajudaram a lançar dúvidas sobre as presunções originais acerca da propensão indígena ao cristianismo. O colégio franciscano de Santa Cruz de Tlatelolco, fundado em 1536 para educar os filhos da aristocracia mexicana, era um objeto natural de suspeita para todos os espanhóis, leigos ou religiosos, que eram contrários a qualquer tentativa de colocar os mexicanos no mesmo nível educacional dos europeus, ou de educá-los para o sacerdócio. Qualquer retrocesso de um estudante do colégio, como Don Carlos de Texcoco, que foi denunciado em 1539 e queimado na fogueira como dogmatizador, serviu, portanto, de pretexto conveniente para minar um movimento que tinha como axioma a afirmação de que o índio era um ser tão racional quanto o espanhol.

Inevitavelmente, as profecias de catástrofes se cumpriram como fora esperado. Os índios, proibidos de ordenar-se sacerdotes, tenderam naturalmente a considerar o cristianismo uma fé estranha que lhes era imposta por seus conquistadores. Extraíam dele aqueles elementos que se adequavam a suas próprias necessidades espirituais e ritualistas e os mesclavam a elementos de sua própria fé ancestral, produzindo sob um cristianismo simulado uma religião sincrética muitas vezes vital. Isso por sua vez serviu apenas para confirmar a crença daqueles que defendiam a manutenção dos índios sob tutela permanente, porque estariam despreparados para ocupar seu lugar na civilização européia.

As idéias amiúde exageradas sobre a capacidade espiritual e intelectual dos índios, mantidas pela primeira geração de missionários, tenderam portanto a ceder terreno, nas décadas intermediárias do século, a um senso não menos exagerado de sua incapacidade. A solução mais fácil era considerá-los crianças adoráveis mas desobedientes, que precisavam de cuidado especial.

Essa solução surgia de modo ainda mais natural aos frades à medida que viam seu monopólio sobre os índios ameaçado pelo advento do clero secular. Foi também estimulada por um genuíno temor acerca do destino de seu rebanho indígena sob as condições em rápida mudança na metade do século XVI. À medida que a visão humanista dos primeiros missionários se dissipava, e parecia cada vez mais improvável que o Novo Mundo se tornasse o cenário da Nova Jerusalém, os frades lutavam para preservar o que ainda restava, congregando seus rebanhos em comunidades aldeãs onde podiam ser mais bem protegidos das influências corruptoras do mundo.

Esse era um sonho menos heróico do que o da primeira geração missionária, e não menos inexoravelmente fadado ao insucesso. Pois estavam ocorrendo profundas mudanças na composição demográfica da América espanhola, à medida que o número de imigrantes se multiplicava, enquanto o da população indígena diminuía.

Na metade do século XVI havia provavelmente cerca de 100 mil brancos na América espanhola. As notícias sobre as oportunidades de uma vida melhor no Novo Mundo encorajavam um número cada vez maior de espanhóis a tomar um navio de Sevilha para a América, com ou sem licença oficial para emigrar. Numa carta para a família, no padrão daquelas escritas pelos emigrantes das Índias, Juan de Robles escreveu a seu irmão em Valladolid, em 1592: "Não hesite. Deus nos ajudará. Esta terra é como se fosse nossa, pois Deus nos deu mais aqui do que aí, e estaremos em melhor situação"[15].

Embora as Índias fossem oficialmente a posse exclusiva da coroa de Castela, não havia, ao que se sabe, uma lei do século XVI que proibisse os habitantes da coroa de Aragão de emigrar para elas, conquanto aragoneses, catalães e valencianos estivessem aparentemente excluídos na lei, embora nem sempre na prática, de ocupar cargos e benefícios nos domínios ultramarinos de Castela. Os emigrantes de Navarra, que foi oficialmente incorporada à coroa de Castela em 1515, tinham uma posição legal mais forte. Mas a esmagadora maioria dos imigrantes provinham da Andaluzia, da

[15] Enrique Otte, "Cartas Privadas de Puebla del Siglo XVI", *Jahrbuch fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* (*JGSWGL*), 3:78, 1966. Para uma seleção dessas cartas na tradução de James Lockhart e Enrique Otte, *Letters and People of the Spanish Indies The Sixteenth Century*, Cambridge, 1976.





Estremadura e das duas Castelas, e o número de bascos aumentava à medida que o século avançava.

Alguns desses emigrantes estavam indo juntar-se aos parentes que já haviam emigrado, outros buscavam fugir de condições que, por uma ou por outra razão, haviam-se tornado intoleráveis no Velho Mundo. Muitos dos que estavam entre os perdedores da revolta dos Comuneros, esmagada em 1521, se puseram clandestinamente a caminho do Novo Mundo; e o mesmo aconteceu com aqueles cuja ascendência judaica prejudicou suas chances de sucesso na metrópole, embora houvesse regulamentos rigorosos a impedir a emigração de judeus e *conversos*. É difícil acreditar que a emigração de todos os sete irmãos de Santa Teresa de Ávila estivesse totalmente desvinculada do fato de sua família ter *conversos* entre seus antepassados.

No início, como se poderia esperar, o movimento de emigração foi constituído em sua maioria esmagadora por homens. Mas, para incentivar a colonização, a coroa insistia em que todos os *conquistadores* e *encomenderos* fossem casados, e com isso o número de mulheres emigrantes começou a aumentar. Se as mulheres representavam cinco ou seis por cento do número total de emigrantes no período de 1509-1539, subiram para 28 por cento nas décadas de 1560 e 1570. Mas a falta de mulheres espanholas nos primeiros anos da conquista naturalmente estimulou os casamentos mistos. Baltasar Dorantes de Carranza, escrevendo sobre os conquistadores do México, explica que, "uma vez que nos quinze anos em que a terra era conquistada as mulheres espanholas não vieram em qualquer quantidade", alguns dos conquistadores não se casaram, enquanto outros se casaram com índias[16]. Isso aconteceu sobretudo com mulheres índias de sangue nobre ou real, e os filhos dessas uniões, conhecidos pela designação de *mestizos*, sucediam na posse das propriedades do pai. Todavia, o rápido crescimento da *mestizaje* nas Índias foi menos o resultado de casamentos formais do que de concubinagem e estupro. Durante o século XVI, pelo menos, a tendência foi assimilar sem excessivas dificuldades o *mestizo* nascido dessas uniões ao mundo de um ou de outro dos pais. A coroa logo passou a expressar sua preocupação quanto ao modo de vida dos mestiços, mas somente no século XVII, quando seu número se multiplicou, é que começaram a constituir uma espécie de casta distinta.

No entanto, não eram somente os brancos que estavam transformando a composição étnica da população das Índias. Havia também uma forte cor-

[16] Dorantes de Carranza, *Sumaria Relación*, op. cit., p. 11.

corrente de imigração africana, à medida que os escravos negros foram importados para aumentar a força de trabalho. Chegando a suplantar o número dos brancos nas Antilhas, constituíram também um grupo minoritário expressivo no México e no Peru. Os filhos de sua união com brancos e com índios — conhecidos pelo nome respectivamente de *mulattos* e *zambos* — ajudaram a aumentar o número dos que, fossem brancos ou híbridos, preocupavam crescentemente as autoridades em virtude de sua manifesta ausência de raízes. As Índias estavam começando a produzir sua própria população de inativos voluntários ou involuntários, dos abandonados, vagabundos e párias, que parecia tão ameaçadora à sociedade hierárquica e organizada que constituía o ideal europeu do século XVI.

A presença dessa população inútil somente podia aumentar as forças que já produziam a desintegração da chamada *república de los indios*. Apesar dos enormes esforços de muitos frades para segregar as comunidades índias, somente nas regiões mais remotas, onde os espanhóis se haviam estabelecido mais esparsamente, foi possível manter neutralizado o mundo exterior. A proximidade das cidades fundadas pelos conquistadores; as necessidades de mão-de-obra dos *encomenderos* e as exigências de tributo da coroa; a invasão de terras indígenas pelos espanhóis; a infiltração de brancos e *mestizos*; todos esses elementos ajudaram a minar a comunidade indígena e o que restava de sua organização social do período anterior à conquista.

Ao mesmo tempo, ao ser submetida a essas poderosas pressões externas, a *república de los indios* também estava sucumbindo a uma catástrofe demográfica. A epidemia de varíola no decurso da conquista foi apenas a primeira de uma sucessão de epidemias européias que assolaram as populações indígenas da América continental nas décadas que se sucederam. A incidência dessas epidemias foi irregular. O Peru, com uma população mais esparsa, parece ter escapado mais facilmente que o México, que foi atingido de modo particularmente intenso em 1545-1547. Por toda a América as regiões costeiras se mostraram especialmente vulneráveis e aqui, assim como nas Antilhas, houve uma tendência a substituir por africanos a população indígena que havia sucumbido em sua quase totalidade.

As doenças européias atingiram uma população que estava desorientada e abatida pelas experiências da conquista. Os antigos padrões de vida haviam-se desintegrado, o equilíbrio precário da produção de alimentos fora rompido pela introdução de culturas e de gado europeus, e a necessidade





européia de trabalho servil havia forçado a população índia a um trabalho a que não estava acostumada, muitas vezes sob condições intoleravelmente duras. Embora houvesse sinais de uma adaptação bem-sucedida, principalmente entre os índios da região de Cidade do México no período imediatamente posterior à conquista, não é de surpreender que para muitos índios o choque da mudança tenha parecido excessivo e eles tenham perdido a vontade de viver. Os sobreviventes aparecem nos relatos da época como pessoas passivas e apáticas que buscavam fugir de sua angústia nos narcóticos e nos tóxicos — bebendo pulque no México e mascando coca nos Andes.

Se a população do México central do período anterior à conquista caiu de 25 milhões em 1519 para 2,65 milhões em 1568, e a do Peru, de nove milhões em 1532 para 1,3 milhões em 1570, o impacto demográfico da conquista européia foi esmagador tanto em suas dimensões quanto em sua velocidade[17]. Nenhum plano preconcebido, quer para a salvação, quer para a exploração dos índios, podia esperar resistir intato aos efeitos de uma transformação tão drástica. No meado do século XVI a América espanhola era um mundo muito diferente do que fora visualizado imediatamente após a conquista.

As expectativas sobre a riqueza a ser obtida com a conquista das Índias tinham pressuposto tacitamente a existência de uma população indígena vasta e dócil, que fornecia trabalho servil e produzia tributo para os conquistadores. Inevitavelmente, o declínio totalmente inesperado dessa população obrigou a mudanças drásticas tanto na política quanto no comportamento. Desde a metade do século XVI intensificou-se a luta entre colono e colono e entre coroa e colono por uma porção maior da oferta de mão-de-obra escrava em declínio. A descoberta de ricos depósitos de prata na década de 1540 tanto no México quanto no Peru e o início das operações de mineração em larga escala significaram que na distribuição da mão-de-obra indígena devia ser dada prioridade à mineração e às atividades auxiliares. A abolição da *encomienda* de serviço pessoal que se seguiu ao decreto de 1549 privou os *encomenderos* de sua força de trabalho indígena, que podia então ser mobilizada para os serviços públicos necessários por meio dos *repartimientos* organizados por funcionários da coroa.

[17] Para maiores detalhes sobre o colapso demográfico, cf. Nicolás Sánchez-Albornoz, *História da América Latina*, vol. II, cap. 1.

Ao mesmo tempo, à medida que o trabalho índio se tornou menos disponível para indivíduos particulares, grandes áreas de terra foram sendo desocupadas em decorrência da extinção de seus proprietários índios. Isso coincidiu com uma necessidade rapidamente crescente de terra entre a comunidade de colonos, para satisfazer as necessidades alimentares de uma população hispânica em expansão e concentrada nas cidades, que permanecia presa a seus hábitos e gostos tradicionais. Queria carne e vinho e preferia pão branco ao milho. Os *encomenderos* e outros colonos ricos e influentes, portanto, requereram à coroa com sucesso concessões de terras (*mercedes de tierras*) nas quais pudessem plantar trigo (mais difícil de produzir que o milho e que exigia uma maior área de terreno para uma produção comparável) e criar gado europeu (bois e carneiros). Embora a América espanhola devesse continuar sendo uma civilização essencialmente urbana, já havia fortes indícios, a partir da metade do século XVI, de que a base dessa civilização seria provavelmente a dominação do campo por um punhado de grandes proprietários.[17]

No final da primeira geração da conquista, já estava claro que no novo mundo das Índias espanholas estavam surgindo sociedades novas e distintas. Os conquistadores, depois de se instalar, haviam tomado o controle da terra e do povo; e, se haviam destruído em escala maciça, estavam também começando a criar. Traziam consigo uma crença que aos poucos ganhava terreno na Europa do século XVI: a de que estava na capacidade do homem modificar e melhorar o mundo a seu redor. "Não encontramos usinas de açúcar quando chegamos nestas Índias", escreveu Fernández de Oviedo, "e todas elas nós construímos com nossas próprias mãos e esforço num período tão curto"[18]. Hernán Cortés, explorando as vastas propriedades que adquirira no vale de Oaxaca, mostrava que o conquistador também tinha as ambições do empreendedor.

O tipo de sociedade que os conquistadores e imigrantes instintivamente se dispuseram a criar se aproximava tanto quanto possível da sociedade que haviam deixado na Europa. Em conseqüência, o destino dos povos dominados estava ele próprio predeterminado. Seriam transformados, na medida do possível, em camponeses e vassalos no estilo espanhol. Teriam de conformar-se às noções européias de trabalho e seriam incorporados à economia

18. Fernández de Oviedo, *Historia General y Natural de las Indias*, Madrid, 1959, vol. I, p. 110.





de salários. Seriam cristianizados e "civilizados", até onde permitissem suas próprias naturezas fracas. Não foi sem motivos que Cortés batizou o México de Nova Espanha.

No entanto, uma das características mais notáveis da própria Espanha foi a presença cada vez mais poderosa do Estado. Por algum tempo, após a morte de Isabel em 1504, parecera que a obra dos Reis Católicos de fortalecer a autoridade real em Castela seria desfeita. O renascimento do sectarismo aristocrático ameaçou mais de uma vez mergulhar Castela de novo nas desordens do século XV. Mas Fernando de Aragão, que sobreviveu doze anos à morte da esposa, conseguiu habilmente preservar a autoridade da coroa. O cardeal Jiménez de Cisneros, que se tornou regente após a morte de Fernando em 1516, deu mostras de igual capacidade de comando, e Carlos de Gant, o jovem neto de Isabel, herdou em 1517 um país em paz.

Mas essa paz era precária, e os primeiros eventos do novo reinado nada ajudaram a torná-la mais segura. A eleição de Carlos como Sacro Imperador Romano em junho de 1519, dois meses após o desembarque de Cortés no México, e sua subseqüente partida para a Alemanha serviram para precipitar uma revolta nas cidades de Castela contra o governo de um rei estrangeiro e ausente. A revolta dos Comuneros (1520-1521) adotou profundamente as tradições constitucionalistas da Castela medieval e, se tivesse triunfado, teria imposto restrições institucionais ao desenvolvimento da soberania de Castela. Mas a derrota dos rebeldes no campo de batalha de Villalar, em abril de 1521, deixou Carlos e seus conselheiros livres para restabelecer e ampliar a autoridade real sem grandes impedimentos. Sob o reinado de Carlos, e ainda mais sob o de Filipe II, seu filho e sucessor (1556-1598), um governo autoritário e cada vez mais burocrático tornaria sua presença sentida em inúmeros pontos da vida de Castela.

Era inevitável que essa crescente agressividade do Estado tivesse também seu impacto sobre as possessões ultramarinas de Castela. Os desejos de intervenção do Estado haviam estado aí presentes desde o início, como testemunhavam as *capitulaciones* entre a coroa e os aspirantes a conquistador. Mas o próprio processo de conquista poderia muito facilmente cair fora do controle real. O tempo e a distância estavam nas mãos dos conquistadores e, se Cortés mostrou mais deferência do que muitos em seu comportamento com relação à coroa, isso ocorreu porque ele tinha visão para perceber que precisava de aliados poderosos na Espanha e a sagacidade para avaliar que podia valer a pena explicar, desde que se agisse primeiro.

Mas o imperador Carlos V, como Fernando e Isabel antes dele, não tinha intenção de permitir que seus domínios recém-adquiridos escapassem a seu controle. Na Nova Espanha Cortés se viu sistematicamente desalojado pelos funcionários reais. Uma *audiencia*, no modelo da de Santo Domingo (1511), foi instalada no México em [illegible], sob o que se revelaria ser a presidência desastrosamente interesseira de Nuño Guzmán. Essa primeira tentativa de controle real criou mais males do que curou, mas o período de governo de 1530-1535 com a segunda *audiencia*, composta de homens de maior integridade do que a primeira, deixava claro que não haveria lugar para seu conquistador na Nova Espanha dos burocratas.

Cortés aceitou de modo relativamente sereno, mas no Peru o estabelecimento do controle real não foi realizado sem luta sangrenta. O pretexto para a revolta dos pizarristas, de 1544-1548, foi a tentativa de impor as Novas Leis; mas por trás dela estava a resistência de homens da espada a aceitar o controle de homens da pena. Foi sintomático que a rebelião tenha sido esmagada, não por um soldado mas por um daqueles funcionários instruídos em leis que foram o objeto primacial da hostilidade do conquistador. O *licenciado* Pedro de La Gasca triunfou sobre os pizarristas porque era acima de tudo um político, com habilidade para explorar as divisões dentro da comunidade do conquistador entre os *encomenderos* e os soldados de infantaria que cobiçavam suas posses.

Na Nova Espanha a partir da década de 1530, no Peru a partir dos anos 1550, os dias do conquistador estavam terminados. Estava a caminho uma nova conquista das Índias, a administrativa, conduzida pelas *audiencias* e pelos vice-reis. A Nova Espanha recebeu seu primeiro vice-rei em 1535, na pessoa de Antonio de Mendoza, que serviu até 1550; e o Peru, onde foi instalada uma *audiencia* em 1543, começou a acalmar-se sob o governo vice-real de outro Mendoza, o marquês de Cañete (1556-1560). Aos poucos, sob o domínio dos primeiros vice-reis, o aparelho de controle da autoridade real foi assentado sobre as novas sociedades que os conquistadores, os frades e os colonizadores estavam criando. As Índias estavam começando a ocupar seu lugar dentro do vasto arcabouço institucional de uma monarquia espanhola de amplitude mundial.





# Os Índios e a Conquista Espanhola

A AMÉRICA, isolada do resto do mundo por milhares de anos, tinha uma história distintiva, livre de influências externas. Fora, portanto, uma complexa interação de fatores externos que, no início do século XVI, dera às diversas sociedades indígenas muitas formas diferentes: estados altamente estruturados, senhorias mais ou menos estáveis, tribos e grupos nômades ou seminômades. E foi esse mundo até então inteiramente auto-subsistente que de repente sofreu um choque brutal e sem precedentes: a invasão de homens brancos vindos da Europa, o impacto de um mundo profundamente diferente.

A reação dos americanos nativos diante da invasão espanhola variou consideravelmente: de ofertas de aliança a uma colaboração mais ou menos forçada, de uma resistência passiva a uma hostilidade permanente. No entanto, em toda parte, a chegada desses seres desconhecidos causou o mesmo espanto, não menos intenso do que o experimentado pelos próprios conquistadores: ambos os lados estavam descobrindo uma nova raça de homem de cuja existência jamais haviam suspeitado. Este capítulo examina os efeitos da invasão espanhola sobre o império inca e o império asteca durante o primeiro estágio de domínio colonial (até a década de 1570), enfatizando principalmente o caso dos Andes; também considera sucintamente as áreas "periféricas", ao norte do planalto central mexicano, ao sul e sudeste dos Andes centrais, a fim de apresentar o quadro mais amplo possível da "visão dos vencidos".

## O TRAUMA DA CONQUISTA

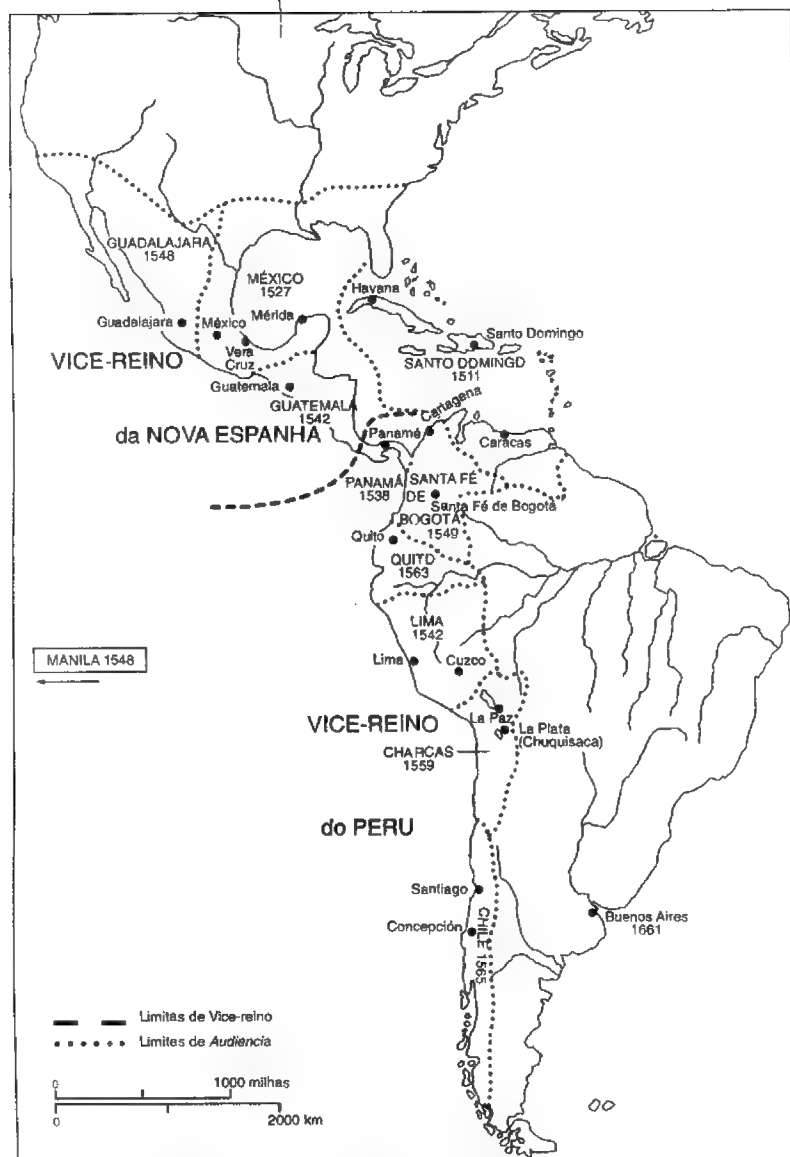
Tanto no México quanto no Peru os documentos nativos descrevem uma atmosfera de terror religioso imediatamente antes da chegada dos espanhóis. Mesmo sendo interpretações retrospectivas, essas descrições atestam o trauma por que passaram os americanos nativos: profecias e presságios haviam predito o final dos tempos; então, de repente, apareceram monstros de quatro pernas montados por criaturas brancas de aparência humana.

# A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII

## AS ASPIRAÇÕES METROPOLITANAS

O IMPERADOR Carlos V adotou como divisa emblemática as colunas de Hércules decoradas com pergaminhos que mostravam a inscrição: *Plus Ultra*. Essa divisa, quando foi criada em 1516, era essencialmente um conceito humanista, destinado a sugerir que não haveria limites ao poder e aos domínios do jovem Carlos de Gant; mas, à medida que mais e mais partes do Novo Mundo foram descobertas e submetidas a seu governo, a divisa adquiriu progressivamente um tipo especial de congruência geográfica como símbolo do império global.

A conquista da América pela Espanha criou a possibilidade do primeiro império genuinamente mundial na história da humanidade, como percebeu de modo caracteristicamente rápido Hernán Cortés, quando escreveu do México para Carlos que agora estava em seu poder tornar-se "monarca do mundo". Na verdade, para Cortés, impressionado com o poder de Montezuma, o México constituía um império em si mesmo: "alguém poderia autodesignar-se imperador desse reino com não menos glória do que o da Alemanha que, pela Graça de Deus, Sua Sagrada Majestade já possui"[1]. Para Carlos V e seus conselheiros, no entanto, um único império poderia existir no mundo, o Sacro Império Romano; e, mesmo depois que a Espanha e o Império se separaram com a abdicação de Carlos em 1556, Filipe II respeitou essa convenção ao conservar o estilo de "rei da Espanha e das Índias". Entretanto, tornou-se cada vez mais evidente que a América havia acrescentado uma dimensão nova, imperial, ao poder do rei da Espanha. Filipe II e seus sucessores poderiam, oficialmente, não ser mais do que reis das Índias, mas o grande cronista do Novo Mundo, Gonzalo Fernández de Oviedo,

1. Hernán Cortés, *Letters from Mexico*, ed. A. R. Pagden, Oxford, 1972, p. 48 (segunda carta, 1520).

*Fonte:* Francisco Morales Padrón, *Historia General de América*, 2. ed., Madrid, 1975, p. 391.

Vice-reinos e *audiencias* nos séculos XVI e XVII





escrevera já em 1527 sobre "esse império ocidental dessas Índias"[2], e o aparecimento recorrente, especialmente no século XVII, da expressão *imperio de las Indias*, e mesmo de *emperador de las Indias*, era prova de uma consciência subjacente de império americano.

Se foi difícil a expressão *imperio de las Indias* conseguir ampla aceitação geral antes da ascensão dos Bourbons, isso se deveu em parte ao fato de as Índias serem concebidas como parceiras de um agrupamento mais amplo, conhecido pelo nome de *monarquía española*. Nessa aglomeração de territórios, adquiridos quer por herança quer por conquista e que deviam fidelidade a um único governante, a maioria dos Estados eram iguais, mas alguns eram mais iguais do que outros. Castela acabou por desfrutar de uma efetiva predominância na monarquia, e desde o início as Índias ostentavam uma relação especial com Castela. A bula *Inter Caetera* de Alexandre VI, emitida em 1493, conferiu o governo e a jurisdição das terras recém-descobertas, não aos reis da Espanha, mas aos reis de Castela e Leão. Conseqüentemente, as Índias deviam ser consideradas possessão de Castela e ser governadas, onde fosse apropriado, segundo as leis e as instituições de Castela. Disso decorreu a atribuição dos benefícios da conquista aos castelhanos — uma convenção desrespeitada por Fernando de Aragão, quando atendeu a seus propósitos, mas que deu à Castela do século XVI um monopólio efetivo sobre os cargos e o comércio do Novo Mundo. Isso significou também que não seria permitida a reprodução nos novos territórios americanos das instituições parlamentares e representativas que dominavam a vida política da coroa de Aragão.

A íntima associação entre Castela e as Índias se refletiu na designação pela coroa de Juan Rodríguez de Fonseca, do conselho de Castela, para tratar dos negócios das Índias nos primeiros anos da descoberta e conquista. O rápido crescimento no volume de negócios, no entanto, significou que aquilo que originalmente começara como obra de um administrador altamente eficiente e de um pequeno grupo de auxiliares logo viria a adquirir uma forma institucional. A pressão foi sentida primeiramente na organização das frotas enviadas a Hispaniola, e em 1503 era criada em Sevilha a *Casa de la Contratación* — um escritório comercial comparável à *Casa da Índia* em Lisboa. Essa *Casa* logo se tornou responsável pela organização e controle do tráfego de homens, navios e mercadorias entre a Espanha e a América. Os

2 *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, ed. José Miranda, México, 1950, p. 272.

amplos poderes de regulamentação conferidos pela coroa aos funcionários da *Casa* durante os poucos anos seguintes estabeleceram um padrão de comércio e navegação que perduraria por um século e meio e converteria Sevilha no centro comercial do mundo atlântico.

Ao canalizar todo o comércio americano para Sevilha, a coroa buscava assegurar, para proveito de suas próprias finanças e de uma Castela que reclamava direitos exclusivos sobre as terras recém-descobertas, um grau máximo de controle sobre o que se esperava ser um empreendimento altamente lucrativo. Somente pelo exercício de rigoroso controle sobre a navegação seria possível manter elementos indesejáveis fora da América e conservar o comércio americano — ou assim se esperava — em mãos nativas. O tempo mostraria, no entanto, que um comércio controlado tinha um meio de produzir a sua própria forma de infiltração não-controlada, e que as incontestáveis vantagens organizacionais do monopólio deviam ser contrapostas às não menos incontestáveis desvantagens em colocar enorme poder nas mãos de um pequeno grupo de funcionários em situação estratégica.

Esses funcionários estavam preocupados essencialmente com a mecânica do comércio das Índias — com o equipamento das frotas, a autorização de passageiros e o registro da prata. A política com relação às Índias foi formulada num nível mais alto; e aqui mais uma vez a crescente pressão do comércio forçou desenvolvimentos institucionais que substituíram a informalidade do regime de Fonseca por um aparelho burocrático formal. Nos primeiros anos os monarcas que desejavam orientações sobre os negócios das Índias recorriam a Fonseca ou a um punhado de membros do conselho de Castela; mas, em 1523, foi criado um novo conselho, independente do de Castela — o conselho das Índias. Dada a estrutura específica da monarquia espanhola, tratava-se de um desdobramento lógico. Uma organização conciliar, onde conselhos distintos eram responsáveis por diferentes Estados e províncias da monarquia distintos, era o melhor meio de combinar interesses plurais com um controle central unificado. Ocupando seu lugar ao lado dos conselhos de Castela e de Aragão, o conselho das Índias forneceu o mecanismo formal para garantir que os negócios das Índias fossem trazidos regularmente à atenção do monarca e que a vontade do monarca, corporificada em leis, decretos e instituições, fosse devidamente transmitida a suas possessões americanas.

O governo real na América era, portanto, um governo real por consulta, no sentido de que as decisões do rei eram tomadas com base em *consultas* que lhe deveriam ser enviadas pelo seu conselho das Índias. Essas *consultas*





eram atas escritas das discussões do conselho, apresentando uma série de recomendações. Os conselhos eram nominalmente representantes da pessoa do rei, e somente em 1561 encontraram um local permanente no palácio real de Madri, que a partir desse ano se tornou a sede da corte e a capital da Monarquia. De todos, o conselho das Índias foi o único que esteve mais afastado em tempo e espaço da área de sua jurisdição, embora para alguns mesmo este não estivesse suficientemente longe. Segundo sir Francis Bacon, "Mendoza, que era vice-rei do Peru, costumava dizer: Que o governo do Peru foi o melhor lugar que o Rei da Espanha deu, exceto que ele estava um pouco perto demais de Madri"[3]. Os funcionários da coroa nas Índias, dispondo teoricamente de plena liberdade nos grandes espaços abertos de um grande Novo Mundo, viram-se na prática acorrentados por cadeias de papel ao governo central da Espanha. Pena, tinta e papel eram os instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de um império de amplitude mundial.

Esse estilo de governo por meio de papel produziu inevitavelmente sua própria casta de burocratas. Dos 249 conselheiros das Índias desde sua fundação até 1700, todos, exceto um pequeno número — e esses mais no século XVII que no XVI — eram *letrados*, homens educados em leis nas universidades, embora a nobreza estivesse fortemente representada entre os 25 presidentes do conselho durante o mesmo período. Pouquíssimos membros *letrados* do conselho parecem ter tido alguma experiência na América — na maior parte desses duzentos anos apenas sete ocuparam cargos numa das *audiencias* americanas antes de serem promovidos ao conselho[4]. A maioria deles haviam feito carreira em postos fiscais ou judiciais na própria península, e inevitavelmente tendiam a ver os problemas das Índias através do prisma de sua experiência peninsular. Sua formação e visão eram legalistas; pensavam em termos de precedentes, de direitos e de *status*; e viam-se como guardiães supremos da autoridade do rei. Isso tornou o governo mais cuidadoso que imaginativo, mais inclinado a regulamentar que a inovar, embora ocasionalmente algum presidente excepcional, como Juan de Ovando (1571-1575), tenha injetado vida num sistema naturalmente lento e tenha revelado uma capacidade de organização criativa que produzia impacto a milhares de quilômetros de distância.

[3] *The Works of Francis Bacon*, ed. J. Spedding, London, 1859, vol. VII, pp. 130-131.

[4] Ver J. L. Phelan, *The Kingdom of Quito in the Seventeenth Century*, Madison, 1967, p. 135.

No entanto, uma vez determinados os objetivos do governo nas Índias e estabelecida sua estrutura — e isso foi concluído em grande parte na metade do século XVI — os meros problemas de distância tendiam a assegurar que a rotina prevalecesse. A rotina tem seus próprios defeitos, mas, julgado pelo critério de sua capacidade de manter um grau razoável de ordem pública e um respeito tolerável pela autoridade da coroa, o governo espanhol na América nos séculos XVI e XVII deve ser considerado um notável sucesso. Após a derrota da rebelião pizarrista da década de 1540 e uma onda conspiratória em Cidade do México em 1566, centrada na pessoa de Don Martín Cortés, filho do conquistador, não haveria outras contestações diretas da autoridade real por parte de comunidades de colonos, muitas vezes ressentidas amargamente com as imposições de Madri. Esse alto grau de passividade foi em parte um reflexo de um senso de deferência à coroa inculcado de uma geração à outra; no entanto, deve ser atribuído sobretudo ao caráter de um sistema que foi por demais vitorioso em sua determinação quase obsessiva de impedir a excessiva concentração de poder num único ponto. Não havia nenhuma necessidade de desafiar o poder real diretamente quando se podia arquitetar com sucesso um desafio indireto mediante o aproveitamento das fraquezas de um sistema no qual o poder estava tão cuidadosamente disperso.

A disseminação da autoridade baseava-se numa distribuição de deveres, que refletia as diferentes manifestações do poder real nas Índias: administrativa, militar, jurídica, financeira e religiosa. Muitas vezes, no entanto, as linhas de demarcação não eram traçadas claramente: ramos diferentes de governo poderiam sobrepor-se, um único funcionário podia combinar tipos diferentes de função, e havia inúmeras possibilidades de atrito e conflito que só seriam resolvidos, se o fossem, pelo demorado processo de consulta ao conselho das Índias em Madri. Contudo, essas aparentes fontes de fraqueza poderiam, sob certos aspectos, ser consideradas a melhor garantia da sobrevivência do governo a partir de Madri, uma vez que cada agente de autoridade delegada tendia a controlar os demais, enquanto ao mesmo tempo os súditos do rei nas Índias, ao opor a autoridade de um à do outro, ficavam com adequado espaço de manobra nos interstícios do poder.

Nos primeiros anos da conquista os principais representantes da coroa nas Índias foram os *gobernadores*. O título de governador, usualmente combinado com o de capitão-mor, foi dado a vários dos primeiros *conquistadores*, como Vasco Núñez de Balboa, designado governador de Darién em 1510. Ao *gobernador*, tanto quanto ao donatário nos territórios portugueses





de além-mar, foi dado o direito de dispor dos índios e da terra — claramente um importante estímulo à realização de outras expedições de conquista. A governadoria era, portanto, uma instituição ideal para estender o domínio espanhol através das Índias, particularmente a regiões remotas e pobres como o Chile, onde as compensações da conquista eram de outro modo exíguas. No entanto, uma vez que a coroa se colocara firmemente contra a criação de uma casta de senhores feudais nas Índias, os dias da governadoria pareciam estar contados. As nomeações eram feitas para pouco tempo — de três a oito anos — e acabaram sendo não-hereditárias. Este princípio foi firmemente estabelecido depois que o neto de Colombo, Luis Colón, foi finalmente induzido em 1536, após longos e complexos procedimentos legais, a renunciar ao direito da família a uma governadoria hereditária, conservando apenas o título hereditário puramente honorífico de Almirante.

As governadorias, no entanto, não desapareceram das Índias tão logo se completou a conquista. Elas haviam provado sua utilidade como instituição para a administração e defesa de regiões distantes. Em vez de serem abolidas, portanto, permitiu-se sua sobrevivência; mas, como outras instituições que conseguiram sobreviver ao período de transição da conquista, foram sendo aos poucos burocratizadas. A nova casta de governadores do período posterior à conquista eram administradores, não *conquistadores*, e tinham funções tanto judiciais quanto administrativas e militares. Nos séculos XVI e XVII existiram trinta e cinco governadorias provinciais num ou noutro período — o número não era constante devido a unificações e mudanças de fronteira. Compreendiam Guatemala, Costa Rica, Honduras e Nicarágua na América Central; Cartagena, Antioquia e o Novo Reino de Granada, que foi governado, a partir de 1604, pelos presidentes da *audiencia* de Santa Fé; Popayán, Chile, Paraguai, das quais foi separada a de Río de la Plata em 1617, para formar uma nova governadoria; e Nova Espanha, Yucatán, Nueva Vizcaya e Nuevo León. Hernando de Soto, que morreu às margens do Mississipi em 1542, foi co-governador de Cuba e da Flórida, assim como Pedro Menéndez de Avilés, de 1567 a 1573; daí por diante, a Flórida tornou-se uma governadoria separada. As ilhas Filipinas, cuja conquista teve início em 1564 pelo seu primeiro governador, Miguel López de Legazpi, também constituía uma governadoria americana, dependente da Nova Espanha.

Apesar da sobrevivência das governadorias, a unidade administrativa mais importante nas Índias veio a ser não a governadoria mas o vice-reino. Colombo havia conservado o título de vice-rei, assim como seu filho, Diego

Colón; mas com Diego o título tornou-se puramente honorífico, e a família o perdeu com a morte de sua viúva. Foi em 1535 que o vice-reino foi revivido como instituição efetiva, quando foi criado o vice-reino de Nova Espanha e Don Antonio de Mendoza foi designado seu primeiro vice-rei. Em 1543, Blasco Núñez Vela foi nomeado vice-rei de um segundo vice-reino, o do Peru. Nova Espanha e Peru, tendo suas capitais em Cidade do México e em Lima, seriam os únicos vice-reinos na América no governo dos Habsburgos. Os Bourbons acrescentaram mais dois: o vice-reino de Nova Granada em 1717, com a capital em Santa Fé de Bogotá, e o de Río de la Plata, tendo Buenos Aires como capital, em 1776.

As Novas Leis de 1542 institucionalizaram o novo sistema vice-real de governo: "os reinos de Peru e Nova Espanha devem ser controlados e governados por vice-reis que representam nossa real pessoa". O vice-rei, portanto, era o *alter ego* do rei, mantendo sua corte no palácio vice-real e trazendo consigo algo da aura cerimonial da realeza. Unia em sua pessoa os atributos de governador e capitão-mor, e era também, em seu papel de presidente da *audiencia*, considerado o principal representante judicial da coroa. É natural que o enorme prestígio do cargo e as possibilidades de lucro que ele parecia oferecer tornaram o vice-reinado altamente atraente para as famílias nobres de Castela. Na prática, a coroa, sempre desconfiada das ambições dos nobres, tendeu a reservá-lo aos membros mais novos das grandes famílias ou aos nobres de categoria média titulados. Don Antonio de Mendoza, o primeiro vice-rei de Nova Espanha (1535-1549) e um dos seus maiores, era o sexto dos oito filhos do segundo casamento do marquês de Mondéjar, e havia servido na corte e numa missão diplomática à Hungria antes de ser elevado, com quarenta anos de idade, a essa eminente posição no Novo Mundo.

A duração dos serviços de Mendoza foi excepcional — uma vez estabelecido o sistema, o vice-rei podia com boas razões esperar que seu governo durasse seis anos. Mas isso podia não ser o fim das suas funções vice-reais nas Índias. Dos 25 homens enviados da Espanha para servir como vice-reis do México entre 1535 e 1700, nove vieram a tornar-se vice-reis do Peru. A experiência que esses vice-reis obtinham no governo das Índias tornaria suas vozes imensamente valiosas nos mais altos conselhos da monarquia, ao seu retorno à Espanha; mas, surpreendentemente, somente em 1621 é que um antigo vice-rei das Índias, o marquês de Montesclaros (vice-rei de Nova Espanha de 1603 a 1606, e do Peru de 1606 a 1614), recebeu um assento no mais alto de todos os conselhos, o conselho de Estado.





Os vice-reinos americanos, apesar de toda sua aparente atratividade, muito freqüentemente se revelaram uma fonte de desapontamento para seus ocupantes, arruinando sua saúde, ou sua reputação, ou ambas. O conde de Monterrey, longe de fazer fortuna, morreu no cargo no Peru em 1606 e teve de ser enterrado às expensas da coroa. Don Martín Enríquez de Almansa, vice-rei de Nova Espanha de 1568 a 1580, explicou em proveito de seu sucessor que:

> embora imaginem na Espanha que o posto de vice-rei aqui é muito fácil, e que não pode haver muita coisa a fazer nessas novas terras, minha própria experiência e o trabalho que tive de realizar me desiludiram quanto a isso. Vós descobrireis o mesmo, pois o vice-rei aqui é responsável por todos os deveres que na Espanha são partilhados por várias pessoas diferentes[5].

Um dos predecessores de Enríquez, Don Luis de Velasco (1550-1564), descreveu sua semana de trabalho. Nas segundas e quintas-feiras, as manhãs eram devotadas à recepção de delegações de índios acompanhados de seus intérpretes e à elaboração de uma lista de tópicos a ser discutidos com a *audiencia*, a que comparecia à tarde. À noite, das oito às dez horas, despachava questões do governo com seu secretário. Nas terças e sextas-feiras participava, de manhã, da discussão dos processos na *audiencia*, e de uma até três horas resolvia problemas religiosos e dava audiências a espanhóis — algo que tinha de estar pronto a fazer a qualquer momento da semana. Ia depois discutir questões financeiras com os funcionários do tesouro. As manhãs das quartas-feiras eram também reservadas para ouvir os índios e as tardes para as questões de Cidade do México.

> E todo o resto do tempo é consumido com a leitura de cartas de prelados, frades, *alcaldes mayores*, *corregidores*, e outros indivíduos que se acham em posição de fornecer informações. Isso é um trabalho imenso, e quando os navios chegam ou partem, o trabalho é triplicado. E o trabalho mais duro de todos é preencher os *corregimientos* e as *alcaldias mayores*, e procurar as pessoas certas para os cargos, e agüentar os *conquistadores* e seus filhos com todos os seus documentos e seus apelos de que devem ser salvos de morrer de fome. Existem duzentos postos e duas mil pessoas que os querem[6].

5. *Los Virreyes Españoles en America durante el Gobierno de la Casa de Austria*, ed. Lewis Hanke, Madrid, 1976, vol. I, p. 203, Biblioteca de Autores Españoles, CCLXXIII.
6. *Idem*, pp. 128-189.

Os infortúnios de um vice-rei, no entanto, não acabavam aqui. Suas mãos estavam atadas desde o início pelas instruções que recebera do rei na hora da nomeação, e estava sempre recebendo novas ordens de Madri, muitas delas totalmente inaplicáveis à situação em que se encontrava. Don Antonio de Mendoza escreveu, desesperado, que em seus quinze anos como vice-rei de Nova Espanha haviam ocorrido três grandes mudanças no sistema de governo, e que os membros do conselho das Índias eram iguais a médicos que não acreditavam estar curando o paciente se não o estivessem sempre sangrando e purgando[7].

Mendoza e seus sucessores viram-se encurralados em cada problema pelo vasto e crescente corpo de leis e decretos relativos às Índias, que vinham sob formas diversas e possuíam graus variáveis de solenidade. A mais importante de todas as ordens da coroa era a *provisión*, que ostentava o nome e os títulos do rei e era lacrada com o selo do chanceler. A *provisión* era na verdade uma lei geral relativa a questões de justiça ou de governo — as Novas Leis, contendo 54 artigos relativos à organização do governo e ao trato com os índios, eram de fato *provisiones*. O documento mais comumente usado era a *real cédula*, que começava com as simples palavras *El Rey* seguidas do nome do destinatário. Comunicava na forma de ordem uma decisão real por recomendação do conselho das Índias, e era assinada *Yo el Rey*. Além da *provisión* e da *cédula*, havia também o *auto*, não-dirigido a algum destinatário, mas que corporificava as decisões do conselho das Índias ou das *audiencias*.

Já no final do século XVI havia um enorme *corpus* de leis e provisões relativas às Índias. Em 1596, Diego de Encinas publicou uma compilação de cerca de 3 500 delas, mas a necessidade de uma codificação adequada tornava-se cada vez mais evidente. Juán de Solórzano Pereira, um renomado jurista do conselho das Índias, elaborou a obra básica na década de 1630, mas somente em 1681 foi impressa em quatro volumes a grande *Recopilación de las Leyes de Indias*. As leis impressas nesses volumes eram mais seguramente um guia das intenções da coroa em Madri do que uma indicação do que realmente ocorria na América; mas o próprio fato de sua existência devia entrar nos cálculos tanto dos governadores quanto dos governados em sua vida quotidiana nas Índias. Todo vice-rei sabia que seus inimigos buscariam utilizar o não-cumprimento de alguma lei ou ordem real para formular uma acusação contra ele. Sabia também que todas as suas ações eram examinadas pelos guardiães oficiais da lei, os *oidores*, ou juízes, da *audiencia*.

[7] *Idem*, p. 58.





Durante o século XVI dez *audiencias* foram estabelecidas no Novo Mundo. No vice-reino de Nova Espanha: Santo Domingo (1511); México (1527); Guatemala (1543); Guadalajara (1548). No vice-reino do Peru: Panamá (1538); Lima (1543); Santa Fé de Bogotá (1548); Charcas (1559); Quito (1563); Chile (1563-1573; fundada novamente em 1606). No conjunto, essas *audiencias* mantinham cerca de noventa cargos em nível de presidente, *oidor* e *fiscal*. Os mil homens que os ocuparam durante os dois séculos de domínio Habsburgo constituíram a elite da burocracia da Espanha na América. Os vice-reis vinham e iam embora, enquanto que para o mandato dos *oidores* não havia qualquer limite fixo, que dessa forma constituíam um importante elemento de continuidade tanto administrativa quanto judicial. Embora a sua finalidade fosse a de ser os tribunais judiciais supremos no Novo Mundo, com a responsabilidade de assegurar a adequada observância das leis nas Índias, as *audiencias* também adquiriram certos atributos de governo, especialmente em virtude das Novas Leis. As *audiencias* do México e de Lima, em especial, assumiram as funções de governo no período entre a partida de um vice-rei e a chegada do seguinte, enquanto que os presidentes de *audiencias* menores podiam atuar como governadores e capitães-mores da área de jurisdição de sua *audiencia*. Suas funções governamentais, numa competência direta ou consultiva, deram às *audiencias* do Novo Mundo um grau especial de influência, que não possuíam seus modelos originais na Península Ibérica, onde as chancelarias estavam confinadas a funções puramente judiciais. Desfrutando de comunicação direta com o conselho das Índias, onde podiam contar com a atenção solidária dos colegas *letrados*, os *oidores* tinham boas oportunidades de chamar a atenção do rei para as irregularidades do vice-reino.

Os *oidores*, no entanto, como os vice-reis, eram cuidadosamente mantidos sob controle por uma coroa naturalmente suspeitosa dos funcionários que ela própria nomeava. Havia regulamentos rígidos que determinavam seu estilo de vida, e tudo era feito para preservá-los de serem contaminados pelo ambiente. Era tacitamente esperado que não se casassem com mulheres da área de jurisdição de sua *audiencia*, nem adquirissem propriedades fundiárias nem se envolvessem no comércio. Essa tentativa de convertê-los em guardiães platônicos, que julgavam e governavam sem a interferência de vínculos e pressões locais, estava inevitavelmente fadada ao fracasso, entre outras coisas porque seus salários eram muitas vezes inadequados. Mas a

coroa, se estabelecia um ideal impossivelmente alto, não manifestava uma expectativa real de que esse ideal fosse cumprido. Ao contrário, agia na presunção de que a fraqueza humana era endêmica e legislava contra essa situação desafortunada ao assegurar que as atividades dos *oidores*, como a de todos os seus funcionários, estivessem sujeitas a rigoroso exame. Juízes independentes eram enviados para conduzir *visitas* de investigação a determinadas áreas ou atividades de um determinado grupo de funcionários; além disso, todo servidor estava sujeito a uma *residencia* no final do seu período de administração, o que permitiria aos que se sentissem prejudicados apresentar suas acusações e defender suas alegações diante do juiz que a presidia.

Os vice-reis governadores e as *audiencias* formaram o nível mais alto da administração secular nas Índias. As suas áreas de jurisdição foram subdivididas em unidades menores, conhecidas com nomes diferentes. Em Nova Espanha eram chamadas ou *alcaldías mayores* ou *corregimientos*, e no restante das Índias *corregimientos*. Alguns dos mais importantes *corregidores* e *alcaldes mayores* eram designados pela coroa, os menos importantes pelos vice-reis. Eram nomeados para um mandato limitado, e esperava-se que pelo menos os mais importantes não fossem proprietários rurais locais nem *encomenderos*. Sua área de jurisdição tinha como base uma cidade ou vila, mas estendia-se — como aconteceu na própria Castela — à região rural próxima, de modo que os *corregimientos* eram basicamente grandes distritos com um centro urbano.

A ênfase do governo local sobre a cidade era característica da vida das Índias em geral. Do ponto de vista da lei, nas Índias mesmo os colonos espanhóis que viviam na região rural existiam apenas em relação a sua comunidade urbana. Eram *vecinos* (cidadãos) do povoado urbano mais próximo, e era a cidade que definia sua relação com o Estado. Isso concordava muito mais com as tradições do mundo mediterrânico; e, apesar da crescente importância da grande propriedade na América espanhola, os núcleos rurais nunca alcançaram a importância que tiveram no Brasil, embora também aqui as cidades tenham exercido uma influência preponderante.

Cada vila tinha seu próprio conselho, ou *cabildo*, uma corporação que regulava a vida dos habitantes e fiscalizava as propriedades públicas — as terras comunais, florestas e pastagens e as galerias de rua com suas tendas de comércio — de onde derivava grande parte de sua renda. Houve grandes variações na composição e nos poderes dos *cabildos* nas diversas cidades e vilas da América espanhola, e a própria instituição do *cabildo* variou no





curso dos séculos em reação às mudanças das condições sociais e à crescente dificuldade financeira da coroa. Basicamente, no entanto, compunha-se de funcionários judiciais (*alcaldes*, que eram juízes leigos e presidiam o *cabildo*, sempre que o *corregidor* não estivesse presente) e *regidores*, ou conselheiros da cidade, que eram responsáveis pelo abastecimento e administração do município e representavam a cidade em todas as funções cerimoniais que ocupavam parte tão substancial da vida urbana.

Os *cabildos*, como se poderia esperar do padrão de governo municipal na Espanha metropolitana, eram, ou logo se tornaram, oligarquias constituídas pelos cidadãos mais abastados que se autoperpetuavam. Nos primeiros anos da conquista, os governadores e capitães nomearam os *alcaldes* e *regidores*, alguns deles vitalícios. Onde houve eleições, o direito de ser eleito tendia a restringir-se aos cidadãos mais proeminentes; e, à medida que a coroa, a partir de Filipe II, recorreu crescentemente à venda de cargos públicos, o equilíbrio entre os funcionários públicos eleitos e hereditários pendeu para os últimos, reduzindo ainda mais qualquer elemento "popular" que existira originalmente na vida municipal. Algumas vezes era instituído um *cabildo abierto*, possibilitando que uma maior representação dos cidadãos discutisse questões de caráter urgente, mas de modo geral os governos de cidades eram corporações fechadas que, por seu caráter, representavam mais os interesses do patriciado urbano do que a generalidade dos cidadãos.

O interesse por um assento no *cabildo* variou muito, de acordo com a riqueza da cidade, os poderes de seus membros e os privilégios esperados. Devem ter existido muitas vilas como Popayán, um dos povoados mais tipicamente "coloniais" da atual Colômbia, onde durante longos períodos os cargos eletivos não foram preenchidos. Sendo o governador de Popayán responsável pelas principais funções de governo, as obrigações do *cabildo* estavam restritas em grande parte à escolha de servidores municipais menos importantes. As vantagens financeiras do cargo eram limitadas, e as obrigações — a maioria honoríficas — seriam pura perda de tempo[8].

O *cabildo*, no entanto, não era apenas uma instituição de autogoverno local e uma corporação em que se disputavam as rivalidades das principais famílias locais. Era parte também de uma estrutura maior de autoridade que se estendia às *audiencias*, aos governadores e aos vice-reis, e por conseguinte

8. Cf. Peter Marzahl, "Creoles and Government: The Cabildo of Popayán", *Hispanic American Historical Review*, 54:636-656, 1974.

ao conselho das Índias em Madri. Somente atuando dentro dessa estrutura e recorrendo a pressões e petições é que as aristocracias urbanas podiam esperar exercer alguma influência sobre a ação e a decisão do governo, pois não lhes restavam outras saídas constitucionais. Em 1528, a Cidade do México requereu sem sucesso a Carlos V o direito de voto nas Cortes de Castela. Daí por diante, foram feitas periódicas sugestões tanto em favor da representação de cidades das Índias nas Cortes de Castela, quanto para a realização de reuniões regionais, nas próprias Índias, dos representantes das vilas mais importantes. Mas a coroa de Castela do século XVI opôs-se tenazmente a essas perigosas tendências constitucionalistas. A América havia sido conquistada e colonizada numa época em que na Espanha metropolitana a pressão era em favor do encarecimento teórico e prático da soberania real, e as Índias, como território virgem, oferecia oportunidades para a afirmação da presença do Estado num grau impossível até mesmo em Castela, onde o constitucionalismo, embora mortalmente ferido, ainda não havia expirado.

O poder do Estado era muito maior nas Índias devido à extraordinária concentração do poder eclesiástico nas mãos da coroa. Isso derivou originalmente de precedentes já estabelecidos na igreja de Granada, juntamente com os direitos advindos à coroa de Castela por meio das bulas papais, que lhe atribuíram a responsabilidade pela evangelização das terras recém-descobertas. Através de uma bula de 1486 o papado dera à coroa o *patronato* (padroado), ou o direito de fazer nomeações para todos os bispados e benefícios eclesiásticos no reino mourisco de Granada, que estava então prestes a ser reconquistada. Embora as bulas nada dissessem sobre essa nomeação, os Reis Católicos tomaram Granada como seu modelo; e, em 1508, a posição foi regularizada quando Fernando garantiu aos governantes de Castela o direito perpétuo de organizar a igreja e conferir benefícios eclesiásticos em seus territórios ultramarinos. Uma bula de 1501, ampliada por outras bulas de 1510 e 1511, já havia concedido à coroa os dízimos coletados nas Índias, de modo que também era assegurada à igreja recém-estabelecida uma dotação permanente, coletada e administrada de acordo com os desejos da coroa.

O *patronato* teve por efeito dar aos monarcas de Castela durante seu governo das Índias um grau de poder eclesiástico de que não havia precedentes na Europa fora do reino de Granada. Isso permitiu ao rei autodesignar-se "vigário de Cristo" e dispor das questões eclesiásticas nas Índias por sua própria iniciativa, sem a interferência de Roma. Na verdade, nenhum núncio papal tinha permissão de pôr os pés nas Índias ou de comunicar-se





diretamente com elas; e todos os documentos que iam de Roma ao Novo Mundo e vice-versa, antes de terem autorização de prosseguir até seu destino, eram submetidos à prévia aprovação do conselho das Índias. Na verdade, o poder eclesiástico da coroa nas Índias era absoluto, com direitos teóricos apoiados num total controle do padroado.

A Igreja nas Índias era por origem e natureza uma igreja missionária, ou de doutrinamento — um fato que conferiu às ordens religiosas a liderança natural da obra de evangelização. No entanto, quando foi cumprida a primeira obra pioneira, os mendicantes, apesar do poder de que dispunham, viram sua ascendência desafiada por um clero secular que tinha sua base nas vilas e operava dentro da estrutura de uma igreja institucionalizada agora bem estabelecida. No final do século XVI, outras ordens religiosas receberam permissão de juntar-se às três ordens originais, os agostinianos, os franciscanos e os dominicanos; e os jesuítas, que fundaram sua Província do Paraguai em 1607, viriam a desempenhar um papel especialmente importante na obra missionária junto às áreas mais remotas e às regiões fronteiriças. Com efeito, a missão na fronteira tornou-se uma das instituições coloniais mais eficazes da Espanha, ao longo das fímbrias do império, quer no Paraguai, no limite leste dos Andes, quer no norte do México. Mas em 1574, quando a *ordenanza del patronazgo* colocou um limite rígido ao trabalho do clero regular e os colocou sob o controle episcopal, tornou-se claro que, pelo menos nas áreas urbanizadas, a era do missionário heróico tinha oficialmente chegado ao fim.

Os agentes usados pela coroa para submeter a igreja missionária foram os bispos, uma parte considerável dos quais, especialmente nas primeiras décadas, provinham do clero regular. O primeiro bispado do Novo Mundo, o de Santo Domingo, foi fundado em 1504; o primeiro bispado no continente, Santa María de la Antigua, em Darién (mais tarde transferido para o Panamá), em 1513. Em 1536 havia quatorze bispados; em 1546, os de Santo Domingo, Cidade do México e Lima foram elevados a arcebispados; e em 1620 o número total de arcebispados e bispados na América espanhola chegava a 34. Os ocupantes desses bispados eram na verdade funcionários da coroa que, além de seus deveres espirituais, exerciam uma influência importante, tanto direta quanto indireta, sobre a vida civil. A linha divisória entre a Igreja e o Estado na América espanhola nunca foi claramente definida, e os conflitos entre bispos e vice-reis eram uma característica constante da vida colonial. É sugestivo que Juan Pérez de la Serna, arcebispo do México de 1613 a 1624, tenha entrado em conflito primeiramente com o marquês de Guadalcázar e

depois com seu sucessor, o marquês de Gelves — dois vice-reis que dificilmente poderiam ter tido temperamento e política mais dessemelhantes.

Os bispos, como os letrados que formavam as *audiencias*, tinham alianças mais metropolitanas do que locais, embora Filipe III (1598-1621) tenha reconhecido certas aspirações locais, a ponto de nomear 31 crioulos para bispados americanos. Também na escolha entre as ordens religiosas Filipe III mostrou preferência pelos agostinianos em relação aos franciscanos e aos dominicanos. Estes últimos em particular tinham estado maciçamente representados no século XVI — dos 159 ocupantes de bispados nas Índias, entre 1504 e 1620, 52 eram dominicanos[9]. Essa alta proporção de dominicanos, muitos deles amigos ou seguidores de Las Casas, sugere uma determinação, da parte da coroa no século XVI, a impor tanto quanto possível suas políticas pró-indígenas contra as pressões exercidas pelos *encomenderos* e colonos. Na verdade, por algum tempo, a coroa deu aos bispos a condição de *protectores* oficiais dos índios — uma experiência que se mostrou insatisfatória porque, como Juan de Zumárraga, o primeiro bispo do México, infelizmente constatou, os deveres do cargo estavam mal-definidos e conduziram a intermináveis conflitos de jurisdição com as autoridades civis. No entanto, embora se tenha considerado necessário transferir esses deveres para funcionários civis, a coroa continuou fortemente dependente do episcopado na supervisão tanto do bem-estar material quanto do progresso espiritual da comunidade indígena.

Nos primeiros anos do domínio espanhol, os bispos tiveram em suas mãos um importante instrumento de controle, tanto sobre os colonos quanto sobre os índios, nos poderes inquisitoriais de que foram investidos. Uma série de casos infelizes, contudo, levantaram a questão de saber se a Inquisição, enquanto instrumento preventivo da judaicização e da heresia, seria um meio adequado de assegurar a ortodoxia dos índios; e em 1571 eram finalmente afastados de toda a jurisdição inquisitorial e colocados sob o controle direto dos bispos no concernente a questões de fé e de moral. Ao mesmo tempo, o Santo Ofício começou a instalar seus tribunais no Novo Mundo — em Lima (1570), em Cidade do México (1571) e um terceiro em Cartagena, em 1610 — para proteger a fé e a moral da comunidade de colonos, ou contra a corrupção por delinqüentes sexuais, ou contra a contaminação pelos numerosos



[9] Para um levantamento estatístico dos bispos americanos no século XVI e início do XVII, ver Enrique Dussel, *Les Evêques hispano-américains*, Wiesbaden, 1970.



*conversos* que haviam conseguido infiltrar-se na América e pelos estrangeiros que propagavam suas perigosas heresias luteranas. Com o tempo, essa Inquisição do Novo Mundo, secreta, arrogante e impiedosa, como a sua forma original do Velho Mundo, acabou por entrar em conflito não só com o clero secular e regular, mas também com o episcopado. Aqui, como alhures, com relação à igreja da América, havia organizações e interesses concorrentes demais para que pudesse tornar-se algum dia uma instituição monolítica.

É esse caráter fragmentado da autoridade, tanto na Igreja quanto no Estado, uma das mais notáveis características da América colonial espanhola. Externamente, o poder real era absoluto, tanto na Igreja quanto no Estado. Uma torrente de ordens eram emitidas pelo conselho das Índias em Madri, e esperava-se que uma burocracia numerosa, secular e clerical, as colocasse em vigor. Mas na prática havia tanta manobra pelo poder entre os diferentes grupos — entre os vice-reis e as *audiencias*, entre os vice-reis e os bispos, entre o clero secular e o regular, e entre os governadores e os governados — que as leis inoportunas, embora olhadas com deferência devido à fonte de que emanavam, não eram obedecidas, enquanto a própria autoridade era filtrada, mediada e dispersada.

A presença do Estado, portanto, apesar de permear tudo, não comandava tudo. As certezas de Madri eram dissolvidas nas ambigüidades da América, onde "observar mas não obedecer" era um artifício aceito e legítimo para desatender às vontades de uma coroa supostamente bem-informada. Na verdade, a coroa era extraordinariamente bem-informada, no sentido de que uma vasta quantidade de informação escrita fluía através do Atlântico — informação que, sem dúvida, sofria muitas vezes um atraso de um ano ou mais, mas que refletia o mais amplo leque possível de visões, desde as do grupo mais próximo ao vice-rei às da comunidade indígena mais humilde. Não se pode dizer que um sistema em que 49 555 folhas de papel podiam ser usadas no curso de uma *visita* de investigação das atividades de um único vice-rei do Peru sofra de uma escassez de dados[10].

Na verdade, a administração bem-informada de seus territórios ultramarinos se tornou para a coroa quase um fim em si mesmo, especialmente no reinado de Filipe II, com sua inclinação para um governo planejado e organiza-



[10] Cf. Lewis Hanke, "El Visitador Licenciado Alonso Fernandez de Bonilla y el Virrey de Perú, el Conde de Villar", em *Memoria del II Congreso Venezolano de Historia*, Caracas, 1975, vol. II, p. 28.

do. Juan de Ovando, um dos servidores do reino que refletiram mais intimamente o espírito do regime de Filipe II, concluiu, após uma visita ao conselho das Índias em 1569-1570, que ainda faltavam informações suficientes sobre as terras que ele governava, e durante o seu mandato relativamente breve de presidente do conselho no início da década de 1570, dedicou-se a remediar essa deficiência. Questionários detalhados foram enviados aos funcionários nas Índias sobre a região e os povos sujeitos a sua tutela (um artifício também empregado em Castela), e as respostas, à medida que chegavam, eram cuidadosamente ordenadas e resumidas. Em 1571, foi instituído o cargo de *cronista de las Indias* (cronista oficial e historiador das Índias), e seu primeiro ocupante, Juan López de Velasco, produziu com base nas *relaciones* enviadas pelos funcionários uma *Descrição Geral das Índias* que constitui o primeiro levantamento estatístico abrangente dos territórios espanhóis na América.

Sempre é possível que o profissionalismo pelo profissionalismo se torne uma característica de governo quando os burocratas assumem o seu controle. Mas todos os imperialistas precisam de uma ideologia, quer reconheçam quer não sua necessidade. No século XVI, os castelhanos, imbuídos de um profundo senso da necessidade de vincular seus empreendimentos a um fim moral mais alto, tiveram de articular por si mesmos uma justificativa para seu governo do Novo Mundo que inserisse suas ações firmemente no contexto de um propósito divinamente prescrito. A prata das Índias, que a coroa tinha o propósito de explorar ao máximo a fim de aumentar suas rendas, era considerada como uma dádiva de Deus, que daria aos reis de Castela a oportunidade de cumprir suas obrigações em toda a terra bem como manter e propagar a fé. O império era, pois, legitimado por seu propósito; e o império nas Índias era considerado um encargo sagrado, cujo caráter foi resumido pelo grande jurista do século XVII, Juan de Solórzano Pereira em sua *Política Indiana* [1648]. Os índios, ele escreveu, "porque são tão bárbaros [...], precisavam de alguém que, assumindo os deveres de governá-los, defendê-los e educá-los, os reduzisse a uma vida humana, civil, social e política, de modo a poderem adquirir a capacidade de receber a fé e a religião cristã"[11].

Mas com que direito podiam os espanhóis fazer guerra aos índios, submetê-los a seu domínio e reduzi-los a uma "vida humana, civil, social e política"? Embora possa parecer que a questão jurídica do direito de Castela de subjugar as Índias foi resolvida em grande parte pelas bulas papais de doação, o confronto entre os europeus e os povos das Índias, numerosos e muito diferentes entre si, deu origem a um sem-número de problemas, tanto morais quanto jurídicos, que eram ao mesmo tempo tão novos e tão complexos que não podiam ser sumariamente solucionados com uma penada do papa. Em princípio, a doutrina do *compelle eos intrare* — "sai pelos caminhos e valados e força-os a entrar" (Lucas 14: 23) — poderia parecer justificativa bastante para uma redução pela força de um povo pagão ao cristianismo. Mas não se precisou de um alto grau de sensibilidade moral para perceber que havia algo de absurdamente inadequado em defrontar-se com os índios, antes de enfrentá-los em batalha, com uma leitura do *requerimiento*, o documento elaborado em 1513 pelo jurista Palacios Rubios, que expunha sucintamente a história do mundo desde Adão, e conclamar ouvintes incompreensivos, que não sabiam uma palavra de espanhol, a se submeterem à autoridade da Igreja e dos reis de Castela.

11. Livro I, cap. IX, p. 119.





Uma certa inquietude com relação ao *requerimiento* mesclava-se à mais generalizada apreensão acerca dos maus tratos infligidos aos índios tão logo fossem submetidos ou conquistados, provocando durante a primeira metade do século XVI um debate amplo e intenso sobre a questão dos direitos dos espanhóis e a sujeição dos índios. Esse debate realizou-se nos conventos e nas universidades de Castela, mas suas repercussões foram sentidas tanto na corte quanto nas Índias, dirigidas como eram por uma legislação moldada a partir dos argumentos do lado vitorioso.

Diante da vitalidade do pensamento aristotélico e tomista na vida intelectual da Espanha do século XVI, era inevitável que todas as pretensões do governo nas Índias devessem ser submetidas ao exame crítico dos escolásticos. Já em 1510 o dominicano escocês John Major sustentara, com base em argumentos aristotélicos, que a ausência de fé não era razão suficiente para privar as comunidades pagãs do direito à propriedade e jurisdição, que lhes cabia pela lei natural. Essa doutrina aristotélica estava no centro de uma grande série de palestras, as *Relectio de Indis*, proferidas pelo dominicano espanhol Francisco de Vitoria, na universidade de Salamanca em 1539. Se a autoridade civil era intrínseca a todas as comunidades por força da razão e da lei natural, nem o papa nem o imperador podiam legitimamente pretender que um domínio temporal de amplitude mundial predominasse e anulasse os direitos legítimos de comunidades não-cristãs. Com um golpe ousado, portanto, Vitoria minara a justificativa do domínio espanhol nas Índias com

base na doação papal. Outrossim, rejeitou as reivindicações baseadas em pretensos direitos de descoberta e na relutância dos índios em aceitar a Fé.

Nessas circunstâncias, não surpreende que em 1539 uma reprimenda severa fosse lançada contra "esses teólogos que puseram em questão, em seus sermões ou conferências, nosso direito às Índias". Os argumentos de Vitoria só poderiam causar um grande embaraço ao imperador numa época em que outros Estados europeus estavam contestando as pretensões de Castela ao domínio exclusivo da América. Não chegou, contudo, ao ponto de deixar seu soberano sem uma folha de parreira para cobrir sua nudez. Estava disposto a aceitar que o papa, por força de uma autoridade "reguladora", pudesse incumbir um príncipe cristão da missão de evangelização e que essa incumbência fosse impositiva para seus colegas cristãos. Mas ela não se impunha aos próprios índios e não trazia consigo qualquer direito à guerra ou à conquista. Como se podia então justificar o domínio espanhol nas Índias, que era afinal um *fait accompli*? As respostas de Vitoria, embora sustentadas de modo admirável, não foram totalmente satisfatórias. Se, como argumentava, havia uma lei das nações, um *jus gentium*, que abarcava toda a humanidade, os espanhóis tinham o direito de comerciar com os índios e de pregar-lhes o evangelho, e os índios tinham a obrigação de recebê-los em paz. Se se recusassem a fazê-lo, então os espanhóis tinham uma justa causa para a guerra. Embora essa doutrina possa ter sido talvez uma justificativa adequada para os espanhóis em suas relações com os índios, fora-lhes menos útil em suas relações com outras potências européias. Se havia na verdade uma comunidade mundial na qual todos os povos tinham liberdade de movimento e de comércio, não era evidente por si só por que os outros europeus que não espanhóis devessem ser rigorosamente impedidos de se estabelecer nas Índias. Não é, pois, de surpreender que mais tarde os apologistas espanhóis do império tivessem preferido retomar o argumento da anterioridade da descoberta, reforçado por alegações de uma missão civilizadora e cristianizadora formalmente confiada a Castela.

Os argumentos de Vitoria, como ele próprio admitiu pesarosamente, havia muito tinham sido ultrapassados pelos fatos e continuavam num nível de abstração teórica que inevitavelmente reduzia o impacto de sua mensagem radical. Ilustram, porém, a dificuldade inerente à formulação de qualquer teoria coerente de império e sugerem uma razão pela qual a coroa espanhola tendeu a recorrer a um conjunto de atitudes e respostas em vez de fornecer alguma ideologia "imperialista" bem definida. Enquanto o domínio espanhol





sobre as Índias estava, para todos os efeitos, ao abrigo de toda contestação por parte dos rivais europeus, os fatos de qualquer modo falavam mais alto do que as palavras, embora isso não tenha evitado a posição consideravelmente defensiva diante da opinião pública internacional — uma atitude sugerida pela substituição oficial, em 1573, do termo "conquista" por "pacificação".

Havia, no entanto, na justificativa algo hesitante do direito de Castela às Índias por parte de Vitoria, uma série de argumentos que poderiam ser aproveitados pela coroa. Em especial, Vitoria sugeriu a idéia de um possível direito de tutela sobre os índios se se demonstrasse que eram seres irracionais necessitados de orientação. Mas que tipo de controle tutelar poderia ser exercido sobre eles, e, acima de tudo, quem deveria exercê-lo?

Para Bartolomé de Las Casas, que travou uma campanha violenta contra os maus tratos e a exploração dos índios pelos colonos espanhóis, somente podia haver uma resposta. A coroa, e somente a coroa, tinha jurisdição sobre os índios, por força das bulas de 1493. Essa jurisdição, que estava vinculada à empresa missionária, não podia ser delegada a outros espanhóis ou transferida por meio de *encomiendas* a indivíduos privados. Las Casas, na verdade, defendia uma forma de reinado tutelar por parte de seus próprios governantes, que fornecesse as condições necessárias para a conversão dos índios, mas não os privasse dos direitos de propriedade e de governo que lhes pertenciam por força de lei natural[12].

Nas condições existentes no final da década de 1530 e na década de 1540, tais argumentos eram cuidadosamente escolhidos para atrair as simpatias da coroa. Se o imperador estava preocupado, numa frente, com a contestação internacional a seu governo nas Índias, na outra temia ainda mais a contestação interna representada pelos *encomenderos*, uma aristocracia feudal em potencial que possuía servos indígenas. Os colonos punham em risco tanto sua própria autoridade quanto, com seu vergonhoso tratamento dos índios, a missão evangelizadora que era a *raison d'être* do domínio espanhol. Que os índios eram cruelmente maltratados, estava claro não apenas pelas violentas denúncias do próprio Las Casas, como também pelas sucessivas cartas que chegavam das Índias — do arcebispo Zumárraga, do vice-rei Mendoza e do *licenciado* Vasco de Quiroga, o admirador, no Novo Mundo, de sir Thomas More, cuja *Utopia* forneceu um modelo para as comunidades indígenas que

12. Sobre Las Casas e seus escritos sobre o tratamento dos índios, ver o artigo de J. H. Elliott, atrás neste volume, cap. 4, às pp. 135-194.

ele estabeleceria no vale do México e próximo ao lago Pátzcuaro, em sua diocese de Michoacán.

A discussão sobre o bem-estar dos índios atingiu seu ponto máximo em 1541, época em que Carlos V retornou à Espanha após dois anos de ausência. Juntamente com os relatos das lutas de facção entre os pizarristas e os almagristas no Peru, ela ajudou a criar um clima que acabou por demonstrar a urgência em repensar radicalmente a política real da coroa nas Índias. Perdeu-se a confiança nos conselheiros das Índias, suspeitos de estarem a soldo dos *encomenderos*; e o imperador criou, portanto, uma *junta* especial que o aconselhava na questão das *encomiendas*. Foi essa *junta* que elaborou as Novas Leis de 20 de novembro de 1542 — leis que, se tivessem sido implementadas, teriam realizado os ideais de Las Casas, ao abolir todas as formas de serviço pessoal e transformar os índios das *encomiendas* em vassalos diretos da coroa.

A reação violenta dos colonos do Novo Mundo forçou o imperador a recuar. Mas a luta contra as Novas Leis não foi travada somente nas próprias Índias, mas também na corte, onde o grupo de pressão dos colonos empenhou-se em subornar e influenciar os conselheiros reais, e Cortés e seus amigos organizaram uma feroz oposição ao grupo de Las Casas. Precisavam, no entanto, de um publicista competente e encontraram-no no grande estudioso aristotélico Juan Ginés de Sepúlveda, cujo *Democrates Alter*, escrito em 1554-1555, circulou em manuscrito pelos conselhos, já que não conseguiu autorização para publicação. Em seu tratado, Sepúlveda levantou uma questão fundamental a todo o problema de governo na América: o da capacidade racional dos índios. John Major havia argumentado, em 1510, que os nativos viviam como animais e que, conseqüentemente, de acordo com os princípios aristotélicos, sua inferioridade natural os condenava à servidão. Foi essa linha de raciocínio que Sepúlveda seguiu, embora com maior dificuldade que Major, porque a descoberta das civilizações mexicanas e andinas havia revelado a existência de povos dotados de uma capacidade de organização política e social impressionante até mesmo aos olhos europeus. Sepúlveda, no entanto, da segura distância de Castela, fez o que pôde para se manter insensível. Era evidente que os índios constituíam um povo naturalmente inferior aos espanhóis e, como tais, eram apropriadamente sujeitos ao domínio espanhol.

Sepúlveda não preconizava a escravização dos índios, mas uma forma de controle paternalista rigoroso no melhor interesse deles próprios. Era uma argumentação em favor da tutelagem, que deveria ser exercida, no entanto, pelos *encomenderos* e não pela coroa. Na verdade, o *Democrates Alter* defendia um governo exercido por uma aristocracia natural oriunda da comunidade de colonos; como tal, devia ser abominado pelas autoridades reais. Foi abominado igualmente por Las Casas, que se apressara em deixar sua diocese mexicana de Chiapas em 1547 e retornar à Espanha, num esforço desesperado para escorar a política anti-*encomendero* que caía em ruínas a sua volta. Em abril de 1550, respondendo à torrente de protestos desencadeada por Las Casas e seus companheiros dominicanos, a coroa ordenou a suspensão temporária de todas as expedições de conquista ao Novo Mundo e convocou um encontro especial de teólogos e conselheiros a fim de examinar toda a questão da conquista e conversão dos índios. No grande debate que ocorreu em Valladolid, em agosto de 1550, entre Las Casas e Sepúlveda, o velho bispo de Chiapas, de 76 anos, fez uma leitura pública, durante cinco dias, de seu novo tratado *Em Defesa dos Índios*, no curso da qual contestou a teoria, defendida por Sepúlveda, da missão civilizadora da Espanha[13].

Conquanto o debate entre Sepúlveda e Las Casas dissesse respeito superficialmente à justiça da conquista militar, ele refletiu de fato duas concepções diametralmente opostas acerca dos povos nativos da América. Dentro do arcabouço aristotélico em que foi conduzido o debate, a prova de "animalidade" ou de "barbarismo" serviria de justificativa para a subordinação do índio ao espanhol. Por isso, era tão importante para Las Casas provar que os índios não eram nem animais nem bárbaros. No entanto, apesar da violência do desacordo, havia uma certa irrealidade nele, no sentido de que Las Casas, mesmo quando questionou os benefícios concedidos aos índios pelos espanhóis, na verdade não pôs em dúvida a missão da Espanha nas Índias. Onde divergia de Sepúlveda era na exigência que fazia de que a missão fosse realizada por meios pacíficos em vez de sê-lo por coerção, e pela coroa e pelos missionários e não pelos colonos.

Os membros da junta — o que não é de surpreender — se dividiram em suas reações, com os juristas aparentemente apoiando Sepúlveda e os teólogos inclinando-se para Las Casas. Pode-se dizer que Las Casas "venceu", no sentido de ter sido mantida a proibição da publicação do *Democrates Alter*. As novas e rigorosas condições que as novas ordenações de Filipe II, de 1573, estabeleceram para os procedimentos a serem seguidos nas futuras conquistas nas Índias também podem ser vistas como uma expressão da determina-

13. Bartolomé de Las Casas, *In Defense of the Indians*, trad. por Stafford Poole, DeKalb, Illinois, 1974.

ção da coroa a impedir uma repetição das atrocidades contra as quais o bispo de Chiapas acerbamente se insurgira ano após ano. Mas a era da conquista, mesmo sob o eufemismo de "pacificação", já estava quase em seu final quando as ordenações foram promulgadas; e Las Casas perdeu a batalha que mais queria vencer — a batalha que devia resgatar os índios das garras dos espanhóis.

Venceu, no entanto, uma outra batalha, muito mais ambígua, no tribunal da opinião pública internacional. A "lenda negra" da brutalidade espanhola era mais antiga do que Las Casas, e mais antiga também, pelo menos de uma certa forma, que toda grande preocupação européia com as notícias vindas da América. Mas a devastadora denúncia do comportamento de seus compatriotas que Las Casas fez em seu *Curto Relato da Destruição das Índias*, publicado pela primeira vez na Espanha em 1552, viria a fornecer, juntamente com a *História do Novo Mundo* de Girolamo Benzoni (Veneza, 1565), um repertório de histórias de horror de que os inimigos europeus da Espanha tirariam proveito. A tradução francesa e a holandesa foram publicadas em 1579, e a primeira edição inglesa, em 1583, quando o antagonismo entre a Espanha de Filipe I e os protestantes do Norte chegou a seu ápice. As horripilantes gravuras de Theodore de Bry reforçaram a palavra escrita com uma imagem visual das atrocidades espanholas contra índios inocentes que viria a imprimir nas mentes de gerações de europeus um estereótipo grosseiro do domínio imperial espanhol.

Inevitavelmente, o ataque à ação espanhola nas Índias provocou em resposta uma literatura apologética e ajudou a criar a idéia de que a Espanha constituía uma fortaleza sitiada que defendia valores cristãos que por si sós se tornariam um elemento importante da consciência nacional castelhana. Medida pela legislação que emergiu das discussões do conselho das Índias, a ação da Espanha na América, no século XVI, sob muitos aspectos atendeu notavelmente aos princípios da Ilustração. Foram feitos esforços ingentes para proteger os índios das formas mais grosseiras de exploração, e houve uma tentativa genuína, embora equivocada, da parte da coroa e da Igreja de introduzir os habitantes das Índias no que se admitia automaticamente ser um modo mais elevado de vida. Mas o abismo entre a intenção e a prática era quase sempre desalentadoramente vasto. As aspirações da metrópole, derivadas como eram de grupos diferentes de interesse, muito freqüentemente tenderam a ser mutuamente exclusivas: e sucessivamente as melhores intenções naufragaram nos escolhos das realidades coloniais.





## AS REALIDADES COLONIAIS

Quando o primeiro vice-rei do México, Don Antonio de Mendoza, passou o governo a seu sucessor, Don Luis de Velasco, em 1550, deixou clara a existência de uma incompatibilidade fundamental entre o desejo da coroa de proteger os índios e o desejo de aumentar suas rendas nas Índias. A coroa estava realmente preocupada em preservar a chamada *república de los indios*, ameaçada que era pelas depredações de colonos inescrupulosos, que se aproveitavam da "inocência" dos índios e de sua ignorância dos costumes europeus. Por outro lado, a perene escassez de dinheiro da coroa levava-a naturalmente a maximizar suas rendas nas Índias por todos os meios disponíveis. A maior parte dessas rendas provinham das Índias diretamente na forma de tributos, ou indiretamente na forma de trabalho que produzia mercadorias e serviços passíveis de fornecer um dividendo à coroa. Numa época em que o tamanho da população indígena diminuía catastroficamente, mesmo a tentativa de preservar as taxas tributárias nos níveis estabelecidos no período imediatamente posterior à conquista muito certamente seria causa de crescente gravame para as comunidades indígenas, sem contar com uma quantidade cada vez menor de força de trabalho disponível para distribuição. Toda tentativa, portanto, de aumentar a contribuição indígena somente podia desintegrar ainda mais a *república de los indios*, que cada vez mais parecia fadada à destruição em conseqüência do impacto da conquista e do declínio populacional.

O pagamento de tributo, em espécie ou em moeda sonante, ou numa combinação das duas, constituiu uma obrigação para os índios sob o domínio espanhol quase desde a conquista até sua abolição durante as guerras de independência no início do século XIX. Pago à coroa ou aos *encomenderos*, o tributo ocupava um lugar central na vida indígena na qualidade de imposição inescapável altamente discriminatória pelo fato de que somente os índios eram a ela submetidos. Na Nova Espanha, na década de 1550, o tributo teve de ser reavaliado à luz da evidente incapacidade de comunidades indígenas declinantes de pagar a parte que lhes era designada; e o mesmo processo ocorreu no Peru, durante o vice-reinado de Don Francisco de Toledo (1568-1580), esse austero servo de um austero amo real. Com exceção dos caciques, todos os nobres e seus filhos mais velhos perderam agora sua isenção de tributos, e o mesmo ocorreu com outros grupos inferiores na escala social que, por uma razão ou por outra, até então haviam escapado ao pagamento de tributos. O resultado inevitável de tudo isso foi a aceleração

do processo de nivelação que já vinha ocorrendo nas comunidades indígenas e o enfraquecimento ainda maior de sua estrutura já fragilizada[14].

A organização da coleta dos tributos foi colocada nas mãos de uma nova casta de funcionários, os *corregidores de indios*, que desde a década de 1560 estavam surgindo em todas as áreas mais densamente povoadas da América espanhola. Esses *corregidores de indios*, que eram nomeados por apenas dois ou três anos, foram a resposta da coroa aos *encomenderos*. Eram espanhóis nascidos na Espanha, às vezes oriundos da comitiva que cada vice-rei trazia consigo, ou *criollos* (espanhóis nascidos nas Índias) sem terras ou *encomiendas*; esperava-se, portanto, que se mostrassem agentes de confiança da coroa, de uma forma que os *encomenderos*, com seu interesse direto nos índios que estavam sob sua guarda, jamais poderiam ser. No entanto, os novos *corregimientos* tendiam a apresentar muitos dos defeitos das antigas *encomiendas*, ao lado de outros específicos deles. As obrigações do *corregidor de indios* incluíam não só a cobrança de tributos, mas também a administração da justiça e a organização da oferta de trabalho para os serviços públicos e privados. Vivendo de um pequeno salário deduzido do tributo indígena, naturalmente usava seu curto mandato para aproveitar ao máximo o enorme poder de que se via repentinamente investido. Não havia muita coisa que pudesse impedi-lo de fazer suas próprias extorsões particulares quando organizava os tributos e dirigia parte da força de trabalho para empreendimentos que o beneficiassem. Onde o *encomendero* tendeu a contar com as autoridades indígenas tradicionais para ter sua vontade obedecida, o *corregidor*, vivendo como um senhor entre os índios, tinha seu próprio pequeno exército de funcionários, cujas atividades minavam as dos caciques, e assim reduziam ainda mais a influência destes sobre o seu próprio povo.

Os próprios funcionários que deviam velar pelos interesses da tradicional *república de los indios* estavam, portanto, entre seus inimigos mais perigosos. Mas é o funcionamento do sistema de trabalho sob a supervisão dos *corregidores de indios* que revela de modo mais vívido as contradições inerentes às políticas indigenistas da coroa. Teoricamente, o índio devia levar uma vida isolada. Com exceção dos funcionários da coroa, espanhóis não tinham permissão para viver entre os índios, e esses por sua vez não tinham permissão para viver nas cidades espanholas, a não ser em *barrios* especialmente reservados. Mas, ao mesmo tempo em que se envidavam árduos esforços para confiná-los num mundo próprio, também estavam sendo inexoravelmente arrastados para uma economia de trabalho e moeda europeus. Foi essa a conseqüência natural da abolição do trabalho pessoal para os *encomenderos* em 1549. Com a proibição da escravidão e a tendência a substituir a *encomienda* de serviço pela *encomienda* de tributo, tornou-se necessário criar métodos de mobilizar a mão-de-obra indígena. Os vice-reis da segunda metade do século XVI estimularam da melhor forma que puderam um sistema de trabalho assalariado, mas, com o rápido decréscimo da população indígena, sentiram também a necessidade de recorrer à coerção a fim de salvar do colapso a frágil vida econômica das Índias. Nada havia de novo no trabalho forçado, quer no México quer no Peru. Havia existido antes da conquista como existiu depois, mas na década de 1570 foi reorganizado numa base sistemática, embora com variações regionais inspiradas em práticas regionais anteriores. Os trabalhadores índios recrutados eram impiedosamente arrancados de suas comunidades e encaminhados para o trabalho no campo, para as obras públicas, as *obrajes*, ou para as oficinas têxteis, a produção de tecidos de lã ou de algodão e, sobretudo, para as minas. A coroa fez alguns esforços, no início do século XVII, para legislar contra os abusos mais graves do sistema de trabalho, mas sem muito sucesso. O fato de a organização da mão-de-obra ser pelo menos controlada mais firmemente foi facilitado pela ampla reorganização da população indígena em declínio que ocorrera tanto na Nova Espanha quanto no Peru durante a segunda metade do século XVI e a primeira década do século XVII. Sob a chamada política de *congregaciones* e *reducciones*, os índios dispersos pelo sertão haviam sido reunidos em aldeias maiores, onde podiam ser governados e cristianizados com mais facilidade.

No começo do século XVII, a *república de los indios* no velho estilo, isto é, baseada em estruturas herdadas do período anterior à conquista, estava em estado de avançada desintegração e a presunção que havia comandado a política da coroa em relação aos índios nas primeiras décadas do período posterior à conquista — o de que a antiga política indígena poderia ser preservada sem mudanças importantes — tinha perdido sua validade. As pressões no sentido de incorporar os índios à vida e à economia da nova sociedade colonial — mesmo enquanto ainda se tentava mantê-los à distância do vigoroso mundo novo de colonos, *mestizos* (metade índios, metade espanhóis) e *mulattos* (metade africanos, metade espanhóis) — eram poderosas demais para que

14. Para discussão complementar sobre o tributo indígena, ver Charles Gibson, *História da América Latina*, vol. II, cap. 7.

se pudesse rechaçá-las. Aqueles índios que se mudaram para as cidades, e se tornaram servos e empregados dos espanhóis, foram gradativamente assimilados e hispanizados. Fora das cidades espanholas, no entanto, um mundo novo estava em processo de formação. Paradoxalmente, o estabelecimento do novo *corregimiento de indios* e das *reducciones* deu novas esperanças à *república de los indios*, embora fosse agora uma república de estilo muito diferente do vigente no período imediatamente posterior à conquista. De fato, os índios reunidos em aldeias assimilaram alguns elementos do cristianismo, apropriaram-se para uso próprio das técnicas, plantas e animais europeus e ingressaram na economia monetária do mundo adjacente. Preservaram ao mesmo tempo muitas de suas características indígenas, de tal modo que continuaram sendo comunidades genuinamente indígenas, que conduziam suas próprias vidas sob a supervisão de funcionários da coroa, porém através de suas próprias instituições municipais em grande parte autônomas. As mais bem-sucedidas dessas municipalidades índias desenvolveram suas próprias formas de resistência contra agressões externas. Suas *cajas de comunidad* lhes permitiam formar reservas financeiras para pagar seus tributos e outras obrigações. Aprenderam como garantir suas terras com documentos legais e como utilizar as técnicas dos *lobbies* e das petições, que eram essenciais à sobrevivência política no mundo hispânico. Em conseqüência, essas comunidades indígenas, que se consolidaram durante o século XVII, acabaram por funcionar como barreiras contra a maré engolfante da grande propriedade, ou *hacienda*, que as varria a seu redor sem jamais submergi-las completamente.

O desenvolvimento distinto da *república de los indios*, que contribuía para as necessidades da *república de los españoles* sem fazer parte dela, implicava o desenvolvimento da própria América espanhola na forma de dois mundos, o indígena e o europeu, vinculados um ao outro em inúmeros pontos, mas preservando suas identidades separadas. Entre esses dois mundos, sem pertencer completamente a um nem ao outro, estavam os *mestizos*, que cresceram rapidamente em número e adquiriram no curso do século XVII algumas das características de casta. Mas, inevitavelmente, nessa sociedade tripartite agora em processo de constituição, era a *república de los españoles* que dominava.

Dentro da comunidade hispânica, embora tivesse prevalecido sobre os *encomenderos*, a coroa não conseguiu impedir o estabelecimento do que era na prática, embora não no nome, uma nobreza do Novo Mundo. Essa nobreza diferia em aspectos importantes da da Espanha metropolitana. Enquanto a sociedade castelhana estava dividida entre os que pagavam tributos (*pecheros*) e aqueles que, em virtude de sua condição de nobre, estavam isentos de impostos, toda a população hispânica das Índias não pagava tributo e, dessa forma, desfrutava de uma posição aristocrática em relação à população indígena tributária. Por conseguinte, a elite entre os crioulos (*criollos*)[15] — os de sangue espanhol que tinham nascido nas Índias — não era distinguida por quaisquer privilégios fiscais especiais. Também, contrariamente a seu equivalente metropolitano, não possuía quaisquer direitos de jurisdição sobre vassalos, uma vez que sua tentativa de transformar as *encomiendas* em feudos havia fracassado. Também não possuía distinções relevantes de títulos. A coroa era extremamente parcimoniosa na concessão de títulos aos crioulos; e em 1575 retirou dos *encomenderos* certos privilégios honoríficos associados à condição de *hidalgo* em Castela, embora, em 1630, sob a pressão de necessidades financeiras, tenha mudado sua política e autorizado os vice-reis a pôr à venda privilégios de *hidalguía* nas Índias. De modo análogo, o outro privilégio de muitos nobres e *hidalgos* espanhóis, o de pertencer a uma das grandes ordens militares de Santiago, de Calatrava e de Alcántara, era inacessível à maioria dos conquistadores e colonos da primeira geração. Somente dezesseis deles se filiaram a essa ordem no século XVI. Nesse caso, contudo, houve uma grande mudança no século XVII, pela qual foi concedida a 420 crioulos a permissão de pertencer a essas ordens.

A tendência da coroa, maior no século XVII que no XVI, a atender às impacientes solicitações de honrarias por parte dos crioulos era um reflexo óbvio de seus problemas financeiros prementes, que numa área após outra fá-la-iam sacrificar o que fora outrora políticas tenazmente mantidas por causa de vantagens fiscais imediatas. Mas refletia também as mudanças sociais no

15. Embora a palavra "crioulo" seja comumente utilizada na historiografia moderna para descrever os colonos dos séculos XVII e XVIII, parece que o termo *criollo* não era usualmente utilizado na época. Os colonos nascidos nas Índias referiam-se a si mesmos como "espanhóis" e eram assim designados em documentos oficiais. No entanto, é notável que o dominicano inglês dissidente, Thomas Gage, que viajou extensivamente pelo México e Guatemala entre 1625 e 1637, se refira em várias ocasiões a "crioulos" (*creoles*) e "facção crioula". Cf. *Thomas Gage's Travels in the New World*, ed. J. Eric S. Thompson, Norman, Oklahoma, 1958, pp. 105, 127. Sobre essa questão, ver o artigo de James Lockhart, *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, cap. 8.

próprio Novo Mundo, à medida que uma elite crioula se consolidava a despeito da relutância da coroa em conceder-lhe reconhecimento formal.

No final do século XVI, essa elite era heterogênea, com base na velha colonização, na nova riqueza e em ligações influentes. Aparentemente, os *conquistadores* — a aristocracia natural das Índias — foram especialmente malsucedidos no enfrentamento do primeiro desafio com que se defrontam todas as aristocracias, o estabelecimento de uma sucessão dinástica. Em 1604, Baltasar Dorantes de Carranza afirmava haver apenas 934 descendentes vivos dos 1 326 conquistadores do México; e, mesmo que diversos nomes tenham sido omitidos, é evidente que os conquistadores, pelo menos com relação aos filhos legítimos, foram um grupo de homens demograficamente malsucedidos. Daqueles que superaram as contingências demográficas, muitos sucumbiram no obstáculo seguinte. Somente um grupo muito pequeno de conquistadores — proveniente em grande parte do grupo dos capitães e dos cavaleiros — conseguiu adquirir riquezas e *encomiendas* de bom tamanho. Esses privilegiados viveriam nas grandes cidades, como Puebla ou Cidade do México, enquanto seus antigos companheiros, muitos deles vítimas de tempos difíceis, se fixaram em pequenas aldeias distantes dos principais centros urbanos, onde levavam uma vida obscura.

A esse pequeno grupo de conquistadores bem-sucedidos acrescentam-se alguns dos primeiros colonos que, por uma razão ou por outra, haviam prosperado no novo ambiente. Era, por exemplo, uma vantagem especial ter parentes influentes na corte, como Ruiz de la Mota, as famílias Altamirano e Cervantes Casaus em Nova Espanha, e assim ter acesso a fontes de apadrinhamento. Os oficiais da coroa, e especialmente os oficiais do Tesouro, como Alonso de Estrada, Rodrigo de Albornoz e Juan Alonso de Sosa, dispondo, pelo menos temporariamente, de grandes somas de dinheiro, casavam suas famílias com as dos principais colonos de Nova Espanha. O mesmo fizeram os membros da clientela de cada novo vice-reino e os juízes das *audiencias*, apesar das tentativas da coroa de mantê-los segregados. Ao deixar o cargo em 1590, o vice-rei da nova Espanha relatava a seu sucessor que o *fiscal* da *audiencia* de Guadalajara havia-se casado com sua filha sem receber autorização real, e que a *audiencia* tinha vindo em sua defesa quando se tentou privá-lo de seu cargo[16].

À medida que o século avançou, esse núcleo de famílias preeminentes assimilou outros elementos, especialmente dentre os que haviam feito fortuna com a mineração. As alianças matrimoniais cuidadosamente planejadas, nas quais as viúvas ricas de *encomenderos* desempenharam um papel decisivo, produziram uma rede de famílias interligadas, que recorreram ao sistema castelhano de *mayorazgos*, ou morgados, para impedir a dispersão da riqueza familiar.

[16] *Los Virreyes*, *op. cit.*, vol. I, p. 281.





Inevitavelmente, a consolidação de oligarquias locais se revelou mais fácil em algumas partes das Índias do que em outras. Muita coisa dependia da chance biológica de sobrevivência da família e do grau de saúde possível no local. Numa localidade atrasada da província como Popayán, as *encomiendas* eram pobres, as famílias proprietárias de terras do local não conseguiam estabelecer morgados, e houve uma rápida renovação da elite urbana — aparentemente, no final do século XVII, apenas uma de suas vinte principais famílias remontava na linha masculina à primeira geração de colonos. Em outros locais, no entanto, e especialmente nos vice-reinos de Nova Espanha e do Peru, várias famílias importantes, que se beneficiaram de seus vínculos estreitos tanto com a administração vice-real quanto com figuras influentes na metrópole espanhola, construíram para si mesmas uma formidável base de poder em suas regiões locais.

O processo pelo qual isso foi feito ainda não está configurado em detalhes; mas, no que diz respeito a Nova Espanha, os vice-reinados dos dois Don Luis de Velasco, pai e filho, segundo parece, foram períodos decisivos. Mesmo o segundo Don Luis recebeu uma educação crioula e viveu no México durante a infância e a juventude, durante o mandato de seu pai como vice-rei, de 1550 a 1564. Mais tarde, ele próprio foi nomeado vice-rei, de 1590 a 1595, e novamente de 1607 a 1611, e depois retornou à Espanha, onde, com o título de conde de Salinas, foi presidente do conselho das Índias até 1617, ano de sua morte. Esse vínculo longo e estreito dos Velasco com a elite crioula parece ter-lhes dado amplas oportunidades de assegurar privilégios lucrativos e consolidar seu domínio sobre cargos importantes não-reservados a espanhóis. Vínculos com funcionários bem posicionados, por exemplo, podiam influenciar as decisões em processos legais importantes, especialmente naqueles ligados ao controle da mercadoria mais preciosa num país árido, a provisão de água. Possuindo terras irrigadas em regiões bem escolhidas, os membros da elite monopolizaram o abastecimento de cereais para as cidades, onde eles e seus parentes ocupavam os *regimientos* e as *alcaldías* e usavam sua influência para controlar o mundo da política local.

Inevitavelmente, os laços de parentesco e interesse, que associaram essa oligarquia crioula cada vez mais entrincheirada a setores da administração vice-real e também aos nobres e altos funcionários da Espanha metropolitana, tornaram potencialmente difícil a adoção por parte de Madri de qualquer política coerente que tendesse a entrar em conflito com a vontade das oligarquias. O fortalecimento das oligarquias do Novo Mundo também coincidiu com um enfraquecimento do governo central em Madri após a morte de Filipe II em 1598; e esse enfraquecimento por sua vez deu novo ímpeto à consolidação do poder oligárquico que já ocorria em decorrência das condições locais. Para as Índias, como para a própria Espanha, o reinado de Filipe III (1598-1621) foi um período em que a visão do último rei de uma sociedade justa governada por um monarca justo nos interesses do conjunto da comunidade foi embaçada pelo sucesso de grupos específicos de interesses em assegurar as principais posições de poder. Sob esse aspecto, o vice-reino mexicano do marquês de Guadalcázar (1612-1621) foi característico do reinado. O governo era frouxo, a corrupção desenfreada e o conluio entre funcionários da coroa e um punhado de famílias importantes levou a um enriquecimento ainda maior de alguns poucos privilegiados.

Uma vez estabelecidas as oligarquias nas Índias, verificou-se ser virtualmente impossível afrouxar suas garras. Houve uma tentativa fracassada de fazê-lo na Nova Espanha no início do reinado de Filipe IV em 1621, por um devotado vice-rei, o marquês de Gelves, que foi enviado da Espanha com a missão especial de reformar o sistema. Num curto período de tempo após sua chegada em Cidade do México, no outono de 1621, Gelves havia conseguido indispor-se com quase todo o setor influente da comunidade vice-real. Isso resultou em parte de sua própria inabilidade política, mas refletiu também a força dos interesses adquiridos que se viram ameaçados por seus projetos de reforma. No intervalo entre a partida de Guadalcázar e a chegada de Gelves, o governo fora exercido pela *audiencia* sob a presidência do Dr. Vergara Gaviria. Os juízes, tendo adquirido o gosto pelo poder, relutaram em perdê-lo. Também estavam profundamente envolvidos com os proprietários de terras locais, que controlavam o abastecimento de cereais da Cidade do México e que haviam forçado a alta do preço do milho e do trigo a níveis artificiais. Ao tentar diminuir os preços e chamar às contas os exploradores, Gelves inevitavelmente arregimentou contra si algumas das figuras mais poderosas do vice-reino, inclusive a *audiencia* de Vergara Gaviria. Ao mesmo tempo agiu com arrogância num mundo onde os anjos tinham medo de pisar — o do clero estabelecido no México — e hostilizou um membro após outro, inclusive Juan Pérez de la Serna, o arcebispo do México. Antagonizou também a comunidade mercantil e o *consulado* dos comerciantes da Cidade do México quando tentou pôr um fim ao comércio de contrabando e criou um empréstimo compulsório. Sempre houve uma grave escassez de capital líquido no vice-reino, cuja economia dependia do funcionamento estável de um sistema de crédito extremamente elaborado. Ao desafiar os comerciantes e insistir em que os funcionários da coroa pagassem tributo em dinheiro diretamente ao tesouro real, em vez de retê-lo em suas próprias mãos por algum tempo para usá-lo em operações empresariais atraentes, estava minando o sistema de crédito do qual dependia a economia mineira do México e mergulhando o vice-reino numa crise econômica[17].





Não é, portanto, de surpreender que o choque pessoal entre o vice-rei e o arcebispo tenha chegado a um confronto total entre, de um lado, Gelves e, de outro, uma aliança entre funcionários da coroa, alto clero e oligarcas locais, cujas próprias rivalidades regionais eram repentina e drasticamente absorvidas pela fúria que partilhavam contra as atividades de um reformador demasiado zeloso. Em 15 de janeiro de 1624, após dias de tensão crescente na Cidade do México, multidões manipuladas pelos antigelvistas atacaram o palácio vice-real e forçaram o infeliz Gelves a refugiar-se num mosteiro franciscano. A *audiencia* assumiu o governo; Madri enviou um novo vice-rei; e embora, para manter as aparências, Gelves tenha sido cerimonialmente recolocado no posto por um dia após a chegada de seu sucessor, nada podia alterar o fato de que um vice-rei havia sido deposto de seu cargo por uma poderosa combinação de forças locais determinadas a obstruir as políticas de cuja implementação Madri o encarregara.

Embora viesse a ocorrer outra revolta na cidade do México em 1692, provocada pela escassez temporária de trigo e milho, os "tumultos" mexicanos de 1624 representaram um desafio mais dramático à autoridade da coroa nas Índias do que qualquer outro que ela teve de enfrentar no século XVII. Mas, se em outras ocasiões e outros locais o drama foi menos impressionante, eram as mesmas forças fundamentais que estavam em ação. As oligarquias estavam em processo de estabelecer-se nas Índias, tanto nas áreas mais desenvolvidas como nas regiões de fronteira, e estavam desen-

17. Para discussão complementar da mineração no México e no Peru, ver também Peter Bakewell, *História da América Latina*, vol. II, cap. 3.

volvendo formas eficazes de resistência aos comandos vindos de um distante governo real. O crescente poder e autoconfiança dessas oligarquias era um dos elementos importantes, embora menos facilmente documentados, de mudança no que era na realidade uma situação em contínua transformação. Pois a relação entre a Espanha e as Índias nunca foi estática, desde o momento inicial da conquista à extinção dos Habsburgos espanhóis com a morte de Carlos II em 1700. Cada membro dessa relação tinha sua própria dinâmica interna, que ao mesmo tempo afetava os desenvolvimentos na outra e era afetada por eles. A relação também não existia num vácuo. Ao contrário, estava dentro de uma estrutura mais ampla de interesses e rivalidades internacionais, das quais nem as aspirações da metrópole nem as realidades da vida no Novo Mundo podiam em momento algum desvincular-se.

## A MUDANÇA DAS RELAÇÕES ENTRE A ESPANHA E AS ÍNDIAS

Carlos V, depois de renunciar a seus títulos terrenos, morreu em seu refúgio espanhol de Yuste em 1558. Quando dividiu sua herança entre o irmão, Fernando, que o sucedeu no título imperial e nas terras alemãs dos Habsburgos, e o filho, Filipe, a quem deixou a Espanha, a Itália espanhola, a Holanda e as Índias, estava na verdade reconhecendo o fracasso da grande experiência imperial que havia dominado a história da Europa na primeira metade do século. No final, fora derrotado pela multiplicidade de desafios com que se defrontou — o surgimento do luteranismo na Alemanha, a rivalidade da França, a ameaça perene dos turcos na Europa central e no Mediterrâneo — e pela própria dimensão da empresa em que se envolvera. As distâncias eram grandes demais, os rendimentos nunca em volume suficiente; e, quando, em 1557, a coroa espanhola deixou de pagar seus compromissos aos banqueiros, a "bancarrota" atingiu todo um sistema imperial que havia irremediavelmente sacado em excesso sobre seu crédito.

A herança de Filipe II era, pelo menos teoricamente, mais fácil de lidar que a do pai, embora a Holanda já estivesse assumindo a aparência de um posto avançado exposto numa Europa do Norte cada vez mais seduzida pelas doutrinas de Lutero e de Calvino. No início do reinado de Filipe, a necessidade mais premente era um período de austeridade na Espanha, onde Castela manifestava o desgaste provocado por suas pesadas contribuições às finanças do imperador. Ao deixar a Holanda em favor da Espanha em 1559,





Filipe II estava reconhecendo a nova realidade — que a Espanha deveria ser o centro de seus domínios, como Castela o era dentro da Espanha.

Num reinado de cerca de quarenta anos, Filipe impôs a marca de seu próprio caráter ao governo da monarquia espanhola. Uma profunda preocupação com a preservação da ordem e a manutenção da justiça; uma maneira austera de encarar os deveres da realeza, que para ele constituía uma forma de escravidão; uma total desconfiança com relação aos próprios ministros e funcionários, que ele suspeitava, geralmente com boas razões, de colocar os próprios interesses acima dos da coroa; uma determinação a ser totalmente informado de toda e qualquer questão, e uma tendência correspondente a perder-se em minúcias; e uma indecisão congênita que impunha dilações ainda maiores a uma máquina administrativa naturalmente lenta — seriam essas as marcas do governo de Filipe II. Comandou com pulso firme seus domínios, embora a eficácia das ordens e decretos reais emanados de Madri e do Escorial fosse inevitavelmente prejudicada pela distância e amortecida pela oposição dos interesses locais concorrentes. Conseguiu também livrar seus domínios da heresia, com exceção da Holanda, onde em 1566 irrompeu uma rebelião. Para o mundo em geral seu poder e autoridade pareciam esmagadores, especialmente após ter completado a unificação da Península Ibérica em 1580, ao assegurar sua própria sucessão ao trono de Portugal. Mas a essas realizações deve-se contrapor o desgaste imposto à monarquia, e especialmente a Castela, por uma guerra quase ininterrupta.

As esperanças de paz que o acompanharam em seu retorno à Península em 1559 foram frustradas pelo ressurgimento do conflito com os turcos no Mediterrâneo. A década de 1560 revelou-se difícil e perigosa, pois a Espanha concentrou seus recursos na frente mediterrânica, apenas para se ver ao mesmo tempo envolvida no norte da Europa com a revolta da Holanda. Após a grande vitória naval da Espanha e seus aliados em Lepanto, em 1571, a guerra com o Islã entrou num impasse; mas no norte da Europa desenvolveu-se uma nova frente de combate quando a Espanha se viu desafiada pelas forças do protestantismo internacional. Na década de 1580 a luta das províncias do norte da Holanda para manter sua liberdade com relação à Espanha ampliou-se num conflito internacional, no qual a Espanha, que se autoproclamava defensora da causa católica, tentou conter e derrotar os protestantes do Norte — os holandeses, os huguenotes e os ingleses elisabetanos.

Era inevitável que essa luta no Norte se estendesse às águas do Atlântico, pois era aí que a Espanha parecia mais vulnerável a seus inimigos e aí tam-

bém estavam as presas mais valiosas a conquistar. Conquanto o império de Carlos V, pelo menos aos olhos de seus apologistas, tenha sido um império universal, foi sempre em essência um império europeu, embora com uma extensão americana cada vez mais importante. A *monarquía española* herdada por seu filho deveria, em compensação, desenvolver as características de um império genuinamente transatlântico, no sentido de que o poder e as fortunas da Espanha de Filipe II estavam diretamente vinculadas à interação entre a metrópole e suas possessões de ultramar. Na segunda metade do século XVI, a posse de um império ultramarino tornou-se um determinante crucial das relações de poder dentro da própria Europa, e assim foi considerado pelos inimigos de Filipe II, ao refletirem sobre o que lhes parecia ser as únicas vantagens que lhe advinham de seu domínio sobre as Índias. À medida que a interdependência entre a Espanha e as Índias se tornou mais acentuada, cresceu também a determinação dos europeus do Norte a contestar o monopólio ibérico sobre o Novo Mundo; e essa contestação, por sua vez, teve conseqüências no caráter do vínculo entre a Espanha e a América.

A Espanha e a Europa viam as Índias como o império da prata. Antes da descoberta do México, as mercadorias provenientes das Índias consistiam inteiramente de ouro, mas na década de 1520 surgiu a prata pela primeira vez. A produção americana de prata nas duas décadas seguintes ainda era pequena em relação à européia: entre 1521 e 1544 as minas de prata nas terras hereditárias dos Habsburgos produziam quase quatro vezes mais que as Índias. No final da década de 1540 e na década de 1550, no entanto, essas proporções se inverteram em conseqüência da descoberta e imediata exploração das ricas jazidas do México e do Peru. A grande montanha de prata de Potosí no Peru foi descoberta em 1545. No ano seguinte foram encontradas grandes jazidas em Zacatecas, no norte do México, e depois outras grandes jazidas ao sul, em Guanajuato. Após a introdução, no México na metade da década de 1550 e no Peru por volta de 1570, do processo de amalgamação para o refino da prata com mercúrio, enormes aumentos na produção levaram a um crescimento drástico da exportação do metal para a Europa.

A vida econômica e financeira da Espanha e, através dela, da Europa passou a depender maciçamente da chegada regular das frotas das Índias, com suas novas remessas de prata. Após sua chegada a Sevilha e seu registro na *Casa de la Contratación*, a prata era liberada para uma série de finalidades. A parte do rei — provavelmente cerca de dois quintos da remessa total — que derivava do *quinto* de toda a produção e da cobrança de alguns tributos nas Índias, era usada para pagar seus compromissos internos e internacionais, que estavam sempre atrasados.





A contribuição das Índias para o tesouro real era, à primeira vista, menos espetacular do que as obsessões da época poderiam sugerir. Na década de 1610, um membro do parlamento inglês, quando se referiu às "minas [do rei da Espanha] nas Índias ocidentais, que fornecem combustível para alimentar seu vasto desejo ambicioso de monarquia universal"[18], estava apenas repetindo um lugar-comum da época. Na verdade, as rendas da coroa na América, embora quatro vezes maior na década de 1590 que na de 1560, representava apenas vinte por cento de sua receita total no final do reinado de Filipe II. Mas esses vinte por cento eram, de fato, capitais para os grandes empreendimentos dos últimos anos de seu reinado — a luta para suprimir a revolta na Holanda, a guerra naval contra a Inglaterra de Isabel e a intervenção na França. Foi justamente por consistir de capital líquido na forma de prata, e por ser, portanto, avidamente procurada pelos banqueiros, que constituíra uma parte atraente da receita da coroa. Era fiado nas remessas de prata da América que o rei podia negociar com seus banqueiros alemães e genoveses os grandes *asientos*, ou contratos, que asseguravam o pagamento de seus exércitos e a superação do período difícil antes que nova rodada de tributos reabastecesse os cofres reais.

O restante da prata que chegava a Sevilha pertencia a indivíduos privados. Parte consistia de remessas dos colonos a amigos e à família na Espanha. Parte era trazida para o país pelos *indianos* que voltavam — aqueles que haviam feito fortuna nas Índias e retornavam para levar uma vida de ostentação na sua terra. Mas uma parte bem grande representava pagamentos de mercadorias embarcadas em frotas anteriores que viajaram para os mais importantes entrepostos da América, Veracruz, Cartagena e Nombre de Dios. Uma vez que essas mercadorias eram de origem espanhola, os pagamentos tinham o destino da Espanha. Contudo, à medida que a própria Espanha se viu cada vez mais incapacitada de atender às necessidades do mercado americano em desenvolvimento, aumentou a parte não-espanhola no comércio de Sevilha, e grande porção da prata passava automaticamente às mãos de comerciantes e produtores estrangeiros. Tanto através da partici-

18. L. F. Stock, *Proceedings and Debates of the British Parliaments respecting North America*, Washington, D. C., 1924, vol. I, p. 62.

pação estrangeira no comércio de ultramar quanto por intermédio do mecanismo dos *asientos*, a prata "espanhola" estava espalhada por toda a Europa, e, assim, qualquer flutuação acentuada nas remessas do Novo Mundo tinha amplas repercussões internacionais. Os tempos de *largueza* em Sevilha foram épocas de confiança no comércio internacional, mas, quando os sevilhanos espirravam, a Europa ocidental sentia calafrios.

Embora tenha tido início com um período de recessão (1555-1559) e tenha sido pontilhada por anos de adversidades, a segunda metade do século XVI foi no geral um longo período de expansão do comércio das Índias. Do início da década de 1590 até os primeiros anos da década de 1620, o comércio, embora não mais estivesse em expansão, mantinha-se em alto nível de atividade, mas, a partir da década de 1620, tanto o volume quanto o valor do comércio começou a decrescer rapidamente. Em 1650, encerrou-se a grande era do Atlântico sevilhano, e à medida que Cadiz começou a tomar o lugar de Sevilha como portão europeu de acesso à América, e mais e mais embarcações estrangeiras forçavam a sua entrada em águas da América espanhola, começaram a formar-se novos padrões de comércio ultramarino.

Dentro das fronteiras flutuantes do comércio transatlântico, as relações econômicas da Espanha com seus territórios americanos sofreram mudanças importantes. Na primeira metade do século XVI, a economia de Castela e a das comunidades de colonos que emergiram no Novo Mundo eram relativamente complementares. Castela e Andaluzia tinham capacidade de abastecer os colonos de produtos agrícolas — azeite, vinho e cereais — de que necessitavam em grandes volumes, e simultaneamente a crescente demanda nas Índias também servia de estímulo para várias indústrias de Castela, especialmente a de roupas. Eram crescentes as queixas em Castela contra o alto preço das manufaturas domésticas, especialmente dos têxteis, e a tendência era atribuir esse fato às exportações para as Índias. Em 1548 e novamente em 1552 as Cortes castelhanas exigiram da coroa que proibisse a exportação para a América de roupas feitas na metrópole. A coroa resistiu à pressão das Cortes no sentido de excluir de seus próprios mercados ultramarinos os têxteis de Castela, mas é evidente que a conexão americana, embora inicialmente tenha funcionado como estímulo para certos setores da indústria de Castela, também criou problemas aos quais a economia castelhana, relativamente pouco sofisticada, tinha dificuldade de responder.

Não se tratava apenas da capacidade da indústria castelhana de aumentar a oferta para atender a uma crescente demanda americana, mas também de





como produzir para o mercado interno e para o americano a preços internacionalmente competitivos. Os altos preços de que se queixaram insistentemente os consumidores castelhanos na metade do século XVI eram altos não apenas em relação aos preços de Castela no começo do século, mas também em relação aos das importações estrangeiras. Não há uma explicação única para a incapacidade dos fabricantes castelhanos de permanecer competitivos internacionalmente, mas deve-se atribuir um lugar central ao influxo de metais preciosos da América numa economia carente de moeda sonante — um influxo cujos efeitos se fizeram sentir primeiramente em Castela e na Andaluzia, antes de estender-se à Europa numa espécie de reação em cadeia. Foi, muito apropriadamente, um espanhol, Martín de Azpilcueta Navarro, quem primeiro, em 1556, vinculou claramente o alto custo de vida ao ingresso do metal precioso das Índias: "Vemos por experiência que na França, onde o dinheiro é mais escasso que na Espanha, o pão, o vinho, as roupas e o trabalho valem muito menos. E mesmo na Espanha, quando o dinheiro era mais escasso, os bens de venda e a mão-de-obra eram dados por muito menos que depois da descoberta das Índias, que inundou o país de ouro e prata"[19].

A inflação dos preços que enfraqueceu a competitividade internacional da Espanha era um contrapeso inquietante às vantagens evidentes do império — à manifesta prosperidade da cidade de Sevilha em rápido desenvolvimento e ao aumento das rendas da coroa. No entanto, durante muito tempo as vantagens do império foram percebidas mais facilmente do que as desvantagens, e o verniz de prosperidade ajudou a esconder as conseqüências prejudiciais que advieram a Castela das grandes mudanças que estavam ocorrendo no padrão do comércio ultramarino durante a segunda metade do século XVI. Até o período de 1570-1580 os produtos agrícolas fornecidos por Castela e Andaluzia constituíam a parte dominante das exportações de Sevilha; mas, à medida que as Índias começaram a desenvolver sua criação de gado e a cultivar cada vez mais o próprio trigo, a procura de produtos espanhóis começou a declinar. Seu lugar nos carregamentos foi ocupado por produtos manufaturados, que encontravam uma rápida saída. Alguns desses produtos manufaturados originavam-se da Espanha, mas a partir da década de 1580 os artigos estrangeiros parecem ter tomado a dianteira em relação às mercadorias castelhanas nas cargas dos navios — um claro indício de que a

19. Marjorie Grice-Hutchinson, *The School of Salamanca*, Oxford, 1952, p. 95.

indústria castelhana não conseguia adaptar-se às novas e mais sofisticadas exigências do mercado das Índias. Havia uma crescente demanda, por parte dos colonos, de artigos de luxo europeus, de um tipo que a Espanha não conseguia produzir; uma demanda também de seda e roupas de alta qualidade, tão logo as Índias desenvolveram sua própria produção de produtos têxteis mais baratos.

Nos anos que se seguiram a 1567, quando se estabeleceram as primeiras rotas de comércio entre o México e as Filipinas, os comerciantes do Peru e da Nova Espanha acharam cada vez mais vantajoso buscar no Extremo Oriente do que na Espanha metropolitana o suprimento desses têxteis de alta qualidade. O rápido crescimento do comércio oriental — de têxteis, porcelanas e outros produtos de luxo da China — provocou um desvio para o Pacífico, via Acapulco e Manila, de grandes quantidades de prata americana que de outro modo teriam seguido pelo Atlântico. Em 1597, por exemplo, o volume da prata enviada do México para as Filipinas excedeu o valor do comércio mexicano via Atlântico nesse ano. As tentativas da coroa de limitar o comércio das Filipinas a um galeão de Manila por ano e de impedir a reexportação de mercadorias chinesas do México para o Peru, ao proibir em 1631 todo comércio entre os dois vice-reinos, resultou num contrabando em larga escala: as Índias não podiam ficar indefinidamente confinadas a um sistema exclusivamente hispânico, destinado basicamente a atender aos desejos dos comerciantes de Sevilha.

Se até então as economias de Castela-Andaluzia e das Índias se complementavam relativamente bem até por volta da década de 1570, houve depois disso uma divergência que nenhuma legislação protecionista espanhola pôde sanar completamente. As Índias simplesmente tinham menos necessidade econômica da Espanha metropolitana do que haviam tido outrora; mas a Espanha, de seu lado, tinha uma grande e crescente necessidade das Índias. Como um viciado, havia-se tornado perigosamente dependente de injeções periódicas de prata americana para manter o estilo de vida extravagante a que se acostumara.

Quando não se pôde mais obter a prata na forma de pagamento por produtos de Castela, teve-se de consegui-la por outros meios: através da manipulação de tributos alfandegários, da introdução de alguma forma de taxação e do recurso a uma série de expedientes fiscais. A população branca das Índias não estava sujeita à taxação direta; mas o imposto castelhano sobre as vendas, a *alcabala*, foi introduzido em Nova Espanha em 1574, a uma taxa





de dois por cento, e no Peru em 1591. A partir das últimas décadas do século XVI, a coroa também tentou aumentar suas rendas na América vendendo terras, ou mesmo direitos às já colonizadas ilegalmente (uma forma de venda conhecida pelo nome de *composición de tierras*). Recolheu dinheiro com a legitimação de *mestizos*, com doações "voluntárias" e com monopólios. Recorreu também a uma prática que viria a ter importantes repercussões sociais e administrativas — a venda de cargos, que fornecia uma renda anual de 38 mil ducados (o salário anual de um vice-rei no México era de 20 mil ducados, e o de um vice-rei no Peru, de 30 mil). Enquanto se tratou de cargos administrativos ou notariais de menor importância, a prática em si não produziu grandes danos, embora o mesmo não se possa dizer acerca da venda de *regimientos* nas cidades, que acelerou o processo pelo qual o poder municipal se concentrou nas mãos de oligarquias fechadas. Mas envolveu também uma multiplicação desnecessária de cargos, com um grande número de novos postos sendo criados, especialmente no século XVII, em resposta muito mais às necessidades do governo que à dos governados. O resultado foi a criação de uma grande burocracia parasitária, que encarava seus cargos como um investimento digno de exploração. A presença de mais uma camada de intermediários com seus próprios interesses a proteger apenas serviu para dificultar ainda mais a implementação das ordens de Madri.

A combinação entre o aumento da produção das minas e esses novos artifícios para extrair dinheiro dos colonos produziu um grande aumento nas rendas da coroa na América durante os últimos anos do reinado de Filipe II. Se na década de 1570 a coroa recebeu das Índias uma média de um milhão de ducados por ano, esse valor elevou-se a dois e meio milhões na década de 1590. Esse aumento, no entanto, não conseguiu salvar de outra "bancarrota", em 1596, a coroa — que já deixara de pagar suas dívidas em 1575. As despesas sistematicamente excediam a receita, quando Filipe II se empenhou nos enormes empreendimentos militares e navais dos últimos anos de seu reinado.

Para esses empreendimentos era cada vez maior a necessidade de prata das Índias. Mas o envolvimento de Filipe II no norte da Europa também produziu o efeito paradoxal de manter a prata *nas* Índias — prata com que pagar a defesa das possessões contra os ataques de seus inimigos do Norte. O contrabando e a pirataria haviam sido um fato constante da vida transatlântica desde que se estabeleceu a navegação regular entre a Espanha e as

Índias; e o apresamento, por um corsário francês, ao largo dos Açores, em 1523, de parte do saque mexicano enviado à Espanha por Cortés nada mais foi que um exemplo incomumente espetacular dos perigos a que estava cada vez mais exposta a *carrera de Indias*[20]. A partir da década de 1520, os navios de Sevilha passaram a navegar em comboios e da década de 1560 em diante foi estabelecido definitivamente um sistema regular de comboios. Esse sistema, embora oneroso, justificou seu dispêndio. Durante um século e meio, as frotas caíram vítimas do ataque inimigo somente em três ocasiões — em 1628, quando o almirante holandês, Piet Heyn, capturou a frota na baía de Matanzas ao largo da costa de Cuba, e em 1656 e 1657, quando o almirante Blake atacou-a uma vez em águas espanholas e outra ao largo das Canárias.

A defesa das frotas, no entanto, revelou-se mais exeqüível que a defesa das próprias Índias. A área a ser defendida era simplesmente demasiado extensa e habitada de modo muito disperso pelos espanhóis. Quando os inimigos europeus da Espanha identificaram na prata das Índias a fonte do poder espanhol, desenvolveram a ambição de cortar as rotas transatlânticas da Espanha e de estabelecer suas próprias colônias no mar dos Caraíbas e no continente americano. Uma das possíveis reações dos espanhóis foi a fundação de novas colônias nas regiões vulneráveis a um ataque. Foi a tentativa dos huguenotes, em 1562, de fundar uma colônia na Flórida que levou os espanhóis a estabelecer sua própria colônia permanente de San Agustín em 1565. Essa, porém, era uma política que não podia ser adotada uniformemente: cada novo posto avançado apresentava seus próprios problemas de abastecimento e defesa, e havia grande possibilidade de que o isolamento de seus defensores os levasse, por pura necessidade de sobrevivência, ao comércio de contrabando com os mesmos entrelopos estrangeiros que tinham a missão de banir.

O malogro de John Hawkins em San Juan de Ulúa em 1568 mostrou que, como potência dona do território, a Espanha desfrutava de grandes vantagens em águas americanas contra expedições organizadas por seus rivais europeus. No entanto, à medida que se desenvolveu a ofensiva protestante e primeiramente os ingleses e depois, no século XVII, os holandeses voltaram sua atenção para as Índias, um império espanhol superextenso se tornou cada vez mais consciente de sua vulnerabilidade. Foi o ataque de Drake às

20. Para uma descrição detalhada da *carrera de Indias*, ver o artigo de Murdo J. MacLeod, adiante neste volume, cap. 8, às pp. 339-390.





Antilhas, em 1585-1586, que primeiro impeliu os espanhóis a planejar a defesa das Índias em base sistemática. Em 1586, Filipe II enviou o engenheiro italiano Juan Bautista Antoneli para realizar a inspeção das defesas da região do mar dos Caraíbas. Com base em seu relatório, foram construídas fortificações elaboradas para a proteção dos principais portos — Havana, San Juan de Ulúa, Porto Rico, Portobelo e Cartagena. A eficácia do novo sistema de defesa foi demonstrada pela derrota da expedição Hawkins-Drake em 1595, mas o custo de construção e manutenção das fortificações resultou inevitavelmente em pesado encargo para a receita da coroa nas Índias.

A ascensão de Filipe II ao trono de Portugal, em 1580, representou inicialmente um aumento do poder espanhol. Deu-lhe uma frota adicional; uma nova costa no Atlântico, com um porto de primeira classe em Lisboa; e, no Brasil, um novo e vasto território. Mas a isso se seguiu, pela primeira vez em águas da América do Sul, a incursão dos holandeses, que operavam como transportadores para os portugueses; e, a partir do final do século XVI, os expedidores holandeses passaram a mostrar um perigoso interesse tanto pelo comércio brasileiro quanto pelo das ilhas do mar dos Caraíbas, para o qual se voltaram em busca de sal. A trégua de doze anos, de 1609-1621, entre a Espanha e as Províncias Unidas teve pouco efeito sobre o interesse recém-descoberto dos holandeses pelas possibilidades da América. Sua infiltração no comércio brasileiro continuou; e, em 1615, uma expedição holandesa, que seguiu a rota de Drake pelo estreito de Magalhães, avançou pela costa do Pacífico rumo às Molucas. O aparecimento dos holandeses em águas do Pacífico revelou que daí por diante uma extensa linha costeira desprotegida não mais estaria imune a ataques. Foi necessária a construção de fortificações em Acapulco, e o príncipe de Esquilache, vice-rei do Peru de 1614 a 1621, envolveu-se num dispendioso programa de defesa costeira — dispendioso demais numa época em que a Espanha estava ficando seriamente preocupada com a deterioração da posição dos Habsburgos na Europa Central.

Em 1617 e 1618, o conselho espanhol de finanças queixava-se veementemente da diminuição do quinhão da coroa na prata enviada das Índias e atribuía esse declínio à retenção de grandes somas pelos vice-reis do México e do Peru. Grande parte desse dinheiro estava sendo usada para melhorar as defesas contra os ataques corsários, e o Peru também assumiu o encargo adicional de subsidiar com a importância de 212 mil ducados por ano a guerra interminável contra os índios araucanos do Chile. Os valores das remessas para Sevilha corroboravam as queixas dos ministros. Enquanto Filipe II

recebera 2,5 milhões de ducados por ano na década de 1590, nos últimos anos do reinado de Filipe III os valores mal chegaram a um milhão e em 1620 caíram a apenas 800 mil ducados[21].

Os custos da coroa com a defesa do império, portanto, subiram numa época em que as rendas das Índias diminuíam e num momento em que o próprio comércio de Sevilha, no qual a Espanha desempenhava uma parte cada vez menor, começou a dar sinais de estagnação. Conseqüentemente, o início do século XVII surge como um período crítico no relacionamento entre a Espanha e as Índias. Os doces dias da prata fácil pareciam estar chegando ao fim, e em Castela surgia uma crescente percepção dos gastos do império em oposição a seus benefícios. Assim, não é de surpreender que o papel das Índias fosse colocado em discussão quando os castelhanos do reinado de Filipe III se envolveram em grande debate sobre o que começavam a perceber como a decadência de seu país. Que benefícios, afinal, as Índias haviam trazido a Castela? Para Martín González de Cellorigo, que escreveu em 1600, as conseqüências psicológicas do império haviam sido desastrosas para seus cidadãos, criando falsas ilusões de prosperidade e persuadindo-os a abandonar objetivos que os teriam tornado mais ricos que todos os tesouros das Índias[22].

Numa época em que a riqueza das nações era medida cada vez mais pelo número de seus habitantes, havia também uma crescente preocupação com as conseqüências demográficas que traria para Castela a emigração para as Índias. O vice-rei Rodrigo de Vivero y Velasco, nascido no México, e que, com seu conhecimento direto das condições em ambos os lados do Atlântico, escreveu no início da década de 1630, era um dos muitos espanhóis do século XVII que lamentavam a alta taxa de emigração para as Índias: "à taxa atual, a Espanha estará vazia de habitantes e as Índias correm o risco de serem perdidas, pois estão recebendo muito mais pessoas do que podem apropriadamente receber"[23]. Descreveu o grande número de passageiros que cruzavam o Atlântico sem uma licença, compravam suas passagens de capitães de navios

[21] J. H. Elliott, *The Revolt of the Catalans*, Cambridge, 1963, pp. 189-190.

[22] *Memorial de la Política Necesaria y Útil Restauración a la República de España*, Valladolid, 1600, 15v.

[23] *Du Japon et du bon gouvernement de l'Espagne et des Indes*, trad. e ed. de Juliette Monbeig, Paris, 1972, p. 93.





em San Lúcar, Cádiz ou Sevilha por 25 ducados com a mesma facilidade que tinham de comprar carne ou pão. Esse fluxo de emigrantes, talvez numa média de quatro mil por ano no curso do século XVII, ajudou a criar nas próprias Índias uma população flutuante de desempregados, que constituíam uma fonte constante de preocupação para as autoridades. Mas do lado espanhol do Atlântico o problema parecia muito mais sério, pois as Índias, em vez de entregar seus tesouros a Castela, estavam drenando sua seiva vital.

O sentimento de desilusão acerca da utilidade das Índias contrastava nitidamente com a pressuposição, surgida no século XVI, de que a conquista da América era um sinal particular do favor de Deus para com Castela. Pode-se medir o quanto as atitudes haviam mudado pela surpresa que em 1631, numa reunião do conselho de Estado, o principal ministro da coroa, o conde-duque de Olivares (cujas propriedades de família na Andaluzia exportavam o vinho para as Índias), manifestou, ao perguntar em voz alta se suas grandes conquistas não haviam "reduzido essa monarquia a um estado tão miserável que se poderia muito bem dizer que teria sido mais poderosa sem o Novo Mundo"[24]. Uma afirmação como essa, mesmo que tenha sido feita num momento transitório de exasperação, sugere uma espécie de distanciamento emocional, que pode ter tido seu papel na mudança das relações entre a Espanha e as Índias no século XVII. De ambos os lados do Atlântico havia um afastamento gradativo, um primeiro enfraquecimento dos laços de afinidade natural entre a metrópole e seus domínios ultramarinos.

Não obstante, Castela nunca precisou tanto das Índias quanto depois da ascensão de Filipe IV em 1621, quando expirou o armistício com a Holanda, e a Espanha se viu mais uma vez sobrecarregada com encargos extremamente pesados na Europa. O novo envolvimento da Espanha num conflito que ameaçava estender-se a toda a Europa estava fadado a aumentar a dependência das possessões de que dispunha na América. Ameaçado pelo colapso da economia de Castela sob as pressões fiscais da guerra, o regime do conde-duque de Olivares (1621-1643) passou a explorar e mobilizar os recursos dos vários Estados e províncias da monarquia espanhola, entre eles os vice-reinos da América. O desastroso governo de Gelves no México constituiu uma primeira tentativa de inverter a tendência de queda nas rendas. Esforços semelhantes foram também realizados no sentido de aumentar as rendas da coroa no Peru. Em 1626, Olivares deu início a um elaborado esquema

[24] Archivo General de Simancas, Estado, legajo 2332, *consulta* de 7 de setembro de 1631.

para partilhar os ônus da defesa. Por esse esquema, chamado União das Armas, cada setor da monarquia deveria garantir a contribuir com um número estipulado de homens pagos por um período de quinze anos. Foi acordado em Madri que não era praticável pedir soldados às Índias. Em vez disso, o conselho das Índias propôs, em 1627, que o Peru fizesse uma contribuição anual de 350 mil ducados e a Nova Espanha, 250 mil, a serem aplicados na organização de uma esquadra naval para a proteção das frotas mercantes no Atlântico.

Revelou-se quase tão difícil introduzir a União de Armas nas Índias quanto o fora na Espanha metropolitana, onde Portugal e os estados da coroa de Aragão se mostraram mais conscientes dos custos do que dos benefícios do esquema. O conde de Chinchón, nomeado vice-rei do Peru em 1627 com a missão de introduzir a União, encontrou bons motivos para usar de subterfúgios, e foi somente em 1636 que o projeto começou a avançar com uma duplicação das *alcabalas* de dois para quatro por cento e aumentos equivalentes nas taxas alfandegárias. Na Nova Espanha as *alcabalas* subiram também para quatro por cento com o mesmo propósito em 1632, e mais tarde de novo para seis por cento em 1639, dessa vez para financiar um projeto que havia muito estava em discussão na Espanha e nas Índias — a criação de uma frota especial, a *armada de barlovento*, para policiar as rotas marítimas do mar dos Caraíbas.

Pode-se dizer, portanto, que as décadas de 1620 e 1630 foram um período de novo e intenso fiscalismo nas Índias, tanto quanto na própria Espanha e nos territórios espanhóis da Europa. Aumentos dos impostos, doações e empréstimos compulsórios e a venda de direitos, privilégios e cargos — foram essas as marcas do regime Olivares de ambos os lados do Atlântico, à medida que o governo de Madri lutava para manter seu gigantesco esforço militar e para salvar Castela da ruína. As Índias estavam sendo convocadas para suportar os custos de sua própria defesa, enquanto ao mesmo tempo se esperava que contribuíssem mais para o tesouro central.

Mas até que ponto os territórios espanhóis na América eram capazes nessa época de atender a esse aumento nas exigências de Madri? Pelo menos no caso da Nova Espanha, há claros indícios de que a década de 1620 foi um período de dificuldades econômicas. Em parte, isso resultou das tentativas desastradas de reforma de Gelves, com seu impacto calamitoso sobre a confiança e o crédito. Mas essa década também foi marcada por condições climáticas inusualmente ruins, refletidas num período de colheitas escassas, alta mortalidade do gado e, em 1629, a desastrosa inundação da Cidade do México, resultante do transbordamento das águas do lago Texcoco. Os donos de minas também relatavam crescentes problemas de produção, com baixa oferta de mão-de-obra e o esgotamento de veios outrora ricos. Por outro lado, as minas Zacatecas, que foram responsáveis talvez por um terço da produção total mexicana nesse período, continuaram a produzir em larga escala até a metade da década de 1630, quando entraram num período de decadência que durou trinta anos. Nas minas de prata de Potosí no Peru, a produção, embora jamais tenha atingido os picos alcançados no final do século XVI, manteve-se relativamente alta até a década de 1650, ajudada em parte pela disposição de Madri de dar prioridade ao Peru sobre a Nova Espanha na distribuição das exportações de mercúrio da Europa que ajudavam a complementar a deficiência da oferta nativa das minas de Huancavelica.





Manter as minas em produção era, no entanto, um negócio cada vez mais oneroso. Isso se devia em parte à escassez de mão-de-obra em muitas regiões de mineração e ao esgotamento progressivo das jazidas de fácil acesso, que haviam garantido uma tão rica produção no século XVI. Mas isso refletia também a queda no próprio valor da prata na Europa, onde sua abundância havia baixado o valor do *peso* de prata em relação ao ouro. Na Espanha, a proporção legal de ouro e prata, que fora sido de 10,11 para 1 no início do século XVI, havia passado de 15,45 para 1 na metade do século XVII[25]. As economias mineiras do Novo Mundo, portanto, eram menos compensadoras para os produtores que no período anterior; e, enquanto a vida econômica no século XVI estava sendo diversificada, tanto no Peru como na Nova Espanha, pelo desenvolvimento da agricultura e da indústria locais, a fase de transição por que estavam passando as economias de ambos os vice-reinos os deixava altamente vulneráveis ao tipo de fiscalismo arbitrário a que estiveram sujeitos durante o governo Olivares.

Ao exigir grandes *donativos*, ou ao apropriar-se, como no Peru em 1629, de um milhão de *pesos* da comunidade mercantil, a coroa estava fatalmente minando a confiança, retirando o dinheiro de circulação em regiões onde geralmente era escasso, e devastando o sistema de crédito pelo qual eram conduzidas as transações locais e ultramarinas. Nessas circunstâncias, não é

25 Earl J. Hamilton, *American Treasure and Price Revolution in Spain, 1501 1650*, Cambridge, Mass., 1934, p. 71.

de surpreender que os comerciantes do Novo Mundo, vendo que sua prata era sujeita à apropriação por parte da coroa na própria colônia ou em sua chegada a Sevilha, tenham mostrado uma crescente relutância em submetê-la aos azares da travessia do Atlântico. Em conseqüência, o delicado mecanismo da *carrera de Indias*, a ligação marítima entre a Espanha e o Novo Mundo, começou a se aproximar do colapso na década de 1630. Se somas substanciais ainda chegavam a Sevilha para a coroa, os indivíduos privados agora retinham o metal, e conseqüentemente havia menos dinheiro disponível em Sevilha para investir na próxima frota. Em 1640 — o ano fatal para a própria Espanha, pois tanto a Catalunha quanto Portugal se rebelaram contra o governo de Madri — nenhuma frota do tesouro aportou em Sevilha. As excessivas exigências fiscais da coroa haviam levado o sistema ultramarino à beira do colapso.

Durante os decênios intermediários do século, da década de 1630 à de 1650, parecia de fato que o conjunto da monarquia espanhola estava à beira da desintegração. A monarquia se expandira tanto, suas linhas de comunicação eram tão frágeis, seus recursos limitados sofriam tão intensa pressão da parte de uma guerra que se travava simultaneamente em várias frentes, que havia motivo para temer que uma parte após outra se rompesse, ou sucumbisse ao ataque inimigo. Embora, sob Filipe II, o conflito internacional se tenha estendido às águas do Atlântico, o Novo Mundo da América havia permanecido à margem da luta. Sob o governo de seu neto, no entanto, as rivalidades européias assumiram uma dimensão global, na qual as Américas se viram na linha de frente do ataque. As colônias inglesas na América do Norte, nos anos que se seguiram à paz anglo-hispânica de 1604, já haviam mostrado que as esperanças de manter o monopólio ibérico sobre a América eram ilusórias; mas foi a agressividade dos holandeses nos anos que se seguiram ao armistício de doze anos em 1621 que revelou a verdadeira escala do problema de defesa com que agora Madri se defrontava.

Em 1624, uma expedição organizada pela recém-fundada Companhia Holandesa das Índias Ocidentais capturava a cidade da Bahia no Brasil. Uma expedição conjunta hispano-portuguesa expulsou os holandeses no ano seguinte, mas representou um enorme esforço para a máquina de guerra espanhola, difícil de repetir numa época em que os recursos estavam fortemente comprometidos na Europa. Em 1630, os holandeses realizaram sua segunda invasão do Brasil, e desta vez o contra-ataque foi planejado por





Olivares, mas teve de ser adiado de um ano para o outro. Durante a década de 1630, portanto, os holandeses conseguiram consolidar seu domínio sobre as regiões produtoras de açúcar do Nordeste do Brasil, e a nova armada, finalmente enviada de Lisboa em 1638, nada realizou digno de nota antes de dispersar-se após um combate inconclusivo com a frota holandesa em águas brasileiras, em janeiro de 1640.

A incapacidade da coroa espanhola de salvar Pernambuco dos holandeses teve repercussões importantes na Península Ibérica. A união da coroa espanhola à da portuguesa nunca recebera apoio popular em Portugal, mas um dos argumentos a seu favor era que ela dava aos portugueses a possibilidade de fazer uso de todos os recursos da Espanha para a defesa de seus próprios domínios ultramarinos. Esse argumento, já refutado nas Índias Orientais nos primeiros anos do século, era agora também refutado no que se referia ao território ultramarino mais lucrativo de Portugal, o Brasil. Ao mesmo tempo, os comerciantes portugueses que se haviam aproveitado da união das coroas para mudar-se para a América espanhola e especialmente para o vice-reino do Peru viram-se sujeitos, na década de 1630, a uma crescente hostilidade e discriminação da parte de espanhóis e crioulos. Dessa forma, por volta de 1640 começava a tornar-se evidente à comunidade mercantil portuguesa que a união das coroas não mais oferecia as vantagens que outrora a haviam tornado relativamente aceitável; e isso por sua vez predispôs muitos deles a aceitar o *fait accompli* de 1º de dezembro de 1640, quando o duque de Bragança se declarou rei de um Portugal independente.

A separação de Portugal foi outro golpe contundente na *carrera de Indias*, minando ainda mais a confiança de Sevilha e privando-a dos investimentos de Lisboa que de forma alguma podia dar-se ao luxo de perder. Além disso, ao mesmo tempo em que perdeu o Brasil, a monarquia também sofreu outras perdas nas Antilhas. Aqui mais uma vez foram os holandeses que tomaram a dianteira. As frotas holandesas em águas do mar dos Caraíbas, no final da década de 1620, davam uma cobertura sob a qual os ingleses e os franceses podiam movimentar-se para ocupar as ilhas não-habitadas ou habitadas esparsamente das Pequenas Antilhas. Em 1634, os holandeses estabeleceram-se permanentemente em Curaçao, e no início da década de 1640 — com Tortuga, Martinica e Guadalupe sendo invadidas pelos franceses, com os ingleses em Barbados, St. Christopher e Antigua, e postos comerciais holandeses estabelecidos nas ilhas ao largo da costa venezuelana — o mar dos Caraíbas estava se tornando um lago europeu.

Os espanhóis responderam da melhor forma que puderam. A *armada de barlovento* finalmente entrou em operação em 1640, mas não foi tão eficiente quanto seus idealizadores esperaram, em parte porque freqüentemente teve de ser desviada para escoltar comboios que cruzavam o Atlântico. Os próprios colonos conseguiram repelir uma série de ataques, e o continente e as principais ilhas foram defendidas com sucesso com o reforço e a reconstrução de fortificações. Mas a captura da Jamaica pelos ingleses, em 1655, revelou uma mudança importante ocorrida na região do mar dos Caraíbas na primeira metade do século. Vinte anos antes, em 1634, os vínculos diretos entre a Espanha e a Jamaica haviam praticamente chegado ao fim. De fato, a Espanha agora concentrava seus minguados recursos e abandonava seus postos avançados mais distantes cuja manutenção havia-se tornado proibitivamente dispendiosa. Essa política funcionou, no sentido de que a Espanha emergiu de suas dificuldades da metade do século com seu "império das Índias" ainda em grande parte intato. O que havia desaparecido para sempre, no entanto, foi seu monopólio sobre o Novo Mundo. Esse fato foi tacitamente reconhecido no acordo de paz de Münster em 1648 que pôs fim à guerra de oitenta anos entre a Espanha e a Holanda — um acordo que permitiu aos holandeses manter a posse daqueles territórios que ocupassem de fato, embora os proibisse de comerciar com as Índias espanholas. Em 1670, isso também foi reconhecido, numa escala significativa, pelo tratado anglo-espanhol de Madri, pelo qual a Espanha aceitava efetivamente o argumento inglês de que não era a descoberta mas a ocupação e colonização genuínas que conferiam o direito de posse.

Assim, as relações entre a Espanha e as Índias experimentaram uma mudança decisiva em conseqüência do conflito internacional da década de 1620 à de 1650. A própria Espanha enfraqueceu-se desastrosamente; o mar dos Caraíbas se internacionalizou e se transformou na base de onde iria desenvolver-se o comércio ilegal em larga escala com o continente americano; e as sociedades coloniais das Índias voltaram a depender de seus próprios recursos, inclusive na área de organização militar.

Tradicionalmente, a tarefa de defesa das Índias contra ataques inimigos havia sido delegada aos *encomenderos*, dos quais se esperava que pegassem em armas sempre que uma frota hostil fosse avistada. No entanto, com a perda de eficácia institucional da própria *encomienda*, os *encomenderos* não mais constituíam uma força de defesa satisfatória, de modo que, no século XVII, a coroa achou mais vantajoso apropriar-se de uma parte das rendas de





suas *encomiendas* para a manutenção de homens pagos. Embora se tenham trazido da Espanha soldados profissionais para servir nas guardas vice-reais e para guarnecer as fortificações costeiras, a crescente irregularidade e inadaptação desses reforços de tropa significou uma perigosa tendência a diminuir os efetivos das guarnições, e os colonos se conscientizaram de que havia pouca esperança de salvação a menos que eles mesmos se salvassem. À medida que o século XVII avançava, portanto, as milícias urbanas e o serviço militar voluntário passaram a representar um papel cada vez mais importante na defesa das Índias. O vice-reino do Peru, por exemplo, reagiu com uma mobilização geral ao ataque do capitão Morgan no istmo do Panamá em 1668-1670. O fracasso do plano de Olivares de formar uma União das Armas em todas as esferas da monarquia havia levado a população colonial das Índias a desenvolver a arte da autodefesa.

Assim, tanto militar quanto economicamente, os laços entre as Índias e a Espanha metropolitana foram afrouxados, pelo menos temporariamente, pelo drástico enfraquecimento da própria Espanha durante as décadas medianas do século. Não obstante, ao mesmo tempo as Índias eram submetidas a pressões fiscais intensas e a todo peso instável do controle burocrático espanhol. Essa combinação seiscentista entre negligência e exploração não poderia deixar de exercer profunda influência no desenvolvimento das sociedades do Novo Mundo. Criou oportunidades para as oligarquias locais que, aproveitando-se da fraqueza da coroa, consolidaram ainda mais seu domínio sobre a vida de suas comunidades, ao adquirirem extensas áreas de terra por compra, extorsão ou usurpação. Se para a Nova Espanha e, em menor extensão, para o Peru o século XVII foi o século da formação dos latifúndios, isso não deixou de ter relação com o enfraquecimento temporário do controle da coroa sobre as Índias. Também, quanto a isso, foi o desenvolvimento do que veio a ser outro fenômeno permanente da vida na América Latina, o *caciquismo* rural. No contexto político e administrativo do século XVII havia inúmeras oportunidades de o magistrado local transformar-se no patrão local.

Tanto o latifundismo quanto o caciquismo foram, em certa medida, os produtos da negligência da metrópole. Um terceiro produto a longo prazo dessa época foi o desenvolvimento do *criollismo* — o senso de uma identidade crioula distinta — que refletia a outra faceta da vida nas Índias no século XVII, a exploração pela metrópole. As relações entre os crioulos e os recém-chegados da Espanha, os chamados *gachupines*, nunca foram inteiramente tranqüi-

las. Havia, de um lado, ressentimento e, de outro, desprezo. O ressentimento nascia dos inúmeros aborrecimentos que os recém-chegados da metrópole inevitavelmente causavam aos colonos com sentimentos ambivalentes sobre a mãe-pátria. Provinha também das frustrações de uma comunidade mercantil que se irritava com as coerções de Sevilha no exercício de seu monopólio. Mais que tudo, resultava do fato de muitos dos cargos, e quase todos os melhores postos, na Igreja e no Estado, serem reservados aos espanhóis.

As ordens religiosas, em particular, estavam profundamente divididas por rivalidades entre peninsulares e crioulos. Foi para atenuar essas rivalidades que o sistema da *alternativa* passou a ser cada cada vez mais adotado no século XVII. Nesse sistema, o governo provincial das ordens religiosas alternava-se entre os espanhóis nativos e crioulos. Mas era possível que a própria *alternativa* se transformasse em causa de hostilidade, como ocorreu entre os franciscanos do Peru na década de 1660, quando os espanhóis, então superados por larga margem pelos crioulos, numa tentativa de salvaguardar a sua própria posição, obtiveram um decreto papal que impunha o sistema. O fato é que cada nova geração crioula se sentia um pouco mais distante da Espanha metropolitana e, portanto, se mostrava cada vez mais relutante em aceitar o tipo de tutela implícita nas relações entre a mãe-pátria e as colônias.

Mas os laços de parentesco, interesse e cultura que ligavam a metrópole aos colonos das Índias estavam fortemente incrustados e não eram fáceis de romper. O desenvolvimento da cultura urbana nas Índias foi, e permaneceu, amplamente dependente do da Espanha. Embora a Cidade do México tenha adquirido um prelo em 1535, e tenham sido instalados outros prelos, nos séculos XVI e XVII, em Lima, em La Paz, em Puebla e na Guatemala, a maior parte da produção local estava reservada para os livros usados na catequização dos índios. Para sua cultura, os colonos dependiam dos prelos da Espanha; e um indício do estreitamento dos laços e da notável velocidade de transmissão até mesmo aos postos mais distantes da monarquia é o fato de que em 1607, três anos após a publicação da primeira parte de *Don Quixote*, o cavaleiro de La Mancha e seu escudeiro apareceram pela primeira vez na América numa *fiesta* realizada em Pausa, no Peru[26].

Enquanto livros e peças espanhóis mantinham os colonos em contato com as mais recentes tendências intelectuais de Madri, os colégios dominicanos e jesuítas que brotaram em todo o Novo Mundo forneciam uma educação hispânica tradicional. Em 1538, o colégio dominicano de Santo Domingo foi elevado à condição de universidade, segundo o modelo da de Alcalá de Benares. Lima e a Cidade do México ganharam suas próprias universidades em 1551. Seus estatutos, privilégios e currículos eram baseados nos de Salamanca, como Francisco Cervantes de Salazar, professor de retórica no México, assinalou orgulhosamente em 1554 num diálogo imaginário em que se mostravam a um visitante as principais vistas da cidade[27]. A educação escolástica no estilo da metrópole que os filhos e netos dos primeiros *conquistadores* e *encomenderos* recebiam em suas universidades locais era ao mesmo tempo um símbolo de posição social e um indício de sua participação numa tradição cultural mais ampla, que desconhecia qualquer fronteira atlântica.

No entanto, mesmo quando tentou reproduzir-se na colônia, a cultura espanhola esteve sujeita a mudanças sutis. Essas ocorreram primeiramente no vocabulário dos colonos, que logo passou a incluir palavras de origem indígena — *cacique*, *canoa*, *chocolate*. Novas formas de sensibilidade forcejavam por exprimir-se através de formas artísticas e literárias tradicionais; e entre os espanhóis das Índias existia um crescente sentimento de apego territorial ao seu próprio Novo Mundo — um apego que começou a encontrar expressão literária em obras como a *Grandeza Mexicana*, o longo poema de Bernardo Balbuena, publicado em 1604.

No século XVII, multiplicaram-se os indícios de que os crioulos se haviam empenhado na grande busca de sua própria identidade. A crescente popularidade do culto à Virgem de Guadalupe na Nova Espanha, por exemplo, era um meio de proclamar que o México constituía uma entidade distinta e separada, sem no entanto chegar ao ponto de romper os vínculos de lealdade com a coroa e a metrópole espanhola. Se há um símbolo que pode ilustrar esse recém-descoberto sentimento de comunidade historicamente distinta na Nova Espanha é o arco do triunfo erigido na Cidade do México em 1680, para a entrada do novo vice-rei, o marquês de La Laguna. Pela primeira vez foram exibidos num arco de triunfo desse tipo os deuses e imperadores astecas. É evidente que, ao ser usado o passado pré-hispânico pelos descendentes dos conquistadores como meio de auto-identificação diante da Espanha metropolitana, pelo menos uma parte da sociedade colonial havia cruzado uma importante barreira psicológica.

[26] Ver F. Rodríguez Marín, *Estudios Cervantinos*, Madrid, 1947, pp. 573-596.

[27] *México en 1554 y Túmulo Imperial*, ed. Edmundo O'Gorman, Ciudad del México, 1963, p. 22 (*diálogo primero*).

Em 1700, portanto, quando finalmente se extinguiu a dinastia Habsburgo que havia governado a Espanha e as Índias na melhor parte dos dois séculos, os Bourbons viram-se incumbidos de um legado que não era facilmente administrável. No século XVI, a coroa, apesar de todas as suas falhas, havia conseguido manter um controle surpreendentemente firme sobre a nova sociedade posterior à conquista que se desenvolvia nas Índias. No entanto, tanto quanto na própria Espanha metropolitana, no final do reinado de Filipe II as tensões começaram a se fazer sentir. As necessidades financeiras da coroa, resultantes de seus altos gastos na aplicação de uma política estrangeira extremamente ambiciosa, forçavam-na a estabelecer constantes compromissos com as comunidades locais e grupos sociais privilegiados. As Índias não foram exceção. Aqui, como em Castela e na Andaluzia, cargos eram postos à venda, acordos tácitos eram celebrados com as elites locais, e o Estado, mesmo que ainda interferisse muito, estava perdendo terreno claramente.

No século XVII, a crise na Espanha metropolitana aprofundou-se; e se isso causou novas tentativas de exploração predadora das Índias em benefício da metrópole, também significou a expansão das oportunidades de as oligarquias da América, cada vez mais confiantes e agressivas, tirarem proveito das necessidades desesperadas do Estado. As coerções sob as quais essas oligarquias atuavam continuavam a ser as mesmas que haviam existido no século XVI. Tudo ainda tinha de ser resolvido oficialmente por referência a Madri. Mas, dentro dessas coerções, havia uma crescente margem para manobras independentes. Uma burocracia inchada nas Índias oferecia infinitas oportunidades de dobrar as regras para adequá-las às necessidades locais; uma coroa distante e falida geralmente podia ser comprada quando interferia em excesso nos detalhes das relações que se vinham desenvolvendo entre a elite colonial e a população indígena. Nas Índias, assim como nas outras partes da monarquia espanhola no mundo inteiro, o século XVII foi proeminentemente a época da aristocracia.

O sistema que os Bourbons do século XVIII encontraram já estabelecido nas possessões espanholas na América era, dessa forma, um sistema que poderia ser mais bem descrito como um autogoverno sob o comando do rei. As oligarquias das Índias haviam alcançado uma espécie de autonomia dentro do quadro mais amplo de um governo centralizado exercido a partir de Madri. Era um sistema que ficava aquém das aspirações de Carlos V e de Filipe II, mas que também mantinha as Índias ainda extremamente dependentes da coroa espanhola. Refletindo um equilíbrio implícito entre a metrópole e as comunidades de colonos, o sistema garantia mais estabilidade que mobilidade; e suas principais vítimas foram inevitavelmente os próprios índios. Permitiu que a América espanhola sobrevivesse às calamidades do século XVII e até mesmo prosperasse moderadamente; e, a despeito das depredações estrangeiras, o império espanhol na América ainda estava em grande parte intato quando o século chegou ao fim. Restava verificar se um sistema tão comodamente flexível poderia sobreviver a um novo tipo de rigor — o rigor da reforma do século XVIII.